

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Vitório Júnior – PP
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – PROPOSIÇÕES DE LEI

2 – ATAS

- 2.1 – 1ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 2.2 – 6ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 2.3 – Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 2.4 – Mesa da Assembleia
- 2.5 – Comissões

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

5 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 – ERRATA



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.761

Declara de utilidade pública a Associação Comercial e Empresarial de Sacramento – ACE –, com sede no Município de Sacramento.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial e Empresarial de Sacramento – ACE –, com sede no Município de Sacramento.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na 6ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 5 de março de 2026.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.762

Declara de utilidade pública o Formiga Esporte Clube, com sede no Município de Formiga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Formiga Esporte Clube, com sede no Município de Formiga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 5 de março de 2026.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Gustavo Santana – 1º-Secretário

Deputado Vitório Júnior – 2º-Secretário

**ATAS**

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/3/2026

Presidência do Deputado Tadeu Leite e da Deputada Leninha

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – Questão de Ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Eleição para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado – Palavras do Deputado Tadeu Leite – Registro de Presença – Declarações de Voto; Questão de Ordem; Declarações de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Leite – Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Gustavo Santana – Vitório Júnior – João Vítor Xavier – Adalclever Lopes – Adriano Alvarenga – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Carol Caram – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Leonídio Bouças – Lincoln Drumond – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Luizinho – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Wendel Mesquita – Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

A presidenta (deputada Leninha) – Às 10h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Vitório Júnior, 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, considerando a relevância da pauta, gostaria de que V. Exa. solicitasse ao secretário que fizesse a chamada dos deputados, visto que vários colegas ainda estão em comissões, outros no café e outros em seus gabinetes despachando. Assim, presidente, teremos condições de ter um quórum qualificado e à altura do evento.

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Obrigado, deputado Rodrigues. É regimental. Solicito ao querido amigo, deputado Gustavo Santana, 1º-secretário desta Mesa, que possa fazer a chamada das deputadas e dos deputados, para que possamos dar início ao processo de escolha do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, em virtude da aposentadoria do conselheiro Wanderley Ávila.

O secretário (deputado Gustavo Santana) – (– Faz a chamada.).

O presidente – Obrigado, deputado Gustavo Santana. Responderam à chamada 70 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a eleição para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, a que se refere o art. 78, § 1º, inciso II, da Constituição do Estado.

Eleição para o Cargo de Conselheiro do Tribunal do Contas do Estado

O presidente – Tendo em vista a apresentação de candidatura deste parlamentar ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, a presidência passa a condução dos trabalhos à querida amiga, deputada Leninha, 1ª vice-presidenta desta Casa.

A presidenta (deputada Leninha) – A presidência informa que, nos termos do inciso II do art. 235 do Regimento Interno, foi apresentada uma única candidatura, a do deputado Tadeu Leite, por meio do Requerimento nº 16.418/2026. Após a arguição pública, a comissão especial, designada para emitir parecer, concluiu que o deputado Tadeu Leite possui o conhecimento e a experiência necessários aos exercícios do cargo de conselheiro da Corte de Contas do Estado de Minas Gerais.

A presidência submeterá a candidatura à votação pelo processo nominal, em conformidade com o art. 259 do Regimento Interno. As deputadas e os deputados deverão selecionar o nome do deputado Tadeu Leite para aprová-lo ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado ou em branco, se assim o desejarem. Em votação.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

A presidenta – Registre-se o voto favorável do deputado Roberto Andrade. Retifique-se o voto do deputado Dr. Maurício de “branco” para “Tadeu Leite”. Na condição de presidenta desta votação, eu não posso votar. Portanto, votaram no deputado Tadeu Leite 69 deputados. Está, portanto, eleito para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais o deputado Tadeu Leite.

– Registram “Tadeu Leite”:

Adalclever Lopes (PSD)

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Carlos Pimenta (PDT)
Carol Caram (AVANTE)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Coronel Henrique (PL)
Cristiano Silveira (PT)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doorgal Andrada (PRD)
Doutor Jean Freire (PT)
Doutor Paulo (PRD)
Doutor Wilson Batista (PSD)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (MOBILIZA)
Gustavo Santana (PL)
Gustavo Valadares (PSD)
Hely Tarquínio (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leandro Genaro (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lincoln Drumond (PL)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)

Luizinho (PT)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)
Nayara Rocha (PP)
Neilando Pimenta (PSB)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Raul Belém (CIDADANIA)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Tadeu Leite (MDB)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

A presidenta – Com a palavra, para o seu pronunciamento, o deputado Tadeu Leite, eleito para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Palavras do Deputado Tadeu Leite

Bem, primeiro expresso a minha gratidão. Eu não estava preparado para fazer um pronunciamento aqui hoje, até porque não se trata de uma despedida – pelo contrário. Estou muito feliz, orgulhoso, contente, não só por essa votação neste momento, mas por toda a história que juntos construímos nesta Casa.

Eu não podia, obviamente, iniciar qualquer tipo de breve, rápida fala aqui sem citar o filósofo Cícero, dizendo que nenhum dever é mais urgente do que o de agradecer. Eu agradeço a V. Exas. não apenas por essa votação e não apenas pelas votações quando me conduziram e reconduziram, por unanimidade, para a presidência desta Casa. Agradeço a cada uma das deputadas e a cada um dos deputados pelo aprendizado, pelo ensinamento, pelo companheirismo e pela amizade no dia a dia deste Plenário. Quem acompanha os bastidores e o dia a dia desta Casa sabe que a nossa função – e, quando eu falo “a nossa”, não se trata da minha, como presidente, mas da de todos nós, 77 parlamentares – não é das mais fáceis. Nós temos que, mesmo em um mundo polarizado, adverso, cheio de

questionamentos e de problemas, saber ouvir os diferentes, entender a cabeça, as ideias de cada uma das deputadas e de cada um dos deputados e, ao final, tesos que tentar convergir para um denominador comum a favor da população do Estado de Minas Gerais.

Por isso, quando entrei nesta Casa – falei disso ontem um pouco na sabatina –, aos meus 23 anos de idade, em 2011, eu era apenas um jovem com muita vontade de fazer as coisas acontecerem pelo Estado, e especialmente por minha região. De lá para cá, como também falei ontem, eu mais ouvi do que falei. Nestes últimos 16 anos, aprendi muito com esta Casa, aprendi muito com estes amigos. Tenho certeza de que a escolha, que esta Casa fez hoje, de me conceder a oportunidade – primeiro a Deus e depois a vocês – de, em algum momento, estar no Tribunal de Contas representando a Assembleia, representando o Estado de Minas Gerais e fazendo o que nós temos de fazer, que é, cada dia e cada vez mais, cuidar, fiscalizar e acompanhar os recursos públicos de todo o nosso estado...

Quem mais conhece o interior de Minas, quem mais conhece os gestores municipais e os gestores deste Estado – não tenho dúvida nenhuma disto – são os 77 deputados, porque estão, no dia a dia, conversando, recebendo nos seus gabinetes e, em praticamente todos os finais de semana, correndo risco nas estradas afora do nosso estado. Mesmo assim, estão fazendo o dever que Deus nos deu e ao qual o povo nos indicou, que é o de representar aqueles que nos escolheram. Por isso eu quero... Repito: este não é um momento de despedida. É um momento de agradecimento, porque, se Deus quiser, nós ainda temos muito por fazer nesta Casa.

Eu ainda quero – gostaria muito disto – cumprir a primeira missão que vocês me deram, a de presidir e representar V. Exas. aqui, no Parlamento, para, aí, sim, após ela – a missão dada nós temos que finalizar –, começar uma nova missão no serviço público, com, repito, o coração cheio de gratidão a todos vocês, com o coração repleto de alegria e com o compromisso com cada uma das deputadas e com cada um dos deputados que aqui estão, bem como com os 853 municípios e com os 21 milhões de mineiros.

Que Deus nos abençoe e que possamos juntos construir e ainda fazer muita história dentro deste Parlamento. Já aproveito a oportunidade para pedir, obviamente, desculpa por qualquer falha. Todos nós acertamos e erramos, mas sempre com a vontade muito grande de poder transformar e melhorar o nosso estado. Obrigado a todos, do fundo do meu coração, por essa oportunidade.

A presidenta – Devolvo a presidência ao nosso novo conselheiro do Tribunal de Contas, nosso presidente, o deputado Tadeu Leite

Registro de Presença

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Obrigado, deputada Leninha. Aproveito a oportunidade para registrar a presença aqui do querido amigo Inácio Franco, ex-deputado desta Casa e hoje prefeito de Pará de Minas – muito obrigado pela sua presença aqui na manhã de hoje –; e também o Jorge Ali, ex-deputado aqui na Casa – obrigado pela presença e participação. Quero, ainda, registrar a presença do ex-deputado desta Casa e querido amigo Isauro Calais. Obrigado por sua presença nesta manhã tão importante para mim e para esta Casa.

Declarações de Voto

O deputado Leleco Pimentel – Presidente Tadeu, agora eleito. Ainda não tomou posse. O ato de posse para o conselho é também um ato a conferir a decisão de V. Exa. para o seu destino político. Eu não quero deixar de registrar que, ontem, durante a sabatina, muitos falaram da importância do momento político e do ano eleitoral para o Estado de Minas Gerais e que, portanto, não será surpresa. Cabe a nós dizer que o senhor ainda terá outras decisões a tomar e sabemos que todas elas pesarão para que a gente possa sair do quadro em que nós estamos em Minas Gerais, desta vergonha. Desculpem-me os que são da base, mas dá vergonha o Estado de Minas ter um governador tão desleixado, assim como o vice-governador Mateus Simões, que quer com mãos de ferro governar. Que fiquem aqui não só os nossos parabéns, mas também as causas importantes que precisam ser tratadas. Repito: ontem, na sabatina, eu disse ao presidente que coisas da contradição da política virão. Ele precisará tratar das questões da Copasa; precisará tratar das questões do Propag; precisará tratar das questões dos recursos dos crimes da Vale; precisará tratar de uma relação com vereadores e com prefeitos; precisará melhorar a relação com o Tribunal de Contas. Também não é impossível dizer, presidente Tadeu,

que o senhor terá novas decisões nesse período, e sabemos que essas decisões pesarão sobre o cenário político de Minas Gerais. Portanto ficam aqui os nossos parabéns, mas, repito: muitos dos problemas e contradições serão também tratados durante esse período com V. Exa. Viva a luta! E que tenha saúde para viver todas as decisões e os espaços que hoje podemos conferir.

O presidente – Amém, deputado Leleco Pimentel. Com a palavra, para declaração de voto, a deputada Ana Paula.

A deputada Ana Paula Siqueira – Bom dia, colegas deputadas e colegas deputados. A minha declaração de voto, presidente Tadeu, é mais para lhe desejar uma boa caminhada e uma feliz trajetória também no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Disse ao senhor, agora há pouco, e quero reafirmar que V. Exa. continua sendo um jovem sonhando grande em outros espaços e inspirando toda a nossa juventude. É um jovem com uma experiência acumulada muito grande no exercício da política, nos seus mandatos, na presidência da Assembleia, que tanto nos orgulhou ao longo da nossa trajetória. Quero lhe desejar, de fato, muito sucesso. A sua passagem pela presidência da Casa nos marca pelo compromisso de fazer com que esta Casa funcionasse e aprovasse um número grande de projetos. Nós trabalhamos com muitos projetos aqui nesta legislatura, especialmente sob sua condução e com a sua atuação comprometida com o Estado de Minas Gerais, buscando a consolidação do Propag, em articulação com o senador Rodrigo Pacheco, para que pudéssemos, então, propor uma efetiva solução para um dos maiores problemas do Estado de Minas Gerais, que é a dívida pública. Então, Tadeu, que lá no Tribunal de Contas você possa fiscalizar a execução de todo esse compromisso do nosso estado e fazer com que as contas públicas sejam, enfim, caminho para a solução de tantos problemas, de tantas desigualdades e de tantas dificuldades que o nosso estado tem. O senhor contará com a Casa Legislativa, e espero que possa contar com a gente aqui também, novamente fortalecendo a ação do nosso estado. Parabéns por essa bonita trajetória. Com muita alegria, reafirmo o meu voto, que é um voto de satisfação e de compromisso com Minas Gerais. Parabéns.

O presidente – Muito obrigado, querida amiga deputada Ana Paula Siqueira. Com a palavra, para declaração de voto, a deputada Carol Caram.

A deputada Carol Caram – Meu presidente, meu amigo. Esse não era o voto que eu queria lhe dar – você sabe disso. Você é a nossa liderança, você é a nossa referência aqui, no Estado de Minas Gerais. Acredito que seja a única pessoa que consiga juntar direita e esquerda em um único projeto para Minas Gerais. Era esse o meu sonho para você, e sei que o caminho de Deus está levando você para o Tribunal de Contas do nosso Estado de Minas Gerais. Eu tenho certeza de que a sua generosidade vai fazer com que os prefeitos e os municípios sejam cada vez mais protegidos. Você sabe da nossa amizade, da amizade com a minha família. Fiz questão de estar presente – você sabe disso – para reforçar o meu compromisso eterno com você, Tadeu. Onde você estiver, a deputada Carol Caram, a minha família e as minhas lideranças estarão com você. Que Deus o proteja e o abençoe. Parabéns por tudo o que você fez por Minas Gerais, por todos os mineiros. Eu tenho certeza de que o nosso futuro o aguarda com muita esperança e com muita novidade. Parabéns.

O presidente – Muito obrigado, querida amiga deputada Carol, que estava na sua região e viajou a madrugada inteira para estar presente na manhã de hoje. Muito obrigado. Com a palavra, para declaração de voto, o líder da bancada do PL, deputado Bruno Engler.

O deputado Bruno Engler – Obrigado, Sr. Presidente. Serei breve na minha fala. Quero apenas parabenizar V. Exa. por essa eleição. Tive a oportunidade, como membro da comissão, de acompanhar a sabatina de V. Exa. no dia de ontem, quando V. Exa. demonstrou preparo, conhecimento técnico e capacidade para o cargo. Para além disso, nesse convívio que tivemos nos últimos oito anos, e principalmente nestes últimos quatro, com V. Exa. à frente do Parlamento mineiro, tive a oportunidade de ver uma pessoa que tem o fino trato da política, a capacidade de dialogar com todos os parlamentares, de diferentes regiões e de diferentes espectros ideológicos. Tenho certeza de que essa postura e essa conduta de V. Exa. vão enriquecer, e muito, o Tribunal de Contas de Minas Gerais. Que Deus o abençoe nessa nova missão, que não começa agora, porque V. Exa. ainda tem que terminar a missão de presidente da Assembleia. Que o senhor tenha muito sucesso. Um forte abraço.

O presidente – Obrigado, querido amigo, deputado Bruno Engler. Mais uma vez, sua participação ontem na sabatina foi muito importante e, hoje, da mesma forma. Deixo a minha gratidão. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Grego da Fundação.

O deputado Grego da Fundação – Querido presidente Tadeu Filho, agora, escolhido por todos nós, conselheiro, desejo-lhe, além de sucesso, que você possa preservar quatro características com a letra H. A primeira é a característica da honestidade. Que você também possa preservar a característica do humor – é muito importante a leveza e a alegria no coração para transmitir ainda que um “não”, com a leveza própria dessa característica. Que você também possa preservar uma característica que aprendi ao longo desse tempo de convivência: a característica da habilidade. Continue sendo essa pessoa com essa característica ímpar. E a principal delas: preserve a humildade. A humildade é uma chave que abre todas as portas e as mantém escancaradas. Que Deus o abençoe! Conte sempre com o meu respeito, com a minha amizade, com a minha admiração e, acima de tudo, com as minhas orações. O tribunal ganha, Minas ganha e os mineiros ganham junto. Parabéns!

O presidente – Muito obrigado, meu amigo deputado Grego da Fundação. É um prazer tê-lo como parceiro, amigo e colega. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Eduardo Azevedo.

O deputado Eduardo Azevedo – Sr. Presidente Tadeu Martins Leite, que não é só o nosso presidente, já que tive a oportunidade e a honra de desenvolver com você uma amizade. Aliás, não é só uma amizade, porque também tive a oportunidade de aprender muito com você, pela forma com que tão bem conduziu e dirigiu todos os trabalhos nesta Casa. A Assembleia perde, mas o Tribunal de Contas ganha. Desejo a você sorte, sucesso. Sempre continue sendo essa pessoa simpática, humilde, agradável e de fácil relacionamento. Sem dúvida alguma, Deus tem grandes sonhos, planos e projetos para você. Que Deus o abençoe como o nosso novo conselheiro do Tribunal de Contas.

O presidente – Muito obrigado, querido amigo deputado Eduardo Azevedo. Tenho muita honra e muito orgulho de tê-lo também aqui, nesta Casa, e de poder chamá-lo de amigo. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Oscar Teixeira, querido amigo e conterrâneo.

O deputado Oscar Teixeira – Conterrâneo com muito orgulho! Meu querido presidente, quero, nesta declaração de voto, parabenizá-lo. Nós, norte-mineiros, nos sentimos muito orgulhosos, primeiramente por ter você como nosso presidente desta Casa. Em uma participação especial neste mandato que representa também a nossa região, fico muito feliz de vê-lo agora escolhido por esta Casa para ocupar o espaço no nosso Tribunal de Contas. Vai brilhar mais uma vez, presidente – tenho certeza disso. Tadeu, na luta do dia a dia do mandato, ao passar pelas cidades onde você, de forma maiúscula, é votado, a gente fica muito feliz pelo carinho que o cidadão e o eleitor têm pelo seu mandato, pelo seu trabalho. Isso nos enriquece, porque nós temos é que contribuir: é essa a nossa missão, junto a todos os demais parlamentares desta Assembleia. Para mim, que estou chegando agora – o primeiro mandato –, já tendo completado o terceiro ano do mandato e já estando no início do quarto ano do mandato, fico feliz de estar do seu lado. E agora votar em você e escolhê-lo para o tribunal é uma felicidade dobrada. Acredito que, entre todos os conselheiros, você vai ser o primeiro norte-mineiro lá dentro do Tribunal de Contas do Estado. Para nós, isso é mais uma vez um orgulho e nos traz a satisfação de que, de fato, não estamos esquecidos, de que, de fato, a nossa região tem visibilidade e de que nós, que representamos a região, sabemos de fato escolher. Estou muito feliz pela sua escolha. Quero parabenizá-lo e desejar boa sorte. Pode contar comigo! Juntos continuaremos trabalhando pelo nosso extremo norte, pelo nosso Norte, porque essa é a nossa missão. Muito obrigado. Parabéns, meu querido Tadeu!

O presidente – Obrigado, deputado Oscar, um querido amigo que vem fazendo um trabalho muito importante nesta Casa, ainda no seu primeiro mandato, mas representando brilhantemente a nossa região também. Obrigado, meu amigo! Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Professor Wendel Mesquita.

O deputado Professor Wendel Mesquita – Bom dia, presidente; bom dia a todos. Quero aqui, presidente Tadeu Martins, parabenizá-lo por essa construção e dizer do trabalho diferenciado que você comandou à frente desta Casa e que continuará a

comandar, porque, se Deus quiser, estará conosco até o final deste mandato, até o final de dezembro. Gostaríamos realmente de desejar sucesso para você no Tribunal de Contas. Quero destacar uma fala que você trouxe: “Nada melhor que um deputado para estar no Tribunal de Contas do Estado, porque o deputado conhece a realidade”. Rodando pelo Norte de Minas, por todo o Estado de Minas Gerais, aonde vamos percebemos o carinho dos prefeitos, o carinho das pessoas com você. Que no tribunal você possa continuar exercendo esse mesmo trabalho com justiça e trazendo esse mesmo espírito que carrega na alma, esse espírito democrático. Em outras falas que me antecederam, disseram exatamente que a gente sonhava, como deputados, realmente vê-lo em um projeto rumo ao governo ou ao Senado, mas Deus sabe o que faz. O tribunal é exatamente o lugar que necessita de pessoas como você, que tem uma história que vai realmente transformar este estado e trazer cada vez mais lisura e justiça. Não há dúvida de que toda a sua construção e toda a sua história já falam por si mesmas. Você entrou aqui muito jovem, marcou e por isso vai ficar na história da Assembleia, nos anais da Assembleia, para sempre a sua gestão. Aliás, você conseguiu conciliar, no momento que a gente vive, tantos extremos e tanta ideologia partidária! Você conseguiu ouvir os dois lados e conciliar esta Casa. O resultado disto está aí: os projetos que foram construídos no ano passado, como a dívida do Estado. Se não fosse a sua figura e o seu trabalho, não chegaríamos ao ponto de equilíbrio, nem aonde chegamos – os mineiros agradecem! Parabéns, Tadeu; parabéns por essa construção. Não é à toa que aqui, de forma unânime, todos os candidatos, os amigos retiraram a sua candidatura para estarem com você nessa segunda vaga. Ontem mesmo, eu estava às 11 horas da noite em Diamantina, mas fiz questão de sair de lá de carro, mesmo sendo uma candidatura única, para estar aqui. Até o nosso líder Noraldino entrou em contato conosco, mas eu já estava a caminho. Pode ter certeza que você tem o apoio desta Casa. Vamos continuar ao seu lado, mesmo estando você no tribunal. Estaremos lá levando as questões, as demandas. Sabemos que lá você é o representante dos 853 municípios de Minas. O seu trabalho ainda vai continuar marcando a história de Minas Gerais. Muito obrigado por tudo que você fez e pelo seu carinho com esta Casa. Pode ter certeza que continuaremos ao seu lado trabalhando muito por esta nossa Minas Gerais. Deus o abençoe, meu amigo!

O presidente – Muito obrigado, querido amigo Professor Wendel Mesquita, que, como ele mesmo disse, viajou a madrugada inteira para estar aqui também nesta manhã de hoje. A minha gratidão sempre! Que Deus continue o iluminando! Com a palavra, para declaração de voto, o querido amigo deputado Raul Belém.

O deputado Raul Belém – Bom dia, presidente; bom dia, colegas deputadas e deputados. Não podia deixar de vir mais uma vez parabenizar V. Exa. por essa eleição para o Tribunal de Contas. Da mesma forma, parabenizo esta Casa por essa decisão unânime e muito sábia de enviar V. Exa. para aquele tribunal, sabendo da seriedade e da responsabilidade que a função de conselheiro exige. A história de V. Exa. é marcada por toda a sua trajetória ao longo desses 16 anos nesta Casa e pelas lideranças que teve na Casa, tendo atuado também como secretário de Estado. Então quero dizer que é um privilégio poder apoiar uma pessoa com essas qualidades e capacidade. Sobretudo, como disse ontem, na sabatina, V. Exa. é um ser humano diferenciado, uma pessoa que tem um olhar extremamente necessário a este tempo que estamos vivendo. É preciso termos pessoas do diálogo, pessoas que têm equilíbrio para poder tratar das questões que são mais sérias e importantes para a nossa sociedade. Tenho certeza que o trabalho e a trajetória de V. Exa. continuarão honrando, naquele tribunal, seus princípios e valores, sendo V. Exa. sempre um grande exemplo, como tem sido nesta Casa. Então é uma honra e uma alegria muito grande poder ter participado desses últimos dois mandatos ao lado de V. Exa. Tenho certeza que V. Exa. ainda tem muita lenha para queimar, muitas coisas boas para construir e muito no que trabalhar pelo nosso estado. Que Deus continue o abençoando e iluminando. Estaremos aqui sempre prontos para apoiá-lo e ajudá-lo nessa missão, como o grande líder que é para nós. Então, deputado Tadeu, presidente Tadeu, nós ficamos felizes por saber que, até o final deste ano, nós estaremos com V. Exa. nesta Casa. Como todos aqueles que construíram muito bem e de forma muito fundamentada a sua trajetória, é preciso que V. Exa. galgue voos maiores. Esse tribunal, sem sombra de dúvidas, será ainda maior e mais relevante com a presença de V. Exa. Que Deus o abençoe! Muito obrigado por tudo, meu amigo.

O presidente – Obrigado, querido amigo Raul. Já agradeço muito a V. Exa. no dia de ontem, mas já fica aqui o reforço do agradecimento pela amizade, pela parceria, por todo o trabalho nesta Casa. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Rodrigo Lopes.

O deputado Rodrigo Lopes – Bom dia, presidente, colegas deputadas e deputados. É uma alegria poder estar aqui compartilhando este momento com vocês. Presidente, quero parabenizá-lo pela eleição. Isso é mérito de toda a condução que o senhor fez no decorrer de todos esses anos. Eu quero relatar aqui a imagem primeira que tenho de você, ainda no ano de 2009. Você era secretário de Montes Claros. Nós nos encontramos lá no PMDB, à época. Eu era presidente do PMDB de Andradas. Você era secretário municipal de Montes Claros. Um ano depois, você virou deputado estadual. Três anos depois, eu virei prefeito de Andradas. Nós acabamos nos encontrando aqui no Parlamento, e tenho a honra de tê-lo como presidente desta Casa, fazendo esse belíssimo trabalho. Não desvalorizando os presidentes que por aqui passaram, acho que esta Casa nunca produziu tanto quanto nesses quatro anos. Tivemos as pautas, os projetos dos deputados que caminharam aqui e agora o depoimento de um deputado de primeiro mandato. Cheguei a esta Casa com a menor votação. Fui acolhido, foi-me dada a possibilidade de participar, de estar em comissões importantes. Então eu quero destacar o seu perfil de ter acolhido não só os deputados que já tinham oito mandatos, mas também a nós, de primeiro mandato, com o mesmo respeito, com o mesmo carinho, tratando a gente aqui com relevância neste Parlamento. Muito obrigado. Muito sucesso. Você tem pela frente 35 anos de Tribunal de Contas. Vai conseguir ajudar muita gente e fazer o nosso estado caminhar muito pelo caminho correto. Muito obrigado.

O presidente – Amém, querido amigo Rodrigo Lopes. Obrigado também por seu trabalho e pela defesa que você faz aqui de todo o nosso estado. É muito bom tê-lo neste Parlamento, nesta legislatura. Fiquei muito feliz com a presença de V. Exa. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Bosco.

O deputado Bosco – Bom dia, meu amigo presidente, deputado Tadeu Leite; bom dia, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Presidente, eu tenho a grata satisfação e a honra de poder participar de mais um momento histórico desta Casa, de mais um momento histórico da Assembleia de Minas Gerais, que é a eleição, de forma unânime, de V. Exa. para conselheiro do Tribunal de Contas. Quero dizer a V. Exa., amigo deputado Tadeu Leite, que, com certeza, esta votação se dá dessa forma em reconhecimento da sua amizade, da sua forma de trato com todos os deputados desta Casa. V. Exa. sempre tratou muito bem aqui os 76 deputados, independentemente de cores partidárias, independentemente de o parlamentar ser da direita ou da esquerda. V. Exa. sempre tratou todos aqui com igualdade. Sempre soube ouvir e sempre soube ajudar quando foi procurado. Então quero dizer da satisfação de poder participar deste momento. Tenho certeza absoluta de que, nessa nova missão que assume agora, V. Exa. vai brilhar da mesma forma que brilhou e está brilhando frente à condução dos trabalhos desta Casa. É muito orgulho para nós, para Minas Gerais, poder contar com você não só na condução dos trabalhos da Assembleia Legislativa, mas também, daqui a pouco, no nosso Tribunal de Contas. Que Deus o abençoe! Sucesso e vida longa!

O presidente – Muito obrigado, deputado Bosco, querido amigo. Entramos juntos nesta Casa e temos uma história de amizade, de construção coletiva aqui a favor de Minas. Eu o parabenizo também neste momento pelo trabalho que faz aqui pelo nosso estado. Obrigado. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Gustavo Santana.

O deputado Gustavo Santana – Sras. Deputadas e Srs. Deputados, todos que nos acompanham pela da TV Assembleia, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de parabenizá-lo pela votação no dia de hoje. Foi eleito agora para mais um desafio como conselheiro do Tribunal de Contas. Nos meus três mandatos, sempre ao seu lado, a gente aprendeu muito e vai aprendendo muito. Tenho um orgulho muito grande de, principalmente há 2 anos, ser líder do Bloco Avança Minas, em que nossa convivência era mais diária ainda. A gente vê a sua competência, a seriedade, sempre aprovando e correndo atrás do que era bom para os mineiros e para as mineiras, nunca deixando que esta Casa fosse anexo do Palácio Tiradentes, sempre mostrando que esta Casa é 100% independente. Com isso, você conseguiu várias conquistas, como, junto ao Rodrigo Pacheco, nosso senador, cuidar da nossa dívida de Minas, entre

outras coisas. Tenho certeza de que, dentro do Tribunal de Contas, V. Exa. vai continuar servindo Minas Gerais. Com certeza, esta Casa sempre terá a honra de ter tido V. Exa. como presidente. Esta Casa sempre vai andar ao seu lado. Fico feliz por ter votado em Tadeu Martins Leite na votação do dia de hoje, mas o que eu queria mesmo era votar em V. Exa. para o governo do Estado.

O presidente – Obrigado, querido amigo deputado Gustavo Santana, 1º-secretário desta Casa. Quero agradecer à deputada Leninha por ontem, quando estive na sabatina, e, na pessoa dela, toda a Mesa. Faço questão aqui, de público, de agradecer a V. Exa. por toda parceria e amizade, especialmente como 1º-secretário desta Casa, um parceiro, um amigo que, ao lado da Leninha, do Bechir e de todos os membros da Mesa, nos ajuda a conduzir os trabalhos do dia a dia desta Casa. Muito obrigado, amigo. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Presidente, parabéns. Como eu disse ontem, foram tantos os elogios e tantas as virtudes lembradas de V. Exa. ontem e hoje – mas isso se vê sobretudo no dia a dia nesta Casa. Que V. Exa. leve todas essas virtudes, todas essas grandes virtudes, para o Tribunal de Contas do Estado. A cada dia que passa... Às vezes nós temos desesperança na vida pública. Nós andamos por cidades, as visitamos, andamos por comunidades. Tenho dito, Sr. Presidente, que na vida pública, com cargos eletivos, executivos, não tem jeito de um político honestamente enriquecer. Eu costumo dizer que, quando um político está na vida pública – se não veio do mundo empresarial, se não acertou na loteria, se não tem outro rumo –, não tem jeito de ele enriquecer. A gente vê, no dia a dia, nas cidades, em vários lugares deste país, deste estado, a política ir para outros rumos. A gente vê a contratação de *shows* milionários em cidades que, às vezes, não têm saneamento básico. A gente vê placas que mostram obras que custaram milhões, milhões e milhões, e vê a rua cheia de defeito, com calçamento malfeito. Nós vemos a falta de cuidado com o nosso povo. Confio em V. Exa., como confio no Durval Ângelo, no Agostinho Patrus. Tenho gostado de ver a dinâmica que o Tribunal de Contas tem tomado, inclusive com outros conselheiros – estou citando aqueles com os quais eu tive oportunidade de estar mais perto e conhecer. Que o Tribunal de Contas do Estado seja um órgão controlador que ajuda a cuidar do nosso povo, que ajuda a cuidar do dinheiro público. Repito: que V. Exa. leve suas grandes virtudes. Como eu disse ontem, a gente escuta falar, como se fosse um defeito, que V. Exa. é jovem. “Mas tão jovem e está indo para o Tribunal de Contas!”. Que V. Exa. leve toda essa juventude e que Deus lhe dê vida longa para que fique lá por muito tempo, levando, junto a si, suas grandes virtudes. Muito obrigado pela amizade, pelo carinho. Parabéns.

O presidente – Eu que agradeço por tudo, querido amigo Doutor Jean Freire, pela parceria e pela amizade, especialmente pelo trabalho que faz para o povo mineiro nesta Casa. Tenho muita gratidão por tê-lo aqui também nesta legislatura – não só nesta, mas praticamente nas três últimas legislaturas, estivemos juntos, construindo uma Minas melhor. Obrigado por tudo. Com a palavra, a deputada Leninha, minha querida amiga, vice-presidente.

Questão de Ordem

A deputada Leninha – Bom dia, caros colegas parlamentares e os que nos acompanham pela TV Assembleia nesta manhã, não que encerra um ciclo, mas em que há um reconhecimento público do belíssimo trabalho que o nosso deputado Tadeu Leite fez não só enquanto presidente, mas também durante todo o período em que ele ocupou uma cadeira nesta Casa, inclusive nas várias legislaturas anteriores. Eu estive ontem na sabatina e, de fato, estou externando um pouco um sentimento para as pessoas: não se trata de um sentimento de tristeza porque o Tadeu vai para o tribunal, mas um sentimento de lamento. Lamento por esta Casa, quer dizer, a política mineira estar entregando para uma instituição tão importante, que é o Tribunal de Contas do Estado, uma pessoa a quem todo mundo nesta Casa já atribuiu qualidades. E eu sou testemunha viva da sua capacidade permanente do diálogo, da sua capacidade de construção coletiva, da sua humildade, tão necessária na política, sem nenhuma arrogância. É um caso em que o poder não muda a pessoa, não é? Ela continua sendo a mesma pessoa, com a essência dela. Então é claro que eu não poderia deixar de vir também, para deixar o meu recado publicamente em relação a esse presidente que, inclusive, construiu a oportunidade, junto ao meu bloco, para eu assumir a vice-presidência da Casa. Como eu digo, é a primeira vez que uma mulher negra, uma pessoa que não é da política

tradicional, coronelística, de herança, assume o lugar de destaque no Parlamento mineiro. E isso é muito importante, porque mostra a grandeza da pessoa do presidente Tadeu. Eu estou aqui muito mais para desejar que Deus continue abençoando os caminhos dele, que ele possa ter a sabedoria e o discernimento tão necessários para buscar a justiça social e para fazer com que o dinheiro público chegue aos lugares que mais precisam. É isso. O tribunal tem um papel muito importante como órgão controlador do nosso Estado. Cada vez mais, a gente sabe que o dinheiro público não pode ter desvios. O dinheiro público precisa chegar para o nosso povo viver com mais dignidade, para o nosso povo ter, de fato, condições de acesso à saúde, à educação, à moradia, às políticas tão importantes para o nosso povo. Agradeço ao presidente Tadeu, com muito afeto e muito carinho, por essa convivência nesta segunda legislatura. Com certeza levarei comigo para toda a minha vida todo o seu carinho e sua atenção, essa reciprocidade e confiança que a gente construiu ao longo dos anos aqui, na política. Boa sorte. Que Deus o proteja, o abençoe e continue conduzindo seus passos no Tribunal de Contas do Estado.

O presidente – Muito obrigado, minha amiga. Falei ontem na sabatina também: tenho muito orgulho de tê-la ao meu lado nesta Mesa, como 1ª-vice-presidente desta Casa, e poder dividir os problemas, os avanços, ou seja, o dia a dia da condução desta Casa. Então, dou o meu agradecimento à V. Exa. pela amizade, por todo o carinho e por toda a construção coletiva na Assembleia. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Sargento Rodrigues.

Declarações de Voto

O deputado Sargento Rodrigues – Cumprimento o Sr. Presidente; a deputada Leninha, 1ª vice-presidente; os demais colegas deputados e deputadas. Presidente, em declaração de voto, eu quero apenas externar os meus votos para que V. Exa. continue brilhando no Tribunal de Contas no momento em que assumir, que não será agora. Afinal, V. Exa. precisa terminar a sua etapa como presidente deste Poder. Todos nós o acolhemos, mas precisamos que conclua o ciclo de V. Exa. na nossa Casa. Ao declarar voto, presidente, a gente fica ouvindo outros deputados, como eu disse ontem, a posição, o olhar, a leitura que cada um costuma fazer de V. Exa. à frente do poder. Eu conversei ali com alguns colegas deputados e deputadas, e percebemos o seguinte: V. Exa. conseguiu fazer um consenso para que, neste momento, pudesse disputar essa vaga. E V. Exa. brilhou muito ao chegar a esse consenso. Confesso a V. Exa. que a política vai sentir muito a sua falta. Eu costumo brincar com a deputada Maria Clara Marra: “Maria Clara Marra, tem hora que o presidente é de uma calma excessiva”. Mas é do perfil de V. Exa. a calma. O respirar faz parte da essência de V. Exa., no sentido de sempre buscar a convergência. Eu digo que essa é uma qualidade que V. Exa. tem, porque, na política, a gente precisa ter essa qualidade. Digo a V. Exa.: nos meus primeiros mandatos, eu não a tinha. A gente só vai adquirindo isso com o passar do tempo, com a maturidade, mas V. Exa. já tem isso na essência. Eu disse no gabinete de V. Exa., na frente de diversos parlamentares, e digo publicamente: se V. Exa. fosse candidato a governador do Estado hoje, conseguiria convergir os opostos ideológicos desta Casa. V. Exa. conseguiria fazer com que os espectros mais antagônicos de direita e de esquerda convergissem para o nome de V. Exa., tamanha é a sua habilidade. Presidente, como eu disse ontem, eu estava aqui na época dos mandatos dos presidentes Anderson Adauto, Antônio Júlio, Mauri Torres, Alberto Pinto Coelho, Dinis Pinheiro, Agostinho Patrus. Eu passei por diversos presidentes e venho aprendendo, observando e acompanhando. Entre todos esses presidentes, pelos quais tenho enorme respeito – e V. Exa. sabe disso –, eu não conheço outro que sentou nessa cadeira e conseguiu convergir tanto. E olha que houve um momento em que os antagônicos, do ponto de vista ideológico, viveram um momento de muita tensão. E V. Exa. conseguiu conduzir isso de forma muito tranquila. Se V. Exa. tivesse colocado o nome para ser candidato a governo do Estado, teria a maioria esmagadora dos deputados e das deputadas convergindo para o nome de V. Exa. a fim de elevá-lo. Eu disse a V. Exa.: se V. Exa. sair candidato a governador, vai me colocar numa situação muito difícil, porque, no PL, a gente segue a orientação do líder máximo, que é o presidente Bolsonaro, e V. Exa. ia colocar todos nós – eu e diversos colegas deputados do PL – em dificuldade. Presidente, quando falo da calma, quando falo da qualidade de V. Exa. em conseguir fazer essa convergência – repito –, tenha isso como qualidade. V. Exa. vai ser um conselheiro que vai buscar fazer isso. V. Exa. vai atender a todos, como eu disse ontem; vai buscar fazer o melhor e vai buscar consenso, bom senso, que é da

natureza de V. Exa. É assim que eu agiria depois de sete mandatos. No início, não; hoje, penso diferente e sei que a gente precisa dessa qualidade, principalmente para ocupar o cargo que V. Exa. ocupa e para o que vai ocupar daqui a pouco tempo. Repito, nós não abriremos mão de V. Exa. V. Exa. precisa concluir esse ciclo. V. Exa. precisa liderar os seus eleitores aqui, na Assembleia, e os seus eleitores que o encaminharam, que o estão encaminhando para o Tribunal de Contas. Por fim, presidente, Deus o abençoe com muita saúde; Deus lhe conceda muitas bênçãos – não só a V. Exa., como também à digníssima primeira-dama, nossa amiga Maria Clara Marra. Deus abençoe vocês!

O presidente – Obrigado, querido amigo, deputado Sargento Rodrigues. Obrigado por toda a amizade e parceria dentro desta Casa, deste Parlamento. Fico muito feliz em tê-lo nesta Casa com toda essa experiência. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta – Cumprimento meu caro presidente Tadeu Leite, que hoje foi alçado, por unanimidade, nesta Casa, ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas. Tadeu, sinceramente, já lhe disse isto: estou dividido entre dois sentimentos. Sou da sua cidade, do Norte de Minas, e tenho acompanhado a sua vida. Fui vereador junto ao seu pai, na Câmara Municipal de Montes Claros. Há toda uma história, uma trajetória de vida. Nessa trajetória, a gente encontra pessoas e pessoas. Você foi, para mim, uma grata surpresa não só como deputado, mas também e principalmente como presidente desta Casa, que já teve como presidentes Alberto Pinto Coelho, Agostinho Patrus, Agostinho Patrus Filho, Mauri Torres, Antônio Júlio e vários outros. Esta Casa foi honrada com a sua presença à frente dos nossos trabalhos. Muita gente até não acreditava: “Será que Tadeu, com pouco mais de 30 anos de idade...”. Mas você demonstrou a sua genética, o DNA político da sua família. Você demonstrou que, para ser bom político, basta ter bom senso, saber ouvir – e você sabe mais ouvir do que falar –, saber conduzir dentro do caminho da probidade, dentro do caminho da postura, da ética. Você nos trouxe tudo isso, você resgatou tudo isso, e você está indo para o Tribunal de Contas, um tribunal que, há pouco tempo, era chamado de tribunal de faz de conta. O Tribunal de Contas de Minas Gerais era chamado nesta Casa, por várias pessoas, de tribunal de faz de conta de Minas, porque a gente via um órgão emperrado. As pessoas que chegavam lá tinham cheiro de mofo, porque nada acontecia – nenhuma modernidade. Depois, começaram a chegar pessoas mais jovens, com essa nova visão. Espero sinceramente que o senhor possa ajudar na transformação desse Tribunal de Contas. Muitos estados não o têm mais. Muitos estados acham que nem é preciso isso, mas acho que é um órgão importante, porque ele representa a maioria das prefeituras. Trata-se de um tribunal que vai fiscalizar rigorosamente os preceitos administrativos municipais, a própria Constituição e por aí afora. Tenho certeza de que o senhor vai ter sucesso. Não me faça como o Toninho Andrada, que, há algum tempo, pouco mais de trinta anos, tirou a vaga do Dalmo Ribeiro. Estávamos todos acertados para votar em Dalmo Ribeiro. Depois, houve um movimento de última hora e o Toninho Andrada foi para o Tribunal de Contas. Depois de oito meses ele renunciou ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas. Sei que isso não vai acontecer com o senhor, porque o senhor está muito mais focado e está com um direcionamento muito mais firme. Na minha fala, juntamente com a do Sargento Rodrigues, quero desejar muita sorte. Possivelmente seu gabinete vai ser um gabinete aberto às prefeituras municipais. Não se esqueça, Tadeu Leite, dos pequenos municípios. Muitos pequenos municípios não têm um aparato que tem o grande município. Às vezes, falta uma assistência jurídica maior, um apoio maior. Esses pequenos municípios é que têm que ser o foco de V. Exa. para poder acolher o prefeito, direcioná-lo e para que não haja aquela saga de fiscalização e de punição. Às vezes, acontecem coisas, algum erro, não por dolo, mas por ignorância, por falta de condições. Eu queria chamar-lhe a atenção para não se esquecer dos pequenos municípios. Faça do seu gabinete uma porta aberta para os prefeitos e as prefeitas dos pequenos municípios, porque eles precisam disso. Eles nunca tiveram isso no Tribunal de Contas de Minas Gerais. Deixo um abraço à sua mãe, minha colega Stela Leite; ao Tadeu Leite; à sua família; ao André, seu irmão; a todos os seus leais e competentes funcionários. Se puder levá-los com você, será muito interessante, porque eles conhecem o *modus operandi* de V. Exa., a sua forma de trabalhar. Enfim, a porta está aberta. Conquiste essa nova fronteira em que o senhor está investindo e cumpra o seu papel nesta Casa. Se sair desta Casa precocemente, temos a Leninha aí – não é, Leninha? –, nossa vice-presidente, que tem todas as

condições de assumir o seu mandato, ou melhor, o seu cargo de presidente. Mas vá! O mundo é seu! Faça um bom trabalho como sempre fez. Felicidade e muita sorte.

O presidente – Muito obrigado, Carlos Pimenta, querido amigo. Primeiro, quero dizer da minha felicidade de tê-lo mais uma vez neste Parlamento. Nós que fomos colegas desde... Quando entrei, V. Exa. já estava nesta Casa, representando tão bem a nossa região e o nosso estado. Agora V. Exa. retorna. Fiquei muito feliz de tê-lo mais uma vez nesta Assembleia, representando não só a nossa Montes Claros e o nosso Norte de Minas Gerais, mas também todo o Estado de Minas Gerais. Aprendo muito com V. Exa. também todos os dias. Muito obrigado por sua amizade. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Ulysses Gomes, líder do Bloco Democracia e Luta.

O deputado Ulysses Gomes – Sras. Deputadas, Srs. Deputados e Presidente Tadeu – agora conselheiro eleito Tadeu e, mais do que isso, amigo Tadeu Leite, o Tadeuzinho –, ontem tive a oportunidade, como membro da comissão especial e, com muita honra, como relator, de expressar não só a opinião técnica da sua capacidade e da sua representação, mas também o meu reconhecimento pela sua trajetória, pelas suas vitórias e pelas suas conquistas. Depois desse tempo todo na Assembleia e como presidente da Casa, não seria diferente essa conquista de poder chegar a ser escolhido por unanimidade como um dos nossos conselheiros. Dessa forma, desejo a você, meu amigo, muito sucesso! Que Deus o ilumine e o abençoe muito! Que você continue sendo essa pessoa, essa liderança e esse homem público de caráter, sempre transparente, sempre verdadeiro e sempre aberto ao diálogo. Tenho certeza de que assim seguirá. Fico muito honrado mesmo. Começamos uma trajetória juntos no dia 1º de fevereiro de 2011. Vamos aí beirar à casa dos 16 anos de uma longa trajetória de vários ciclos. Sem dúvida nenhuma, esse ciclo do mandato de V. Exa. como presidente me orgulhou ainda mais por ver a sua capacidade de poder contribuir, de alguma forma, como amigo, deputado e líder de um bloco. Sou muito grato pela confiança que cada um e cada uma sempre depositaram no nosso trabalho. Além disso, poder falar também em nome desses que, desde o início, acreditaram no trabalho de V. Exa., sustentando uma candidatura que para uns poderia ser uma loucura seja pela sua idade, pelo nosso bloco, pelo lado, por aquilo, tal e tal, mas que foi sustentada com muita confiança, muita lealdade e muita certeza de que estávamos no lado certo – e assim continuamos. Foi feito assim na sua primeira eleição e, sem dúvida nenhuma, de forma muito natural, na sua reeleição à presidência desta Casa. Então quero compartilhar que, dentro desses ciclos em que trabalhamos juntos, estando juntos no bloco, ou seja, no bloco de oposição e, depois, junto no governo e agora junto nesta Casa, mais do que os ciclos que comecem e se encerram, tenho certeza de que o que fica é a amizade. Seja onde estivermos, estaremos construindo juntos. Espero que, nesses novos ciclos, eu siga os mesmos caminhos. Quer dizer, que, assim como começamos juntos, sigamos juntos. Não sei para onde, mas vou estar à disposição para esses caminhos juntos. (– Ri.) Pode ter certeza de que a amizade, a lealdade e o companheirismo seguirão da mesma forma, porque há alguém aqui que o admira muito. Desejo-lhe muito sucesso. Tenho certeza de que a sua família está muito satisfeita. Ontem falei com o seu pai Tadeu e vi nele essa alegria – aliás, hoje de manhã. A sua mãe também, com certeza, está aliviada; não sei pelo que vem, mas com o hoje tenho certeza de que a dona Stela está tranquila. Muito sucesso a você, meu amigo! Deus o abençoe! Conte sempre com este amigo aqui. Um grande abraço.

O presidente – Obrigado, deputado Ulysses Gomes, querido amigo. Aproveito, mais uma vez, a oportunidade para lhe agradecer toda a colaboração e construção dentro desta Casa não só como parlamentar, mas também e especialmente como líder de um dos blocos mais importantes da Assembleia de Minas. Então, em nome de V. Exa., quero agradecer, mais uma vez, a todos os deputados e deputadas do Bloco Democracia e Luta a colaboração diária nos trabalhos desta Casa. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Zé Laviola, querido amigo.

O deputado Zé Laviola – Sr. Presidente, de forma muito breve, eu não poderia deixar passar este momento sem publicamente expressar o nosso reconhecimento e a nossa gratidão. Entrei no Parlamento, estou no meu primeiro mandato e tenho em você um grande amigo e um grande conselheiro. Você sabe que a gente entra até muito imaturo dentro do Parlamento. Nos vários momentos em que precisei de um conselho, foi lá no seu gabinete que o recebi, que recebi a indicação de como caminhar. Eu falo que

a convivência com você me fez amadurecer muito e tenho certeza de que me fez melhorar como político. Tenho uma gratidão imensa por você e pela forma como conduz os trabalhos. A sua humildade e, mais, o seu espírito conciliador, como a nossa vice-presidente Leninha falou, farão muita falta neste Parlamento. Espero que ainda o tenhamos aqui por muito tempo, porque, quando a sua saída acontecer, penso que vai deixar um vácuo muito grande dentro desta Casa. A forma como você construiu a unidade do nosso bloco e do nosso grupo de deputados é algo muito raro, uma habilidade extremamente rara e difícil de encontrar. Então lhe agradeço pela sua liderança aqui, por nos indicar o caminho, por construir o consenso; além disso, por ser esse político imprescindível para Minas Gerais, um político que construiu o consenso e entregou resultados. Você, na condução desta Casa, colocou-a para funcionar de forma exemplar com todas as comissões trabalhando diariamente. O Plenário não parou em nenhum momento. Muitos projetos saíram daqui por meio da sua construção – e você sabe disso. Agradeço-lhe não só por isso, ou seja, pelo político exemplar que é, mas também pelo amigo que tenho certeza de que carregou comigo. Muito obrigado por tudo. Fica aqui o nosso reconhecimento e a nossa gratidão.

O presidente – Zé, obrigado pela sua amizade e pelo seu trabalho. Fui colega do Zé Henrique e de sua mãe aqui. Com muita honra, orgulho e satisfação, agora sou seu colega. Então é o contrário, pois eu é que aprendo com V. Exa. todos os dias com todas as conversas que temos. Aproveito para lhe agradecer publicamente por toda a amizade. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Betinho Pinto Coelho, querido amigo também e membro desta Mesa.

O deputado Betinho Pinto Coelho – Bom dia, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Sr. Presidente Tadeu Leite, este é um dia, com certeza, histórico para a Assembleia de Minas. O Tadeu é um amigo leal e um jovem dinâmico com um futuro brilhante pela frente. Quero dizer mais: orgulho-me muito da sua amizade. Obrigado, Tadeu Leite; obrigado, Tadeuzinho, pela oportunidade de estar na Mesa com você e de aprender cada dia mais. Tenho certeza de que você vai levar essas suas características de conciliador, a sua temperança e o seu equilíbrio para o Tribunal de Contas a fim de engrandecer aquela corte. Para encerrar as minhas breves palavras, juntamente com o Durval, o Agostinho, o Alencar e tantos outros que estão lá no tribunal, fica aqui uma mensagem do poeta Guimarães Rosa, que diz o seguinte: “É junto dos bão que a gente fica mió”. Parabéns, Tadeuzinho, pela sua eleição.

O presidente – Obrigado, querido amigo Betinho, um grande parceiro também na condução dos trabalhos desta Casa. V. Exa. sabe que me espelho – e muito –, quando presidente, ou seja, quando fui eleito, no seu saudoso pai: o nosso querido amigo Alberto Pinto Coelho, que foi um grande presidente desta Casa, um grande parlamentar e também uma das nossas inspirações. Sinto-me muito grato e feliz de tê-lo nesses mandatos trabalhando conosco e se dedicando à sua região e ao Estado, especialmente ao lado da Leninha, do Gustavo, do Bechir, enfim, de toda a Mesa, também nos ajudando na condução dos trabalhos nesta Casa. Obrigado por tudo. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Antonio Carlos Arantes.

O deputado Antonio Carlos Arantes – Sr. Presidente e nobres colegas presentes, tenho uma tese comigo que se aplica muito a V. Exa.: quem ouve mais acerta mais. Com os seus acertos como um simples deputado desta Casa, como 1º-secretário desta Casa e como presidente desta Casa, você mostrou, com muita clareza, que ouviu muito e por isso acertou muito. Os seus acertos são incontáveis. E há outra tese, que diz que a arrogância e a prepotência são o prenúncio do fracasso. A humildade, a bondade, o respeito, a agilidade e o trabalho são o caminho para o sucesso. V. Exa. tem a aprovação desta Casa por unanimidade para ocupar esse cargo tão importante no Tribunal de Contas do Estado, e isso foi construído por V. Exa. saber ouvir, ter muita humildade, muito respeito e trabalhar muito. Presidente, nós, parlamentares, estamos muito tranquilos com o fato de que o conselheiro Tadeu Martins Leite, do Tribunal de Contas de Minas Gerais, terá uma cadeira que será a voz dos municípios, dos prefeitos, dos vereadores e do Estado, porque a gente sabe que você vai chegar lá da mesma forma que chegou aqui. E isso não é algo produzido, construído para mostrar para fora uma pessoa diferente; isso é natural da sua pessoa. Então, presidente, parabéns. Fico muito feliz. Quero lhe agradecer, inclusive, a autonomia que me deu, a parceria, o respeito e a confiança quando fui 1º-secretário desta Casa. Minas Gerais terá um grande conselheiro. Estamos aqui para o que der e vier. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, querido amigo Antonio Carlos Arantes, por sua experiência a favor do nosso estado, por sua amizade, pelo trabalho que teve ao lado desta Mesa, no primeiro biênio desta Casa, como 1º-secretário, fazendo um trabalho extraordinário com as deputadas e os deputados. V. Exa. segue não só representando tão bem a sua região e o nosso estado, mas representando também as suas convicções, defendendo as suas convicções, sempre com uma palavra amiga, com o coração aberto e com conselhos importantes e necessários. Por isso eu lhe agradeço toda a amizade, todo o carinho e obviamente sua participação no dia a dia desta Casa. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Noraldino Júnior, líder do meu bloco.

O deputado Noraldino Júnior – Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, ontem pude me expressar na sabatina, Sr. Presidente, do ponto de vista pessoal, como parlamentar, como deputado e como membro da sabatina. Pude expressar a minha satisfação e a minha alegria de ver a trajetória de V. Exa. como um dos homens, um dos políticos mais importantes do Estado de Minas Gerais, patamar esse alcançado com sua sabedoria, sua paciência, seu equilíbrio e sua postura. Hoje quero falar como líder de um bloco. Quero dizer que todos nós, do Bloco Avança Minas, votamos com grande alegria em V. Exa. Temos certeza de que todo passo dado por V. Exa. vai ser um passo guiado por Deus e de que V. Exa. vai ter a cobertura necessária para continuar com sabedoria os passos que Deus colocou na sua vida. É com muita satisfação que faço este pronunciamento rápido. Em nome de todo o bloco, quero dar os parabéns a V. Exa. por sua trajetória. Muito obrigado por estar conosco. Que Deus o proteja nos próximos passos da sua vida. Um grande abraço.

O presidente – Mais uma vez, querido amigo Noraldino, muito obrigado. V. Exa., além de um querido e grande amigo, é meu líder aqui, nesta Casa, líder do meu bloco. V. Exa. sabe que, em várias oportunidades, é um conselheiro e nos ajuda, no dia a dia, a conduzir, por meio do Colégio de Líderes, a pauta e os trabalhos da Assembleia. Gratidão por toda sua amizade, carinho e consideração. V. Exa. sabe que a recíproca é verdadeira.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/3/2026

Presidência do Deputado Tadeu Leite

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios; Mensagem por Correio Eletrônico – Chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 5.196, 5.202, 5.210, 5.211, 5.219 e 5.221 a 5.225/2026; Requerimentos nºs 16.455, 16.503, 16.607, 16.608, 16.610 a 16.629, 16.632 a 16.634 e 16.682 a 16.687/2026 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Direitos Humanos, de Transporte, da Pessoa com Deficiência, de Administração Pública, de Meio Ambiente e de Educação – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Arlen Santiago, Leleco Pimentel, Bruno Engler e Cristiano Silveira – Questões de Ordem; Homenagem Póstuma – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Leite – Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Adalclever Lopes – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Carol Caram – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Dr.

Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leleco Pimentel – Leonídio Bouças – Lincoln Drumond – Lud Falcão – Luizinho – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Lincoln Drumond, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Coronel Henrique, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Ofício nº 43/2025 – PGJMG/BHPJ/BH07PJ/BH07PJ1T/BH07PJ1T-CPJ/BH07PJ1T-SEC, do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 15.126/2025, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. (– Anexe-se ao Requerimento nº 15.126/2025.)

Ofício da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 16.075/2025, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria. (– Anexe-se ao Requerimento nº 16.075/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 16.171/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 16.171/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação prestando informações relativas ao Requerimento nº 16.172/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 16.172/2025.)

MENSAGEM POR CORREIO ELETRÔNICO

Mensagem por correio eletrônico do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais prestando informações relativas ao Requerimento nº 14.966/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 14.966/2025.)

O presidente – Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, solicito ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Lincoln Drumond) – (– Faz a chamada.).

O presidente – Responderam a chamada 29 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 5.196/2026

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Contratação de Policiais Cíveis Aposentados para a prestação de tarefa por tempo determinado no âmbito da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa de Policiais Cíveis Aposentados para Prestação de Tarefa por Tempo Determinado, destinado à execução de atividades-meio na Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG.

Art. 2º – O programa de que trata esta lei consiste na designação de policiais cíveis aposentados para a realização de atribuições específicas, tendo por finalidade o aproveitamento de suas potencialidades e experiência, com a economia de recursos, de modo a permitir o atendimento das necessidades administrativas no âmbito da Polícia Civil.

Art. 3º – Os policiais cíveis aposentados serão designados exclusivamente para a realização de atividades de natureza administrativa, as quais compreendem:

- I – atendimento ao público;
- II – registro de ocorrências;
- III – serviço de plantão;
- IV – serviços de informática;
- V – serviços de secretaria e de apoio administrativo em geral;
- VI – serviços cartorários;
- VII – atividades de ensino e treinamento;
- VIII – a condução de veículos oficiais;
- IX – atividades de videomonitoramento;
- X – serviço de apoio às operações especializadas de segurança pública.

§ 1º – Aos integrantes do programa é vedado o exercício de funções de chefia.

§ 2º – O exercício das atribuições previstas nos incisos IX e X dependem de designação específica, por meio de portaria do chefe de polícia, devidamente publicada no Diário Oficial do Estado, a qual definirá o órgão de lotação, o prazo de sua duração e as atividades a serem executadas, restringindo-se, no caso do inciso X, ao desempenho de atividades de apoio administrativo às operações especializadas de segurança pública.

§ 3º – É vedada a designação dos contratados para o exercício de atividades-fim de alto risco, que exijam o poder de polícia de forma direta em sua máxima expressão, como o cumprimento de mandados de prisão de alto risco ou operações de incursão em áreas conflagradas. Fica mantido o porte de arma de fogo, nos termos da legislação vigente, para a segurança pessoal e o desempenho das atividades autorizadas.

Art. 4º – A contratação de que trata esta lei será autorizada pelo governador do Estado, segundo critérios de conveniência e oportunidade, limitando-se o programa à designação temporária de até 10% (dez por cento) do efetivo da ativa. A designação dos policiais selecionados será ato discricionário da chefia de polícia.

Parágrafo único – A designação de que trata este artigo será precedida de processo de seleção, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 5º – A designação de que trata esta lei se dará pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser renovada por igual período.

Art. 6º – São requisitos para a designação:

I – ser policial civil aposentado do Estado de Minas Gerais;

VIII – possuir porte de arma de fogo válido;

II – ter idade inferior a 65 (sessenta e cinco) anos na data da contratação;

III – possuir aptidão física e mental, comprovada por inspeção de saúde oficial;

IV – não ter sido aposentado por invalidez ou compulsoriamente por decisão disciplinar;

V – não possuir registro de sentença penal condenatória transitada em julgado.

Art. 7º – O integrante do programa, designado nos termos desta lei, não sofrerá alteração de sua situação jurídica e, durante a designação, fará jus a uma remuneração mensal de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), além de:

Parágrafo único – O valor da remuneração de que trata o *caput* é fixo e independe do nível ou classe que o policial ocupava quando em atividade, sendo isonômico para todos os participantes do programa.

I – auxílio-alimentação, nos termos da legislação vigente;

II – abono fardamento, pago nas mesmas condições dos servidores da ativa;

III – diárias, quando em deslocamento a serviço;

IV – férias remuneradas de 30 (trinta) dias após 12 (doze) meses de serviço;

V – décimo terceiro salário, correspondente à remuneração mensal.

Art. 8º – Os integrantes do programa ficam sujeitos ao cumprimento das normas disciplinares em vigor, nos mesmos moldes dos servidores da ativa.

Art. 9º – A lotação dos integrantes do programa se dará nos locais previamente fixados pela administração policial, por meio de edital específico.

Art. 10 – O ingresso no programa não acarreta, por si só, qualquer direito ou vantagem pecuniária além daquelas previstas nesta lei.

Art. 11 – O tempo de designação será anotado nos cadastros de assentamento do policial civil aposentado apenas para fins de registro, não sendo computado como tempo de serviço e não produzindo quaisquer efeitos em sua situação de inatividade.

Art. 12 – A relação jurídica e a carga horária estabelecidas com base nesta Lei devem ser as mesmas dos servidores policiais em atividade, conforme Estatuto dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

Art. 13 – A designação dos policiais civis aposentados deverá ser precedida de processo de seleção, coordenado e executado pelo Departamento de Administração Policial e instaurado por edital, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado.

Art. 14 – O processo de seleção será composto das seguintes etapas:

I – inscrição;

II – análise e instrução documental;

III – julgamento preliminar;

IV – divulgação do resultado preliminar com a classificação dos aprovados;

V – julgamento dos recursos; homologação do resultado final;

VI – realização de inspeção médica.

Art. 15 – O edital de abertura do processo de seleção será expedido pela Direção do Departamento de Administração Policial e publicado no Diário Oficial do Estado, devendo abordar todos os procedimentos relacionados às etapas do processo de seleção.

Art. 16 – Das decisões referentes ao processo de seleção caberá um único recurso, a ser dirigido à Direção do Departamento de Administração Policial para julgamento, na forma definida no respectivo edital.

Art. 17 – As inscrições deverão ser realizadas dentro do prazo estipulado no edital do processo de seleção, por meio de link específico disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Polícia Civil.

Art. 18 – O candidato deverá preencher o formulário disponibilizado no link, informando os dados pessoais e anexando os documentos exigidos em edital.

Art. 19 – As inscrições realizadas em conformidade com o edital serão homologadas e publicadas no Diário Oficial do Estado.

Art. 20 – As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 21 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de fevereiro de 2026.

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Justificação: A segurança pública é um pilar fundamental para o desenvolvimento social e econômico. A expansão de facções criminosas em Minas Gerais, especialmente na capital, exige uma resposta firme e imediata do Estado. A mobilização de efetivo para operações de ocupação e inteligência é crucial, mas não pode comprometer o funcionamento de serviços essenciais à população, como a emissão de documentos, o serviço de trânsito e o suporte pericial.

A contratação de policiais aposentados, que voluntariamente desejem retornar ao serviço em funções específicas, oferece uma série de vantagens. A economia no primeiro ano, considerando os custos de um novo certame e os encargos de carreira, pode chegar a 21,6% por servidor, representando uma economia de mais de R\$ 2,7 milhões para um grupo de 150 contratados.

- **Experiência e qualificação:** Os aposentados possuem décadas de experiência prática, conhecimento das rotinas e da cultura organizacional, dispensando longos períodos de treinamento e adaptação.

- **Celeridade no provimento:** O processo de seleção e contratação é significativamente mais rápido do que um concurso público, que pode levar anos desde a autorização até a nomeação dos aprovados.

- **Racionalidade econômica:** A contratação temporária apresenta um custo inferior para o Estado. Elimina-se o dispêndio com bancas examinadoras e os encargos de longo prazo associados a um servidor de carreira, como progressões e aposentadoria.

- **Otimização do efetivo:** Permite que policiais da ativa, com pleno vigor físico e treinamento tático atualizado, sejam direcionados para as atividades-fim, onde são mais necessários, fortalecendo o policiamento ostensivo e investigativo.

A urgência desta medida é corroborada por recentes anúncios do governo de Minas. Conforme reportagem do jornal *O Tempo*, de 3/2/2026, o Estado definiu seis novas operações de ocupação em áreas de risco para conter o avanço de facções como PCC, CV e TCP. Na ocasião, o vice-governador Mateus Simões destacou que “o efetivo disponível e a gestão de pessoal dificultam a

realização de várias operações concentradas ao mesmo tempo”, ressaltando a necessidade de “não prejudicar o patrulhamento ordinário”. A contratação de aposentados surge, portanto, como a solução mais célere e eficaz para liberar os policiais da ativa necessários para estas operações estratégicas, sem desguarnecer as demais frentes de segurança.

Ademais, a própria Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis (Lei nº 14.735, de 2023), recentemente sancionada, reforça essa diretriz de otimização. Em seu art. 30, § 6º, a lei faculta ao policial que já cumpriu os requisitos para a aposentadoria a possibilidade de, a critério da administração, permanecer exercendo funções em âmbito administrativo. A presente proposta para Minas Gerais, portanto, não só se alinha a essa visão de otimização de pessoal, como também a expande, criando um mecanismo para o aproveitamento de veteranos que já se encontram na inatividade, complementando a diretriz nacional.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Segurança Pública, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.202/2026

Concede ao Município de Pedro Leopoldo o título de Capital Mineira da Paleontologia e reconhece o tigre-dente-de-sabre (*Smilodon*) como animal-símbolo de Pedro Leopoldo e do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica concedido ao Município de Pedro Leopoldo o título de Capital Mineira da Paleontologia.

Art. 2º – Fica reconhecido como animal-símbolo do Município de Pedro Leopoldo e do Estado o tigre-dente-de-sabre (*Smilodon*), em reconhecimento à relevância da descoberta histórica registrada no território estadual.

Art. 3º – O título e o reconhecimento de que trata esta lei têm como objetivos estimular o turismo científico, valorizar o patrimônio arqueológico e paleontológico regional e promover a educação e a pesquisa científica no Estado.

Art. 4º – O poder público poderá, observada a legislação vigente, incentivar ações educativas, culturais, científicas e turísticas voltadas à valorização do patrimônio arqueológico e paleontológico do Estado.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de fevereiro de 2026.

Nayara Rocha (PP), vice-líder do Governo.

Justificação: O Município de Pedro Leopoldo, situado na região cárstica de Lagoa Santa, exibe uma das maiores relevâncias científicas das Américas. O território é reconhecido internacionalmente por seu vasto patrimônio arqueológico, espeleológico e paleontológico, tendo sido palco das pesquisas pioneiras do naturalista Peter Wilhelm Lund no século XIX.

A importância histórica da localidade é consolidada por marcos fundamentais para a compreensão da pré-história, como a descoberta do fóssil Luzia, o esqueleto humano mais antigo das Américas, e o primeiro registro mundial do tigre-dente-de-sabre (*Smilodon*). Diversos sítios, como a Lapa Vermelha e a Gruta do Sumidouro, continuam a ser objeto de estudos por instituições de prestígio, como a UFMG e a PUC Minas, o que reafirma Pedro Leopoldo como um polo de produção de conhecimento científico de valor mundial.

A formalização desses títulos em âmbito estadual representa um instrumento estratégico para a valorização da identidade mineira, o fortalecimento da economia criativa e a preservação da memória natural do País.

Pela relevância da matéria, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Cultura e de Educação para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.210/2026

Institui, no âmbito do Estado de Minas Gerais, a Política Estadual de Valorização da Estética Afro e do Empreendedorismo de Mulheres Negras e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a Política Estadual de Valorização da Estética Afro e do Empreendedorismo de Mulheres Negras, com a finalidade de promover o reconhecimento, a qualificação profissional, o incentivo econômico e a valorização cultural das mulheres negras que atuam nos setores de estética afro, beleza, moda, arte capilar e economia criativa.

Art. 2º – São objetivos da Política Estadual:

- I – valorizar a estética afro-brasileira como patrimônio cultural, histórico e identitário;
- II – incentivar o empreendedorismo de mulheres negras nos setores de beleza, estética, moda e economia criativa;
- III – promover a geração de renda e a autonomia financeira de mulheres negras;
- IV – combater a discriminação estética e racial nos ambientes profissional e social;
- V – fomentar a qualificação técnica e artística voltada aos cabelos crespos, cacheados e naturais;
- VI – reconhecer profissionais que projetem o nome do Estado de Minas Gerais nos âmbitos nacional e internacional.

Art. 3º – Constituem diretrizes da Política Estadual:

- I – a criação de programas de capacitação profissional gratuitos ou subsidiados voltados às mulheres negras que atuem nos setores de estética afro e economia criativa;
- II – o estabelecimento de parcerias com escolas técnicas, universidades, cooperativas e entidades do terceiro setor;
- III – a promoção de feiras, mostras culturais e eventos estaduais destinados à valorização da estética afro;
- IV – o incentivo à criação de linhas de crédito específicas e facilitadas para mulheres negras empreendedoras do setor;
- V – a integração da valorização da estética afro às políticas públicas de igualdade racial e de promoção dos direitos das mulheres.

Art. 4º – Fica instituída a Semana Estadual de Valorização da Estética Afro e do Empreendedorismo de Mulheres Negras, a ser realizada, anualmente, na semana do dia 25 de julho, em referência ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha tendo como objetivo:

- I – denunciar desigualdades estruturais que afetam mulheres negras;
- II – dar visibilidade às múltiplas formas de discriminação racial e de gênero;
- III – incentivar políticas públicas de inclusão social, econômica e educacional;
- IV – defender direitos humanos, equidade salarial e acesso a oportunidades;
- V – reconhecer a contribuição histórica, cultural e intelectual das mulheres negras;
- VI – fortalecer a autoestima, identidade e ancestralidade afro-latino-americana e caribenha;
- VII – estimular liderança política, empreendedorismo e participação social;
- VIII – dar visibilidade a trajetórias de resistência e transformação social;
- IX – integrar movimentos sociais de países da América Latina e do Caribe;
- X – construir agendas comuns de enfrentamento às desigualdades.

Art. 5º – O Estado poderá promover campanhas educativas voltadas a:

I – valorização da identidade e da estética afro;

II – combate ao racismo e à discriminação estética;

III – incentivo ao empreendedorismo feminino negro.

Art. 6º – A implementação da Política Estadual dar-se-á de forma articulada com:

I – a secretaria estadual de desenvolvimento social – Sedese;

II – os municípios mineiros;

III – as instituições de ensino;

IV – as entidades de classe;

V – as organizações da sociedade civil;

VI – profissionais e coletivos da área de estética afro.

Art. 7º – O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de até 120 dias após sua publicação.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de fevereiro de 2026.

Roberto Andrade (PRD)

Justificação: O presente projeto de lei tem por finalidade reconhecer e fortalecer o papel das mulheres negras no desenvolvimento econômico, cultural e social do Estado de Minas Gerais, com especial atenção às atividades relacionadas à estética afro e à economia criativa.

A estética afro-brasileira constitui importante manifestação cultural e social, ultrapassando o aspecto meramente estético e configurando-se como expressão de identidade, pertencimento cultural, resistência histórica e afirmação social. Em Minas Gerais, numerosas mulheres negras encontram nesse segmento relevante oportunidade de inserção produtiva, geração de renda e promoção da autonomia econômica.

A valorização institucional dessas profissionais revela-se medida necessária ao enfrentamento das desigualdades históricas, à promoção da inclusão produtiva e ao reconhecimento de iniciativas que contribuem para a valorização cultural e para a projeção do Estado em âmbito nacional e internacional. Ressalta-se que profissionais mineiras do setor vêm alcançando reconhecimento além das fronteiras nacionais, evidenciando a relevância técnica e cultural das atividades desenvolvidas no território mineiro.

A proposição prevê o incentivo à qualificação, ao reconhecimento e ao fortalecimento dessas atividades, contribuindo para o desenvolvimento da economia criativa, para a valorização da cultura afro-brasileira e para a promoção da igualdade racial e de gênero.

A iniciativa encontra respaldo nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade material, da valorização do trabalho e da promoção do bem de todos, conforme disposto na Constituição da República.

Diante do relevante interesse público e social da matéria, submete-se o presente projeto de lei à apreciação desta Assembleia Legislativa, contando-se com o apoio dos nobres Deputados para sua aprovação.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela deputada Leninha. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 4.859/2025, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.211/2026

Institui o Selo Estadual de Valorização da Estética Afro e do Empreendedorismo de Mulheres Negras no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Selo Estadual de Valorização da Estética Afro e do Empreendedorismo de Mulheres Negras, destinado a reconhecer e incentivar salões de beleza, empreendimentos, coletivos, profissionais autônomos e iniciativas que promovam a valorização da estética afro-brasileira e o fortalecimento do empreendedorismo de mulheres negras no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – O selo tem por objetivos:

- I – valorizar iniciativas que promovam a identidade e a estética afro-brasileira;
- II – incentivar o empreendedorismo e a autonomia econômica de mulheres negras;
- III – reconhecer boas práticas de inclusão, diversidade e igualdade racial no setor da beleza e da economia criativa;
- IV – estimular a qualificação profissional e a inovação nos serviços voltados à estética afro;
- V – promover o desenvolvimento econômico e cultural regional.

Art. 3º – Poderão receber o selo:

- I – salões de beleza e espaços especializados em estética afro;
- II – profissionais autônomos da área de estética e arte capilar afro;
- III – empreendimentos liderados por mulheres negras;
- IV – cooperativas, coletivos e iniciativas da economia criativa relacionadas à valorização da cultura afro-brasileira.

Art. 4º – Para concessão do selo, serão observados, entre outros, os seguintes critérios:

- I – atuação comprovada na valorização da estética afro;
- II – respeito à diversidade e promoção da igualdade racial;
- III – adoção de práticas profissionais éticas e inclusivas;
- IV – incentivo à qualificação profissional e formação continuada;
- V – impacto social e cultural positivo na comunidade.

Art. 5º – O Selo Estadual terá validade de 2 (dois) anos, podendo ser renovado mediante nova avaliação, conforme regulamento.

Art. 6º – O Poder Executivo regulamentará:

- I – o processo de inscrição e avaliação;
- II – os órgãos responsáveis pela análise e concessão;
- III – os critérios técnicos complementares;
- IV – a forma de utilização da identidade visual do selo.

Art. 7º – Os estabelecimentos certificados poderão utilizar o selo em materiais institucionais, publicitários e digitais, observadas as normas regulamentares.

Art. 8º – A concessão do selo não implicará repasse direto de recursos financeiros pelo Estado, podendo, contudo, gerar prioridade em programas de capacitação, feiras e ações institucionais.

Art. 9º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de fevereiro de 2026.

Roberto Andrade (PRD)

Justificação: O presente projeto de lei tem por objetivo instituir o Selo Estadual de Valorização da Estética Afro e do Empreendedorismo de Mulheres Negras, mecanismo de reconhecimento público destinado a incentivar e valorizar profissionais, empreendimentos e iniciativas que promovam a estética afro-brasileira e o fortalecimento do empreendedorismo feminino negro no Estado de Minas Gerais.

A proposta fundamenta-se na importância da promoção da igualdade racial e da valorização da diversidade cultural como instrumentos de desenvolvimento social e econômico. A estética afro constitui relevante manifestação identitária e cultural, refletindo a história, a ancestralidade e a contribuição da população negra para a formação da sociedade brasileira e mineira.

Nesse contexto, observa-se o crescimento do setor da beleza, da estética e da economia criativa como espaço de geração de renda, inclusão produtiva e autonomia financeira, especialmente para mulheres negras, que encontram nesse segmento oportunidades de empreendedorismo e transformação social. Todavia, tais iniciativas ainda enfrentam desafios relacionados à visibilidade institucional, ao reconhecimento profissional e ao acesso ampliado a oportunidades de desenvolvimento.

O selo estadual proposto configura política pública de caráter indutivo e educativo, voltada à valorização de boas práticas, ao incentivo à qualificação profissional e à promoção da igualdade de oportunidades, sem implicar criação de despesas obrigatórias diretas ao Estado, uma vez que sua implementação ocorrerá conforme regulamentação do Poder Executivo e disponibilidade administrativa.

A iniciativa encontra respaldo nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da redução das desigualdades sociais, da valorização do trabalho e da promoção da cultura nacional, além de estar alinhada às políticas públicas de promoção da igualdade racial e de fortalecimento do empreendedorismo.

Diante da relevância da matéria, espera-se o apoio dos nobres Deputados para a aprovação desta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Direitos Humanos e de Desenvolvimento Econômico para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.219/2026

Declara de utilidade pública o Projeto Avançar Lutando pelo bem, com sede no Município de São Lourenço.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Projeto Avançar Lutando pelo bem, com sede no Município de São Lourenço.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 25 de fevereiro de 2026.

Grego da Fundação (Mobiliza), presidente da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer e Ouvidor.

Justificação: A presente proposição tem por objetivo declarar de utilidade pública a instituição sem fins lucrativos que desenvolve relevantes atividades de caráter assistencial, promocional, recreativo e educacional.

A entidade presta serviços de interesse social à comunidade, com oferta de aulas de artes marciais (karate-do shotokan, jiu-jitsu e defesa pessoal), além de cursos e atendimentos nas áreas de primeiros socorros, instalação elétrica predial, inglês, apoio psicológico, aconselhamento jurídico, acompanhamento nutricional, enfermagem e dança.

Ressalte-se que a instituição atua sem distinção de religião, cor, sexo ou condição social, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Destaca-se, ainda, que a entidade está em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, com diretoria idônea e não remunerada, atendendo aos requisitos legais para a declaração de utilidade pública.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.221/2026

Declara de utilidade pública o Instituto de Pesquisa e Intervenção em Projetos de Gênero – CDP –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Pesquisa e Intervenção em Projetos de Gênero – CDP –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 25 de fevereiro de 2026.

Ana Paula Siqueira (Rede), presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Justificação: O presente projeto de lei visa declarar de utilidade pública estadual o Instituto de Pesquisa e Intervenção em Projetos de Gênero – CDP –, com sede em Belo Horizonte. Fundado em 2022, o Instituto consolida-se como um negócio social de relevância pública indiscutível, atuando na vanguarda do debate sobre equidade de gênero e direitos humanos.

A atuação do CDP fundamenta-se em um trabalho interseccional, antirracista e antissexista, focando especialmente na sensibilização e responsabilização das masculinidades. Entre suas principais contribuições para o interesse coletivo, destacam-se a atuação direta na redução dos índices de violência contra a mulher por meio de grupos reflexivos e intervenções com Homens Autores de Violência – HAV –, o fomento a novas formas de resolução de conflitos que superam a lógica estritamente punitiva, promovendo a transformação subjetiva e o compromisso do indivíduo com o laço social; e a promoção de palestras, formações e consultorias que visam transformar a cultura organizacional e social, combatendo comportamentos patriarcais e silenciadores.

Pela importância social de suas ações para a construção de uma Minas Gerais mais equânime e segura, submeto este projeto à apreciação de meus pares.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Direitos Humanos, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.222/2026

Declara de utilidade pública a Orquestra São Caetano, com sede no Município de Mariana.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Orquestra São Caetano, com sede no Município de Mariana.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de fevereiro de 2026.

João Vítor Xavier (Cidadania), 3º-secretário.

Justificação: Fundada em 7/4/1836, no Arraial de São Caetano do Ribeirão do Carmo, atual Distrito de Monsenhor Horta, município de Mariana, com cerca de 300 anos de história, a Orquestra São Caetano é uma das mais antigas tradições musicais de Minas Gerais. Reconhecida como a quarta banda mais antiga do Brasil e a mais antiga da região dos Inconfidentes, a instituição patrimonial encanta gerações com sua música, renovando músicos e mantendo viva a cultura local.

Passados 300 anos de história a Orquestra São Caetano segue mantendo seus compromissos ativamente no distrito, prezando a ética e a boa convivência de seus membros, conservando e mantendo sua tradição através da música sacra nos atos religiosos que acontecem no Distrito de Monsenhor Horta. Por meio do projeto Marizica, a instituição amplia seu papel formativo e social, oferecendo educação musical gratuita e contribuindo para a formação de novas gerações de músicos.

Com efeito, o presente projeto de lei tem grande importância para o fortalecimento das atividades desenvolvidas por esta Associação.

Conto com o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.223/2026

Declara de utilidade pública a Associação Cruzeiroinho Esporte Clube, com sede no Município de Naque.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cruzeiroinho Esporte Clube, com sede no Município de Naque.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de fevereiro de 2026.

Rafael Martins (PSD), vice-presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Justificação: A Associação Cruzeiroinho Esporte Clube, com sede no Município de Naque, é entidade civil sem fins lucrativos, que atua de forma contínua na promoção do esporte, da inclusão social e do desenvolvimento comunitário.

A entidade desenvolve atividades esportivas voltadas especialmente para crianças, adolescentes e jovens, incentivando a prática de esportes como instrumento de formação cidadã, disciplina, trabalho em equipe e prevenção à vulnerabilidade social. Além disso, promove eventos e ações comunitárias que fortalecem os vínculos sociais e estimulam a participação da população nas atividades coletivas do município.

A declaração de utilidade pública estadual constitui importante reconhecimento institucional às atividades desenvolvidas pela associação, possibilitando-lhe ampliar parcerias com o poder público e acessar benefícios previstos na legislação estadual aplicável às entidades sem fins lucrativos.

Diante do relevante interesse social das ações desempenhadas, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.224/2026

Declara de utilidade pública a Sociedade Esportiva Guatapará, com sede no Município de Muzambinho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Esportiva Guatapará, com sede no Município de Muzambinho.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de fevereiro de 2026.

Arnaldo Silva (União)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.225/2026

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o Queijo Minas Artesanal do Cerrado Mineiro.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido como de relevante interesse cultural do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, o Queijo Minas Artesanal do Cerrado Mineiro, produzido nos municípios integrantes da região tradicionalmente demarcada do Cerrado Mineiro.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta lei, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar, proteger e promover bem cultural imaterial representativo da identidade, da tradição produtiva, do saber-fazer artesanal e da história das famílias produtoras da região do Cerrado Mineiro.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de fevereiro de 2026.

Lud Falcão (Pode)

Justificação: Eu aprendi, ao longo da minha caminhada política, que Minas Gerais é feita de histórias que começam cedo, antes mesmo do sol nascer. É assim nas propriedades rurais do Cerrado Mineiro, onde famílias inteiras dedicam suas vidas à produção do Queijo Minas Artesanal do Cerrado.

Quando estive em Carmo do Paranaíba, Patos de Minas, Patrocínio, São Gotardo, Rio Paranaíba, Lagamar, Coromandel, Presidente Olegário, Lagoa Formosa, Arapuá, Tiros, Matutina, Guimarânia, Cruzeiro da Fortaleza, Vazante, Varjão de Minas, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté e Abadia dos Dourados, ouvi produtores que falam do queijo como quem fala de um filho. Não é apenas um produto. É herança, é dignidade, é sustento.

Eu vi de perto a realidade das pequenas propriedades, o cuidado com o rebanho, o respeito ao tempo de maturação, o zelo com cada peça produzida. O modo de fazer o queijo do Cerrado Mineiro é tradição passada de geração em geração. É cultura viva dentro das casas, das queijarias e das comunidades rurais.

Também reconheço o trabalho sério e organizado da Associação dos Produtores de Queijo Minas Artesanal do Cerrado Aprocer, que tem papel fundamental na defesa dos produtores, na qualificação técnica, na busca por certificações e na proteção da identidade regional do queijo. Essa união fortalece a cadeia produtiva e dá segurança ao consumidor.

Ao propor este reconhecimento como de relevante interesse cultural do Estado, eu não estou tratando apenas de gastronomia. Estou falando de identidade mineira. Estou falando de desenvolvimento regional com raiz, de permanência das famílias no campo e de valorização do interior de Minas.

O queijo artesanal do Cerrado movimenta a economia local, impulsiona o turismo gastronômico, gera emprego e renda e fortalece municípios inteiros. Cada peça vendida representa o esforço de uma família e a continuidade de uma tradição.

Meu mandato tem compromisso com o campo, com quem trabalha de forma honesta e perseverante. Eu acredito que política pública também é reconhecer aquilo que nos representa enquanto povo.

Por isso, reconhecer o Queijo Minas Artesanal do Cerrado Mineiro como de relevante interesse cultural do Estado é um ato de respeito, de justiça e de valorização das famílias produtoras que mantêm viva essa tradição tão importante para Minas Gerais.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 16.455/2026, do deputado Arlen Santiago e outros, em que requerem a convocação de reunião especial para homenagear a pesquisadora Tatiana Lobo Coelho de Sampaio, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelo desenvolvimento da polilaminina.

Nº 16.503/2026, do deputado Coronel Henrique e outros, em que requerem a convocação de reunião especial para comemorar o cinquentenário da conquista da Taça Libertadores da América pelo Cruzeiro Esporte Clube, ocorrida em julho de 1976, o primeiro troféu internacional oficial do futebol profissional mineiro.

Nº 16.607/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os bombeiros militares, policiais militares, policiais civis e policiais penais que atuaram de forma exemplar na região da Zona da Mata, especialmente nos Municípios de Ubá, Juiz de Fora e Matias Barbosa, durante o intenso período de chuvas que assolou a região. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 16.608/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os militares que menciona, integrantes do 16º Batalhão de Polícia Militar, que participaram da ocorrência formalizada sob o Redes nº 2026-007269954-002, em 14/2/2026, no Município de Belo Horizonte, que resultou na prisão em flagrante de autor de invasão de domicílio e de lesão corporal. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 16.610/2026, do deputado Gustavo Santana e outros, em que requerem a concessão do título de Cidadão Honorário do Estado a Andrei Augusto Passos Rodrigues pelos relevantes serviços prestados a Minas Gerais. (– Publicado, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.753/2020.)

Nº 16.611/2026, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à chefe da Polícia Civil e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre os critérios técnicos adotados nas avaliações de verificação de deficiência em candidatos com transtorno do espectro autista no concurso público para investigador de polícia I regido pelo Edital nº 4/2024. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 16.612/2026, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado aos senadores da República e aos deputados federais pedido de providências para que promovam, com urgência, mudanças na legislação de execução penal do País, a fim de tornar mais rígidas as regras de cumprimento de pena, especialmente para criminosos contumazes e de alta periculosidade.

Nº 16.613/2026, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar pedido de providências para avaliação da possibilidade de alteração da data do exame de aptidão profissional previsto no Edital DRH-CRS nº 3/2026, em atenção à situação de policiais militares cuja crença religiosa imponha a guarda do sábado.

Nº 16.614/2026, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao coordenador estadual de Defesa Civil pedido de informações consubstanciadas em relatório, elaborado pela coordenadoria de que é titular, da visita realizada às minas de Fábrica e Viga, em Congonhas, em 13/2/2026. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 16.615/2026, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações acerca das multas aplicadas pela secretaria de que é titular à Vale S.A. desde 2015 até março de 2026, consubstanciadas na relação de multas pagas e não pagas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 16.616/2026, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o quadro atualizado dos crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes no Estado, com os esclarecimentos que especifica. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 16.617/2026, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, à Polícia Militar de Minas Gerais e à Corregedoria da Polícia Militar pedido de providências para a apuração rigorosa das violações de direitos humanos ocorridas em 16/2/2026, na Praça Raul Soares, em Belo Horizonte, envolvendo ação policial nas imediações de dois bares de público majoritariamente LGBTQIA+, adotando-se as medidas que menciona.

Nº 16.618/2026, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para a melhoria da infraestrutura dos centros socioeducativos e do Sistema Socioeducativo do Estado, mediante a adoção das medidas que menciona. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 16.619/2026, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público em Buritis, à Secretaria de Estado de Saúde, ao Conselho Regional de Medicina e à Polícia Civil em Buritis pedido de providências para apuração de graves indícios de negligência e imperícia médica no atendimento a um bebê de apenas três meses de idade, o que resultou no agravamento do estado de saúde da criança, levando-a a óbito. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 16.620/2026, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais, ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais e à Corregedoria da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para a apuração de possíveis irregularidades ocorridas durante intervenção policial realizada em 7/2/2026, no evento de samba Deu Meia-Noite, em espaço cultural localizado na Av. Saramenha, no Bairro Guarani, em Belo Horizonte. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão de Direitos Humanos. Anexe-se ao Requerimento nº 16.419/2026, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 16.621/2026, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para apurar e sanar com urgência as graves denúncias de precariedade na Penitenciária Dênio Moreira de Carvalho, em Ipaba.

Nº 16.622/2026, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar pedido de providências para averiguar, por meio de sindicância, denúncias de ações abusivas e truculentas da corporação ocorridas na madrugada do dia 7/2/2026, no samba Deu Meia-Noite, no Bairro Guarani, em Belo Horizonte. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão de Direitos Humanos. Anexe-se ao Requerimento nº 16.419/2026, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 16.623/2026, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Corregedoria e ao Comando-Geral da Polícia Militar e ao Ministério Público pedido de providências para apuração de possíveis irregularidades em abordagem policial

realizada em 30/1/2026, em posto de combustíveis no Município de Patrocínio, na qual há indícios de uso desproporcional da força, além de outras falhas operacionais.

Nº 16.624/2026, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, ao Departamento Penitenciário de Minas Gerais, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário e à direção da Penitenciária Federal em Catanduvas (PR) pedido de providências para garantia dos direitos humanos de internos oriundos do sistema penitenciário do Estado atualmente recolhidos no Sistema Penitenciário Federal, em especial na referida penitenciária federal.

Nº 16.625/2026, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo, à presidente do Conselho Estadual da Mulher, à secretária de Estado de Desenvolvimento Social e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a implementação e regulamentação das políticas públicas de enfrentamento ao feminicídio e à violência contra as mulheres no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 16.626/2026, do deputado Gustavo Valadares, em que requer seja formulado voto de congratulações com Ibrahim Abi-Ackel, jurista, ex-deputado estadual, ex-deputado federal e ex-ministro da justiça, pela passagem de seu centenário, celebrado em 2/3/2026, e por sua dedicação ao serviço público, à atividade parlamentar e ao fortalecimento das instituições. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 16.627/2026, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar pedido de providências para que seja realizada a mudança do local onde atualmente funciona o destacamento da corporação no Município de Iapu.

Nº 16.628/2026, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para a destinação de uma viatura 4x4 à 206ª Companhia do 45º Batalhão da corporação, sediada no Distrito de Cana Brava, no Município de João Pinheiro.

Nº 16.629/2026, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para o recapeamento asfáltico da Rodovia Estadual Cícero Dumont, que dá acesso ao Município de Francisco Dumont, no Norte do Estado.

Nº 16.632/2026, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja formulado voto de congratulações com Mônica Cardoso pela assunção do mandato de vereadora no Município de Varginha, a qual se tem destacado por sua atuação em defesa da educação pública, dos direitos das mulheres e da justiça social.

Nº 16.633/2026, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja formulado voto de congratulações com Maria Helena Fonseca Azevedo por sua representatividade para as mulheres mineiras e pelo reconhecimento da importância do trabalho de cuidado na sociedade.

Nº 16.634/2026, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja formulada manifestação de apoio à vereadora Juhlia Santos, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, por sua coragem e resiliência diante das graves ameaças à sua vida e à de sua família.

Nº 16.682/2026, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de providências para que os consumidores diretamente atingidos pela calamidade decorrente das fortes chuvas na região da Zona da Mata fiquem temporariamente isentos das tarifas referentes à prestação do serviço de abastecimento de água e saneamento básico nas cidades dessa região nas quais a companhia atue. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Grego da Fundação. Anexe-se ao Requerimento nº 16.501/2026, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 16.683/2026, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais pedido de providências para que os consumidores diretamente atingidos pela calamidade decorrente das fortes chuvas na região da Zona da fiquem temporariamente isentos das tarifas referentes à prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica nas cidades de sua atuação. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Betão e da deputada Leninha. Anexe-se ao Requerimento nº 16.408/2026, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 16.684/2026, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento Municipal em Juiz de Fora pedido de providências para que os consumidores diretamente atingidos pela calamidade decorrente das fortes chuvas nessa cidade fiquem temporariamente isentos das tarifas referentes à prestação do serviço de abastecimento de água e saneamento básico. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão de Meio Ambiente. Anexe-se ao Requerimento nº 16.685/2026, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 16.685/2026, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais, ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto em Senador Firmino e à Companhia de Saneamento Municipal em Juiz de Fora pedido de providências para conceder isenção total das tarifas de água e esgoto aos consumidores de Juiz de Fora, Ubá, Senador Firmino e demais municípios da Zona da Mata que sofreram danos significativos em decorrência das chuvas intensas ocorridas em fevereiro de 2026.

Nº 16.686/2026, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. pedido de providências para a criação imediata de linha especial de crédito emergencial destinada à população de Juiz de Fora, Ubá, Senador Firmino e demais municípios da Zona da Mata que sofreram danos significativos em decorrência das chuvas intensas ocorridas em fevereiro de 2026.

Nº 16.687/2026, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais pedido de providências para conceder isenção total das tarifas de energia elétrica aos consumidores de Juiz de Fora, Ubá, Senador Firmino e dos demais municípios da Zona da Mata que sofreram danos significativos em decorrência das chuvas intensas ocorridas em fevereiro de 2026.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Direitos Humanos, de Transporte, da Pessoa com Deficiência, de Administração Pública, de Meio Ambiente e de Educação.

Oradores Inscritos

O deputado Arlen Santiago – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, subo hoje a esta tribuna, na condição de presidente da Comissão de Saúde desta Casa, para tratar de algumas coisas relativas à questão da tragédia que está sendo a dificuldade de o povo conseguir atendimento em saúde. Estamos vendo um grave problema nisso aí. O melhor programa de saúde pública do mundo, que é o SUS, acaba sofrendo um subfinanciamento crônico, que vem realmente trazendo, no Brasil inteiro, muitas dificuldades.

Temos aqui também três requerimentos que foram aprovados na Comissão de Direitos Humanos, cujos temas claramente são da área de saúde. Cabe registrar que eles foram protocolados lá na Comissão de Direitos Humanos. Antigamente, nesta Casa, sempre se olhava a questão das comissões. Temos o Requerimento nº 19.605/2026, de autoria coletiva, que propõe uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, para discutir a grave crise financeira enfrentada pelos hospitais filantrópicos e unidades hospitalares que atendem majoritariamente pelo SUS, em Belo Horizonte, em razão do atraso e da insuficiência nos repasses federais e também nos repasses da prefeitura para os hospitais.

Então não é só em Belo Horizonte que está havendo essa dificuldade – é no Brasil inteiro! Basta vocês olharem o que está acontecendo na Bahia, no Ceará, no Rio Grande do Norte. É essa tragédia de os hospitais não estarem mais conseguindo prestar, na maioria das vezes, um bom atendimento aos pacientes do SUS. Basta a gente lembrar que faz inúmeros anos, dezenas de anos que uma consulta do SUS esta custando exatamente R\$10,00. É por isso que não se conseguem médicos na mesma quantidade do número de formandos. Esse requerimento diz respeito a Belo Horizonte, mas pode ser para o Brasil inteiro e para Minas Gerais inteira.

Também acrescento o RQC 19.383/2025, do deputado Lucas Lasmar, que solicita audiência pública para debater os impactos e as consequências de nota técnica da Secretaria de Estado de Saúde. Estamos vendo a dificuldade dos pacientes do interior do Estado com internações psiquiátricas em leitos disponíveis, comprometendo o direito à saúde e à dignidade das pessoas em sofrimento mental, que precisam de internação. Inclusive a gente quer sugerir que o deputado Lucas Lasmar convide alguém do Ministério da Saúde para poder conhecer a situação in loco, visitando e dialogando com as gestões municipais.

Temos também uma matéria do dia 23/2/2026, do Poder360. O que foi que aconteceu? O Lula 3 fechou 2,8 mil leitos psiquiátricos, obstétricos e pediátricos. Então o negócio é organizar, porque, deputado Lucas Lasmar, quem fechou os leitos psiquiátricos foi o governo Lula 3. Por mais que falemos e briguemos, não conseguimos reverter essa situação! Temos visto que o Ministério da Saúde sempre tem uma narrativa, mas a realidade é que no Lula 3 foram fechados 2.800 leitos, dentre os quais os psiquiátricos. Queria lembrar que o ex-deputado Paulo Delgado, extremamente culto, sempre fez um trabalho muito grande para acabar com aqueles leitos psiquiátricos, que eram verdadeiros locais de tortura, como o Hospital de Barbacena. Mas o que acontece hoje? Não há leitos para quem realmente precisa.

Temos também o Requerimento nº 19.524/2026, de autoria do deputado Jean Freire, que solicita audiência pública para debater as possíveis violações do direito à saúde no Município de Almenara, em razão das dificuldades financeiras enfrentadas pelo Hospital Deraldo Guimarães. Dizemos que o que está acontecendo com esse hospital é o que acontece com praticamente 95% dos hospitais do Brasil: insuficiência. Como fazer um procedimento e receber menos do que o custo dele? Por isso, não está se conseguindo médico que faça esses procedimentos. Cito vários, inúmeros, inúmeros exemplos de hospitais que hoje só conseguem funcionar com o apoio dos senadores, deputados federais e estaduais.

Tanto que, para apresentar soluções, fizemos aqui uma Proposta de Emenda à Constituição, votada praticamente por unanimidade nesta nossa Assembleia... E agradeço muito a vários companheiros, como o nosso presidente, deputado Tadeu Leite, que hoje foi eleito por unanimidade como conselheiro do Tribunal de Contas. Pelo que estou vendo, a luta para ir para o Tribunal de Contas fica parecendo aquela conversa que Darcy Ribeiro disse: “O Senado é o céu”. Agora, está parecendo que o Tribunal de Contas é que é o céu, porque a pessoa para com essa luta constante de buscar recursos, tentar resolver os problemas, inclusive dos hospitais. O Tadeu foi um excelente companheiro ao pautar a PEC, que deu direito aos hospitais filantrópicos de receber recursos em todos os anos. O Adriano Alvarenga foi o nosso relator. Como um hospital que trabalha o tempo todo fica sem receber esses recursos? Então aqueles hospitais, como o de Almenara, por exemplo... Não tenho dúvida nenhuma de que os deputados bem votados lá podem dar um jeito de botar algumas emendas, mas tenham certeza de que o problema é genérico. Depois de 20 anos de governo do PT, estamos vendo a falência da tabela do SUS, que tem trazido muito problema.

É preciso dizer com todas as letras: não há gestão eficiente que resista a um financiamento insuficiente. Também conseguimos, para melhorar um pouco a saúde pública de Montes Claros, apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição para que os deputados estaduais coloquem recursos no hospital 100% público, o hospital da Unimontes. Esse foi um trabalho, uma luta muito grande, mas vitoriosa. E aqui faço um registro importante: os parlamentares que apresentam esses requerimentos são aliados do governo federal. Então acredito que seja hora de utilizar essa proximidade política para cobrar em Brasília a recomposição urgente da tabela do SUS e o aumento dos repasses às prefeituras e aos hospitais que atendem pelo SUS. Acredito que o modelo de chegar e falar: “Vamos apagar a fogueira em tal lugar, vamos apagar a fogueira no outro hospital.” não resolve. Nós temos que dar um jeito

para que a tabela do SUS pague pelo menos o custo dos procedimentos. E aí conclamamos principalmente as pessoas que são bem ligadas ao governo federal, ou seja, quem tem prestígio no governo federal para conseguir fazer com que, realmente, a tabela seja mudada. Nós temos outros programas, assim como o programa de vacinação, mas precisamos olhar para que não aconteça como aconteceu no Lula 3, em que 2.800 leitos obstétricos, pediátricos e psiquiátricos foram fechados.

Então vamos para os debates, vamos ouvir gestores, trabalhadores, especialistas e população. Contudo não podemos aceitar narrativas que desviam o foco da principal causa estrutural dessa crise: os baixos valores repassados pelo governo federal aos hospitais mineiros. No dia 10 – e agradeço muito ao nosso presidente Tadeu –, vamos ter uma reunião aqui, na Assembleia Legislativa, com o presidente de Comissão de Saúde de todo o País, em que faremos uma carta, uma carta de Minas Gerais para ser levada ao ministro da Saúde, ao presidente da República e à ministra da Casa Civil para que fiquem sabendo que estão pagando R\$10,00 por uma consulta, que estão pagando R\$19,00 por uma biópsia de laringe que é feita por um profissional que ficou cinco anos se preparando para aquilo e para a qual são necessárias anestesista e internação. Para essa biópsia, pagam-se R\$19,00.

Portanto o que temos de ter é um financiamento digno, principalmente da parte de quem arrecada mais e de quem agora, em janeiro, recebeu R\$355.000.000.000,00 de impostos do brasileiro, sangrando todos, ou seja, os mais pobres, os remediados. Só não estão sangrando os banqueiros, os bilionários banqueiros. No ano passado, esses bilionários banqueiros receberam do governo federal R\$1.000.000.000.000,00. São R\$1.000.000.000.000,00 de juros escorchantes muito grandes que o Galípolo não consegue reduzir. Por que não consegue? Porque estamos com um governo gastador e taxador. Há poucos dias o presidente da República disse assim: “É porque o Geraldo Alckmin fala conosco que temos de ficar taxando. É porque o Haddad fala que temos de ficar taxando, que temos de taxar tudo”. Agora mesmo, taxaram mais de mil e duzentos produtos. Ficaram muito tristes por o Trump ter taxado produtos brasileiros. Só que aqui a taxa é muito grande. Isso vai no bolso do nosso povo.

Realmente estamos num momento muito difícil no País e num momento em que, infelizmente, o governo federal esquece, esquece e acaba colocando recursos para apaniguados, mas não faz uma coisa que seria para resolver o problema de todos. É por isso que, na Bahia, onde o partido do presidente da República está há mais de vinte anos, estamos com um sucateamento enorme dos hospitais. No Rio Grande do Norte, a governadora Fátima Bezerra, aquela do golpe, nem salário... É golpe, é golpe, mas foi lá. Estão com salários sem receber praticamente do mesmo jeito como aconteceu aqui, no governo do Fernando Pimentel.

Então é preciso pedir àqueles que são mais amigos e mais ligados ao presidente Lula 3 a fim de que, realmente, consigamos recuperar um pouco essa questão da tabela do SUS. Tudo, tudo tem correção monetária. A única coisa que não tem correção monetária é a questão da tabela do SUS, fazendo com que os hospitais e os dirigentes passem por grandes apertos e grandes dificuldades. Agora mesmo, estava despachando e recebi mais de 50 pedidos de hospitais de toda Minas Gerais, que querem emendas parlamentares para fecharem a conta desse grave problema, que é a questão da saúde pública. Realmente, aqueles que são mais carentes, que menos têm, são os que mais estão sofrendo, porque não têm condição de pagar. Agradeço a todos pela paciência. Conclamo aqueles que são mais amigos do Lula 3 que voltem a abrir os leitos psiquiátricos. O Lucas Lasmar está impressionado com essa questão dos leitos psiquiátricos que foram fechados, principalmente, pelo governo federal.

O deputado Leleco Pimentel – É quaresma! Estava rezando para não chegar ao meu nome, porque nós todos estamos aqui, no Plenário, preparados para a votação de projetos de lei importantíssimos. Mas nosso ouvido não é penico. Não é? Eu vou apresentar ao deputado Arlen o Caps-i, o Caps I, II, III, o Sistema Único de Saúde e o próprio Sistema Único de Assistência Social do Brasil, com os multiprofissionais, Dr. Hely, desde o psicólogo até o psiquiatra, que é a rede que cuida da pessoa. Por essa razão que a gente acredita que o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social, integrado ao SUS, esse sistema que defendemos, mas com recurso e não, como muitos aqui, com hospitais particulares que enchem o bolso, enchem o bolso de dinheiro, para depois vir falar mal do SUS. Ou o deputado poderia ser candidato a deputado federal. Ele parece que não enxerga a realidade do governo Zema, não consegue entender que Zema destruiu e não repassa os recursos, inclusive para os hospitais e para aquela mercadoria que virou a

relação hospitalar. E o senhor aponta para o governo federal. Acho que o senhor deveria ser deputado federal, porque aí, com as propostas que o senhor traz, a gente compreenderia como o senhor consegue, acho que por um lapso... Talvez assim poderia até ser resolvido com algumas consultas. O senhor se esquece de que o governo de Minas Gerais é quem quis lavar as mãos, tanto em relação à educação quanto em relação aos hospitais, considerando-se o que está fazendo com os hospitais, com o atendimento socioassistencial da pessoa que precisa desse tratamento. Fortalecendo o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde...

Eu queria, presidente Tadeu, estar aqui votando os projetos de lei. Mas eu sei que o debate também nos permite, mesmo confrontando ideias diferentes, trazer esclarecimento de assuntos como o que foi abordado há pouco pelo presidente da Comissão de Saúde da Assembleia. Ele não pode relativizar o debate ideológico, a forma de ele pensar, com a realidade nua e crua dos fatos.

O que nós temos hoje, depois de um período grave, em que tudo foi desmanchado e destruído pelo governo Bolsonaro, fascista, terraplanista, negacionista, que inclusive disse às pessoas que tomar vacina crescia rabo de jacaré... E agora traz esse nível de debate para o histórico da desospitalização da loucura, que é uma chaga aberta que nós podemos chamar de holocausto, como aconteceu em Barbacena, que o Brasil, por meio de debates, conferências nacionais, desde a Constituição de 1988, procurou abordar e dar tratamento humano às pessoas. É por essa condição que eu não posso escutar o senhor falar que, lá no governo da Bahia, cujo partido é o mesmo do presidente da República... Eu vou dizer para o senhor que a Bahia está atendendo o povo do Norte, a Bahia está atendendo o povo do Jequitinhonha, de que Zema não cuida e que tem que atravessar as fronteiras para se cuidar dentro dos hospitais, o governo da Bahia cuidando do nosso povo. Olhe o tamanho da fronteira do Norte que nós temos com a Bahia, da fronteira do Jequitinhonha com a Bahia. Se o senhor, que conhece bem essa realidade, mesmo assim quiser tapar os ouvidos e fechar os olhos, antes de falar, pense que, neste Plenário, há gente que pensa também.

Eu faço aqui um desagravo, porque quando o senhor, médico, que conhece o Sistema Único de Saúde, vem dizer que foi o governo Lula, que inclusive está fazendo com que a tabela do SUS sirva para a cardiologia, sirva para todos os serviços, que está colocando recurso para que seja recomposto... O SUS é hoje mais fortalecido porque tem Lula 3. E se o senhor, mesmo discordando de mim, pensa que o Brasil não sabe, eu estou para anunciar para o senhor que todo mundo até tenta, mas foram Lula e Dilma... Agora, além de penta, nós vamos ter o quarto mandato do presidente Lula, se Deus quiser, e o povo vai dar a resposta nas urnas.

A deputada Andréia de Jesus (em aparte) – Parabéns. Obrigada, Leleco, por me conceder um aparte. Eu não podia deixar de dar um recado para a classe médica que acha que pode privatizar o SUS. O presidente Lula entregou em Juiz de Fora... Ele não foi lá só para assistir desgraça de cima. Ele não esteve em Juiz de Fora para fazer videozinho e lacrar nas redes sociais, não. O presidente Lula chegou a Juiz de Fora e entregou duas carretas que vão fazer atendimento especializado de médicos que hoje se negam a estar na periferia. Eu moro em Ribeirão das Neves e vejo que, quando se abre concurso público com salário altíssimo, não aparece médico para trabalhar. O povo paga para uma elite, que ignora os problemas sociais, e querem jogar isso para o Executivo. É, sim, um problema do Executivo e de todos os prefeitos, que hoje têm dificuldade em contratar médico. Sabem por quê? Porque eles vão para os municípios, fazem até concurso, mas abrem clínica no centro das cidades, onde passam a maior parte do tempo, e não atendem no posto de saúde. E a responsabilidade recai, sim, sobre o Executivo; recai, sim, sobre o gestor.

Mas nós estamos lutando – parabéns pelo discurso, parabéns pela coragem de enfrentar isso – para que o SUS continue sendo o Sistema Único de Saúde, para atender o rico e o pobre; para atender aquele que mora no Norte, mas também aquele que mora no Sul; para atender todo mundo. Para isso, o governo federal tem investido muito, sim. Eu acompanhei de perto o desafio que foi o cadastro dos municípios da região metropolitana no PAC, para construir UPA, para construir policlínica, para ampliar posto médico. Todas as UBSs poderiam ter recebido equipamento de primeiro mundo, mas os prefeitos preferem continuar alimentando interesses privados – clínicas que estão abrindo, a torto e a direito, no centro das cidades urbanas.

Parabéns. Conte comigo também para defender aquele que tem compromisso com o Sistema Único de Saúde, que é público.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte) – Leleco, obrigado. Eu queria só demarcar algumas questões relacionadas ao SUS e à saúde pública em dois governos: o governo Bolsonaro, que a direita tanto admira, e o governo do presidente Lula. A gente para e faz a seguinte pergunta: qual foi a grande ação do governo Bolsonaro para a saúde do nosso país? A grande ação foi deixar morrer mais de setecentas mil pessoas na covid. A grande ação foi negar a vacina e dizer: “Eu vou arrumar a vacina onde? Só se for na casa da sua mãe”. A grande ação foi ser negligente e recomendar para as pessoas cloroquina e ivermectina, que não tinham nenhuma comprovação científica para tratar de uma doença tão grave.

“Deputado, e o presidente Lula?” Aí vamos lembrar: desde os primeiros mandatos do presidente Lula... Já ouviu falar em Samu? Conhece alguém que já foi socorrido pelo Samu? Já ouviu falar em Farmácia Popular? E agora parece que o Ministério da Saúde vai cobrir também um dos medicamentos mais caros do mundo – R\$7.000.000,00 –, que entrará na cobertura do SUS. Já ouviu falar do Mais Médicos? E do Mais Especialistas? Por falar em Mais Especialistas, deputado Leleco, há pouco tempo, Virgem da Lapa recebeu a carreta de exames também do Programa Mais Acesso a Especialistas, do governo federal. Podemos falar aqui que o Brasil bateu recorde de cirurgias. Mais de quatorze milhões e setecentas mil cirurgias foram feitas no ano passado, pelo Ministério da Saúde. Ou seja, a diferença é gritante, não há de se comparar.

Muitas vezes acompanhamos nas comissões, por exemplo, falarem do déficit da tabela do SUS, que tinha 13, 14 anos atrás. E é verdade, mas, no governo do presidente Lula, a tabela SUS passa a ter, no mínimo, recomposição da inflação do ano, para que essa defasagem não aumente. Não houve governo que tenha feito isso no passado. Então, para aqueles que querem falar da defesa do SUS e, ao mesmo tempo, são defensores do governo Bolsonaro, está lançado o desafio: nos mostrem que o governo Bolsonaro tem mais entrega para a saúde pública do povo brasileiro que os governos do presidente Lula. Obrigado.

O deputado Leleco Pimentel – Deputado Cristiano, vou terminar minha fala sobre esse tema, porque nós pudemos, há pouco, ouvir um debate inócuo, parecendo muito mais uma tentativa de... Eu até diria que seria para lacrar nas redes, mas tentativa de passar como verdade um debate mentiroso, um fake. E eu queria até dizer ao deputado Arlen Santiago que o presidente Lula acabou de lançar, só para o Norte de Minas, 40 UBS, além da recomposição da frota do Samu, em Montes Claros, que atende Janaúba, Januária, enfim, atende toda a região. Se comparar com o governo do Estado de Minas Gerais, talvez o senhor saiba que são mais equipamentos caríssimos, que foram colocados dentro de hospitais particulares, como se fosse um grande feito colocar equipamentos de R\$3.000.000,00, R\$4.000.000,00 para fortalecimento, às vezes, da exploração mercadológica da saúde, ao passo que temos a saúde básica, a atenção primária, em que sabemos que médicos, às vezes, não têm sequer um postinho de saúde para dar atendimento. É nisto que se concentra o governo federal hoje: que a gente tenha a saúde na porta de casa, desde o PSF, desde o tratamento fora de domicílio, desde o cuidado até a recomposição daqueles procedimentos que a tabela do SUS tem. Por isso, a gente parabeniza o ministro Padilha, assim como bem fez a ministra Nísia Trindade, que chegou para colocar novamente o tema da saúde, depois que Temer e Bolsonaro passaram pela presidência com o negacionismo a tudo destruir.

Quero terminar com esses 2,5 minutos que me restam para dizer às deputadas e aos deputados a alegria que foi, deputado Tadeu, termos quase quatrocentas pessoas neste Plenário, nessa segunda-feira. Agradeço a V. Exa., que enviou um texto, o qual eu gostaria que o senhor nos cedesse para que possamos publicá-lo, de uma sensibilidade para com a Campanha da Fraternidade: “Fraternidade e moradia”. Aqui, neste Plenário, nós tivemos uma homenagem à CNBB e trouxemos também as propostas para o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, a importância que tem a Secretaria de Patrimônio da União para ofertar os imóveis vazios para que eles cumpram a função social.

Temos a alegria de saber que aqui, fora do Plenário, está agora o Pe. Júlio Lancellotti, cidadão mineiro, título concedido por esta Assembleia. Ele tem o seu nome vinculado a uma lei, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, para acabar com a arquitetura

hostil, em que, nas marquises e nos muros, se colocam cacos de vidro, pregos... Essa arquitetura pontiaguda mais serve para matar quem precisa de cuidado. Pe. Júlio Lancellotti, seja bem-vindo à Assembleia Legislativa de Minas e ao Fórum Técnico Minas sem Miséria, que cuida do tema mais importante: o cuidado com os pobres. Nós, que estamos aqui ao lado, poderemos abraçá-lo daqui a pouco. Parabenizo a deputada Bella, presidenta da Comissão de Direitos Humanos, pelo cuidado que teve para que esse fórum chegasse hoje à sua finalização aqui, na Assembleia.

Eu digo que moradia não é mercadoria. A moradia é um direito, e não um favor. É um dever do Estado. Nós não podemos ter tanta casa sem gente e tanta gente sem casa. Obrigado, presidente.

O deputado Bruno Engler – Obrigado, Sr. Presidente. Uma boa tarde a V. Exa.; uma boa tarde a todos os colegas aqui presentes. Na verdade, eu me inscrevi para falar brevemente de outro tema, mas, diante do que está sendo falado, não poderia iniciar sem me solidarizar com o deputado Arlen Santiago, figura que veio e trouxe o seu testemunho como médico. Eu acho até engraçado, deputado Arlen, que, quando um deputado da esquerda é médico e a gente o contrapõe, não se pode questionar, porque ele detém conhecimento técnico; quando ocorre o contrário, quem não é da área vem e corrige o senhor com muita propriedade. Independentemente desse cenário, o que me traz à tribuna desta Casa é outro assunto.

Está previsto para Belo Horizonte um show do pseudo-humorista Tiago Santineli, show que leva o nome de Anticristo. Esse pseudo-humorista ataca e debocha da fé cristã. Quando o ativista norte-americano Charlie Kirk foi brutalmente assassinado, ele comemorou, ironizou, tripudiou nas redes sociais, inclusive fez postagens incitando que se fizesse o mesmo, no Brasil, contra o Nikolas, incitando violência contra um parlamentar por divergir das posições dele. Agora está com o seu show de escárnio para com o Nosso Senhor Jesus Cristo, de ataque à fé cristã, previsto para Belo Horizonte. E o pior: no teatro do Colégio Nossa Senhora das Dores, um colégio católico. A situação é absolutamente inaceitável. Nós já estamos em contato com os representantes do colégio para que não permitam essa apresentação ridícula naquele local. Uma peça chamada Anticristo não condiz com os valores de um colégio cristão. Nós não queremos esse vilipêndio à nossa fé aqui, no nosso estado. Santineli, pode pegar a sua peça Anticristo e ir com ela para o quinto dos infernos!

O deputado Arlen Santiago (em aparte) – Deputado Bruno, esses ataques comumente feitos à fé cristã realmente estão ultrapassando toda a razoabilidade. Por que atacar a fé cristã? Por que atacar a família? Por que criar tantas narrativas? A gente fica bastante impressionado com isso.

Com relação à questão da saúde pública, de que a gente estava falando aqui, os primeiros hospitais que o Brasil e o mundo tiveram e as primeiras faculdades foram criadas pelo cristianismo. São grandes universidades cristãs e grandes hospitais que vão sobrevivendo aos trancos e barrancos. Nós temos a certeza, não temos dúvida nenhuma, de que o SUS, que inclusive foi criado... As ideias principais dele foram gestadas em Montes Claros e de lá galgaram o Brasil. Ele é um grande projeto, fantástico, maravilhoso. Mas nada resiste à narrativa esdrúxula que o PT gosta de falar. Aqui não atacamos pessoas. Aqui estamos vendo, por exemplo... Conversando com o deputado Carlos, que é um cristão e trabalha bastante em Almenara... Ele sabe os problemas que tem o hospital de Almenara. E parece – o Carlos pode até me corrigir – que a dívida que vemos do hospital de Almenara... Esse assunto precisa inclusive de uma audiência pública se ver por que ele está quebrando. Não tenho dúvida de que 80% dos hospitais do Brasil estão quebrando. Não tenho dúvida de jeito nenhum.

Pode ter certeza de que o Norte de Minas atende muito a demanda da Bahia. Olhe como está a situação do Rio Grande do Norte; olhe como está a situação da saúde em Salvador. Há também a dívida do Ministério da Saúde com o Hospital Deraldo, que já precisou contratar advogados para entrar na Justiça e tentar reaver mais de R\$50.000.000,00 que não foram pagos ao hospital. Quem falou da necessidade de leitos hospitalares para a psiquiatria, que tratou de desospitalizar, e foi bem... Eu já visitei, como presidente da Comissão de Saúde, há muitos anos, o hospital de Barbacena, que era um centro de tortura. Havia pessoas que estavam lá há 50 anos. Ele tinha que acabar, mas, na hora em que acaba com tudo, é muito complicado. Um paciente que vai a um Caps, que não toma

um remédio porque não tem moradia, não tem comida, não tem família para cuidar dele, às vezes, é criado em um asilo. Muitas vezes a fê cristã cuida desses asilos. A gente vê a dificuldade.

Somente para terminar o meu raciocínio, deputado Bruno – agradeço pela paciência –, quero falar sobre a tabela do SUS. Quando alguém que tem um plano de saúde é atendido em um hospital filantrópico, o Ministério da Saúde paga esse atendimento pela tabela do SUS – R\$10,00 pela consulta – e cobra da Agência Nacional de Saúde Suplementar de acordo com uma tabela chamada Tunep. A diferença disso para a maioria dos hospitais de porte médio chega a R\$200.000.000,00 ou R\$300.000.000,00. O ministério se apropria desse dinheiro e não paga ao hospital aquilo que recebe, como se fosse um plano de saúde dos pagadores dos planos de saúde.

Sem sombra de dúvida, vemos... A narrativa vai acontecendo e vai mudando, de todo jeito. E vemos que a saúde, principalmente na área hospitalar... Quanto à atenção básica, os prefeitos podem ser chamados e vão ver o quanto eles recebem e o quanto eles ganham. Vimos que uma das estratégias do atual governo federal foi autorizar uma quantidade enorme de faculdades, que receberam recursos dos alunos – um valor alto, R\$10.000,00, R\$12.000,00, R\$15.000,00 – e recursos de financiamento do governo federal. Muita gente pôde, sem sombra de dúvida, estudar. Hoje, nós estamos vendo... Agora mesmo, estava um vereador da cidade de São Domingos do Prata falando que o prefeito já tem mais de 20 currículos de médicos que estão querendo trabalhar por qualquer preço e não estão conseguindo, porque, realmente, há uma quantidade muito grande de... Isso também está acontecendo em relação a outras profissões.

Estamos vendo que o Brasil, mesmo com uma arrecadação de R\$355.000.000.000,00 no mês de janeiro – a maior de todos os meses janeiros, proporcionalmente – não consegue pagar mais do que R\$10,00 por uma consulta médica, não consegue pagar mais do que R\$19,00 numa biópsia de laringe. As pessoas que têm câncer de laringe estão dessa maneira. O hospital recebe R\$10,00 para um atendimento do SUS e não está mais encontrando profissionais que atendam essa consulta. Então ele tem que recorrer às emendas parlamentares dos deputados estaduais, dos deputados federais, dos senadores para complementar essa atenção que já era para pagar pelo menos o custo desse procedimento.

A situação está feia. Pode vir a narrativa que for, pode vir a agressão que quiser, mas, realmente, esse governo do Lula 3 tem sido um desastre para a saúde pública. Em relação ao Samu de Montes Claros, por exemplo, está vindo ambulância? Que maravilha! Mas se você entrar na página da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, você vai ver que o maior devedor de impostos federais é o Samu do Norte de Minas, com mais de R\$114.000.000,00 de débito, deputado Tadeu.

O deputado Bruno Engler – Obrigado, deputado Arlen Santiago. Agradeço o aparte de V. Exa. Acho importante que V. Exa. traga esse relato por ser alguém que conhece tão bem a área da saúde, um médico, presidente da Comissão de Saúde. Aliás, é importante salientar a importância de respeitarmos a autonomia médica. Um colega que nos antecedeu questionou, por exemplo, a questão do tratamento precoce contra a covid-19, porque o que foi garantido no governo Bolsonaro foi a autonomia médica. O tratamento *off-label* nunca foi proibido. O médico que estudou para tal – se encontra ali uma alternativa –, sempre teve liberdade de prescrevê-lo. Inclusive, estudos pós-pandemia apontam, sim, a eficiência da ivermectina na redução de óbitos e internações graves. A ivermectina é um vermífugo; mesmo se não fizesse efeito nenhum, mal também não faz. Inclusive, muitos médicos, independentemente de pandemia, covid ou não, recomendam que se tome vermífugo pelo menos uma vez por ano, que é a função dele da bula, mas nada impede que seja usado para tratamento *off-label*. E o que o governo Bolsonaro fez sempre foi respeitar a autonomia médica.

Cito um ponto importante que V. Exa. trouxe: a dita luta antimanicomial, onde o pessoal errou a mão e errou muito. Claro que existem exemplos que não foram bons e que, realmente, precisariam e precisavam ser combatidos, como o exemplo de Barbacena que V. Exa. trouxe, mas tínhamos também e ainda temos – lutando para sobreviver – hospitais psiquiátricos sérios. Mais uma vez, trata-se de um movimento político indo para cima da autonomia e do conhecimento dos médicos. São políticos querendo se sobrepor

ao conhecimento e ao estudo dos médicos psiquiatras. Há muito paciente psiquiátrico que pode, sim, ser tratado em casa e em outros ambientes, mas há pacientes que precisam de internação. A partir do momento que você transforma essa pauta, que é uma pauta técnica de conhecimento médico, numa bandeira ideológica, da luta antimanicomial pelo fim das internações psiquiátricas, você sai do aspecto técnico, vai para aspecto político e coloca em risco não só as pessoas que precisam conviver com aquelas pessoas que deveriam estar internadas pela sua condição psiquiátrica, como o próprio paciente que precisa estar internado pela sua própria segurança. Trata-se de um caso claro de irresponsabilidade, em que se coloca a ideologia acima da medicina, o que não leva a lugar algum. Eram essas as minhas considerações. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Cristiano Silveira – Pessoal, eu acho que o debate que nós estamos fazendo hoje no Plenário é muito salutar. Gostaria até que o deputado Bruno, se puder, permaneça aqui, porque eu queria dialogar com ele sobre algum dos seus argumentos. A gente vai falar um pouco sobre saúde, sobre sistema público de saúde, sobre investimentos, pesquisa e ciência.

Queria dizer que, no meu aparte ao deputado Leleco, eu sugeri que nós fizéssemos uma comparação das principais ações do governo Bolsonaro para a saúde pública no País com as ações do governo do presidente Lula. No caso, eu apresentei um conjunto de programas muito conhecidos do povo brasileiro: Farmácia Popular, UPAs, rede Samu, programa Mais Médicos e Agora Tem Especialistas. E a gente não conseguiu vislumbrar nenhuma informação sobre o grande programa de saúde do governo Bolsonaro.

Eu disse, deputada Beatriz, que a grande ação de saúde do governo Bolsonaro havia sido o seu desleixo com a covid, o desleixo de não ter cuidado das vacinas, de não ter cuidado das pessoas para elas manterem o distanciamento, de não ter acatado todas as regras recomendadas pelas autoridades de vigilância sanitária. O Brasil foi um dos países em que mais morreram pessoas por densidade populacional em decorrência da covid. Nós estamos falando de algo em torno de setecentas mil pessoas. É um negócio gravíssimo. Sem falar daquele episódio em Manaus: a falta de oxigênio. Não foi só a falta de vacina.

Eu estava dizendo também que a grande ação do Bolsonaro foi recomendar ou fortalecer as teses de uso de cloroquina e ivermectina na época da covid. Em vez de focar a questão da vacina – “vamos perseguir a vacina, como vários países estão fazendo” –, ficou dando coro a respeito do uso dessas coisas que não têm eficácia comprovada. Aí o colega disse o seguinte: “Não, o médico tem que ter autonomia para prescrever, para receitar”. Mas o que nós temos? Vamos falar aqui das autoridades, no mundo, que tratam sobre aquilo que deve ser prescrito ou não, recomendado ou não, através de muitas pesquisas. E aí não fica discricionário o palpite do profissional, mas chancelado por organismos que têm envergadura para isso. Veja bem: a ivermectina não é recomendada para prevenção ou tratamento da covid-19 por nenhuma das principais autoridades de saúde – Ministério da Saúde; Anvisa; Organização Mundial da Saúde; FDA, dos Estados Unidos; e EMA, da Europa. Nenhuma das grandes instituições que tratam da questão da saúde, que têm um corpo técnico robusto, pesquisas, recomendou ivermectina. A ivermectina é muito conhecida no Brasil como remédio para gado; ela não é remédio para tratar seres humanos e tratar covid. Se for para tratar a questão de parasita... Como se fala? Desses trens que uma vez por ano você tem que tomar? Vermífugo, não é? Existe um monte de remédio – Zolben, Zentel – que você pode tomar. Não precisa ser ivermectina, que é o remédio do gado. Então eu queria também trazer aqui esse argumento.

O outro ponto do meu argumento é a respeito das comparações das questões de saúde. Há colega que pega o microfone aqui e traz as questões de saúde como se fossem de agora. Mas eu já os ouvi denunciar isso em vários e vários mandatos por vários governos que passaram. E eu queria fazer um registro. Veja bem: fala-se muito de oncologia, de enfrentamento do câncer. Eu vou conceder um aparte ao deputado Bruno em breve, porque acho que o debate hoje tem que ser promovido. Eu falei: “Vamos olhar essa questão da oncologia”. Deputado Leleco, no governo da presidenta Dilma, houve uma expansão da oferta de serviços de radiologia com o fornecimento de diversos equipamentos chamados aceleradores lineares. Inclusive, no meu Município de São João del-Rei, nós temos hoje radioterapia. Em Barbacena, nosso município vizinho, em que atuamos também, no hospital Ibiapaba, existe radioterapia. E recentemente, no ano passado, o ministro Padilha aqui esteve para inaugurar radioterapia no Município de Itabira. Olhe como vai sendo feita a expansão do serviço, descentralizando-o para que o atendimento esteja nas regiões, esteja mais próximo das pessoas.

Agora estamos falando dos cursos de medicina. Pois bem, temos que lembrar que a ampliação dos cursos de medicina nas universidades federais também aconteceu. No governo do presidente Lula, tivemos o curso de medicina em Divinópolis. Por falar em Divinópolis, lá teremos um hospital universitário, pela Ebserh. O Estado doou o imóvel, e a Ebserh vai assumir um hospital universitário para atender a todo o Centro-Oeste. Em Mariana também, deputado Leleco. Bem lembrado. Estamos falando também de São João del-Rei, que agora tem, na Universidade Federal, o curso de medicina. Olhem o governo do presidente Lula.

Pergunto – o deputado Bruno, na sequência, vai me responder – quantos cursos de medicina nas universidades federais foram abertos pelo governo Bolsonaro e quantos equipamentos de acelerador linear para radioterapia foram entregues no governo do presidente Bolsonaro. Essas são perguntas importantes para que a gente faça as comparações. Vamos lá. (– Lê:) “Ministério da Saúde recebe medicamento inédito para tratamento de câncer de mama no SUS.” Queria pedir aos deputados, principalmente aos colegas que atuam muito na questão da saúde e do câncer, que listem para mim todas as ações e investimentos do governo Bolsonaro no enfrentamento ao câncer. Nós vamos fazer o mesmo sobre o presidente Lula, sobre o governo do PT. Essa é a comparação que interessa à sociedade para que se saiba quem está cuidando de fato da saúde.

O deputado Bruno Engler (em aparte) – Obrigado, deputado Cristiano. V. Exa. pediu que eu ficasse no Plenário para ouvi-lo, e assim o fiz. Acho que, como V. Exa. disse, o debate é salutar. Inclusive, acho que podemos, sim, fazer uma audiência pública para tratar de como tem sido o atendimento à saúde no atual governo e também no governo anterior, do presidente Bolsonaro. O presidente da Comissão de Saúde está aqui – deputado Arlen –, e tenho certeza de que tem disponibilidade para fazê-lo. Poderemos nos aprofundar tecnicamente no tema.

Pedi um aparte, e isto é exatamente o que eu falei da tribuna: é preciso justamente separar as narrativas e os fatos. Quando se fala da Hidroxicloroquina e da Ivermectina, o que o governo Bolsonaro fez – e de fato fez, acredito que acertadamente – foi defender a autonomia dos médicos. O governo Bolsonaro não prescreveu tratamento para ninguém. Mas o que a gente observou na pandemia foi uma tentativa de proibir, de criminalizar os tratamentos *off-label*, isto é, o uso de medicamentos para além do que está previsto na bula. O governo saiu em defesa da autonomia médica. Cada médico conhece a realidade do seu paciente e pode prescrever aquilo que julga ser mais eficiente. Posso falar da minha experiência pessoal. Contrai covid duas vezes. Nas duas vezes, minha médica receitou o tratamento *off-label*. Nas duas vezes, tomei e, graças a Deus, não tive nada. Se foi por causa dos remédios, não sei. Mas segui o tratamento que a minha médica orientou e, graças a Deus, não tive nada.

Da mesma maneira, há a questão das vacinas. Muito se critica a postura do presidente Bolsonaro a respeito das vacinas, mas o que ele defendeu foi o direito de cada cidadão de escolher se iria se vacinar ou não. Não houve demora na aquisição de vacinas. Assim que as vacinas foram aprovadas pela Anvisa, elas foram compradas. Mais de trezentos milhões de doses de vacinas foram compradas no governo Bolsonaro. Todo mundo que se vacinou até 1º de janeiro de 2023 se vacinou com vacina comprada pelo governo Bolsonaro. O que o Bolsonaro sempre defendeu foi a liberdade de cada um de escolher se tomaria essa vacina ou não; aquilo a que ele sempre se opôs foi a obrigatoriedade. E não houve demora. A diferença de tempo entre a primeira vacina aplicada no mundo contra a covid-19 e a primeira vacina aplicada no Brasil foi de menos de dois meses. Assim que tivemos a aprovação da Anvisa, que é um órgão técnico, o governo federal comprou as vacinas.

Respeitosamente – assim como V. Exa. me concedeu o aparte –, se a gente for falar de Anvisa e demora, a gente poderia tratar, por exemplo, da vacina da dengue. A Anvisa aprovou a vacina produzida pelo Japão, e o governo Lula demorou – demorou bastante – para comprar. Trata-se de uma doença que também assola bastante os brasileiros. Então acho importante a gente separar narrativa e fato. Acho interessante o convite de V. Exa. Podemos trabalhar, sim, uma audiência nesse sentido na Comissão de Saúde.

O deputado Cristiano Silveira – Obrigado, deputado. Eu só queria demarcar algumas posições com relação à sua fala. O presidente Bolsonaro, em vários vídeos da época da pandemia, fazia propaganda, com embalagens, para o uso desses medicamentos. Não se tratava somente da autonomia do ato médico. Havia também a defesa pessoal dele a respeito da utilização desses

medicamentos. Acho importante dizer isso. Também é evidente que a pandemia era um contexto de muita gravidade; era grave o que estávamos vivendo. A reclamação que temos é que o governo demorou a assumir a disposição de comprar as vacinas. Vamos lembrar que tivemos o ministro do próprio governo Bolsonaro, que deixou o governo. Antes do Pazuello, o ex-ministro Mandetta deixou o governo por discordar da forma como o governo conduzia a política de saúde à época da pandemia. Eu estou falando de membro do próprio governo Bolsonaro, do ex-ministro Mandetta. Ele, que é médico, falou: “Isso aqui está errado, essa condução está errada”. Acho que é importante a gente demarcar isso. Seria fantástica uma audiência para a gente fazer as comparações. Fantástica! Poderíamos comparar orçamento, investimento, programas, políticas, resultados que temos tido na saúde em cada um desses governos. Eu acho que seria uma audiência muito, muito salutar.

Então eu queria dizer para os colegas que a gente precisa lembrar que, nos nossos governos, tivemos a criação de programas fundamentais. E nós não temos uma marca. O que está na memória do povo brasileiro, em termos de lembrança da saúde pública no governo de Jair Bolsonaro, infelizmente, como todo mundo sabe, são as centenas de milhares de mortes que ocorreram à época da pandemia, porque houve, sim, negligência na condução da pandemia àquela época.

O deputado Leleco Pimentel (em aparte) – Eu creio que hoje nós estamos oportunizando, para todos que nos acompanham, que aguardam a votação dos projetos, um debate sem hostilidade e sem ataque pessoal, mas respondendo às pessoas. Deputado Cristiano, nem o Arlen nem o Bruno Engler dedicaram um segundo sequer a responder às perguntas feitas pelo senhor sobre o que o governo Bolsonaro fez. O que eles poderiam aqui dizer para nós? O senhor citou, eu citei também, durante a minha fala, que agora, por exemplo, estão abertas 40 UBS só para o Norte de Minas. O senhor citou os hospitais que agora somarão cinco ou seis. Também o hospital de Santana do Paraíso foi anunciado, porque hoje existe um curso de medicina da Universidade Federal de Ouro Preto, em Ipatinga, assim como em Mariana, que é o epicentro também do crime da Vale. O governo federal é que tomou a atitude de coordenar a construção de um hospital público, o primeiro em 300 anos. Esse era o debate.

Quero dizer algo ao deputado Bruno Engler, que tentou aqui desqualificar a fala de V. Exa. É um filósofo; eu, historiador. Parece-me que Bruno Engler também não é médico, e o Bolsonaro nomeou um tal de Pazuello, que não é médico também. Aliás, paira sobre ele muitas investigações de corrupção, porque a tal da compra feita pelo ministro anterior e por ele demonstra que houve corrupção. Corrupção! Pagaram pela vacina não sei quantas vezes mais, porque foram obrigados. Deputado Cristiano, boa lembrança. Retiraram do ar aquelas baboseiras de indicação que o Bolsonaro fazia de automedicação com ivermectina. Eu acredito que ele tinha, sim, que usá-la, inclusive porque deve ter muito problema. Ele precisa usar aquilo até para a cabeça.

Agora peço que essas palavras do Bruno Engler também não permaneçam aqui, como se verdade fossem, porque o que tivemos aqui, na fala do deputado, é muito perigoso. Ele praticamente prescreveu e disse que usou. Então eu acho perigoso a gente ter, no tempo em que a ciência avança, no tempo em que combatemos fake news, falas que continuam a asseverar que ivermectina é que pode ter salvado vida no Brasil. Devolvo a palavra. Obrigado pelo aparte.

O deputado Cristiano Silveira – Eu só queria lembrar também, deputado Leleco, que, à época da pandemia, durante aquele processo de discussão de compras de vacina, nós vimos, nos noticiários, que o governo teria pedido propina em dose de vacina. A informação que circulou, à época, era que se pedia US\$1,00 por dose de vacina para se fazer a compra do medicamento. Esse é um componente que, claro – além de mostrar que pessoas que estavam em postos estratégicos do governo puderam utilizar esse espaço para um ato de corrupção evidente –, tem impacto, depois, na demora em todo esse processo. Então, como o Brasil não se preparou, não se antecipou, foi um dos últimos países a receber as vacinas. Quando elas começaram a ser produzidas, os países que já estavam mais organizados passaram a ter a preferência nas compras, a receber o medicamento primeiro. Nós vimos o que aconteceu.

Agora, vejam... Lembram o que era a pandemia, gente? Todo mundo está aqui – os repórteres, inclusive. Todo mundo que está aqui lembra o que era a pandemia? Todo mundo guardado dentro de casa, e o povo morrendo daquele jeito. Como nós estamos hoje? Como nós estamos hoje? Ainda existe covid, mas não há mais pessoas morrendo como estavam morrendo naquele período. Esse

é o efeito da vacina. Por isso eu sempre repito: não neguem a ciência. Não neguem a ciência. Ciência salva vidas. Não sei se tenho mais tempo para dar um aparte ao deputado Bruno. Poderia, por uma questão de ordem...

Questões de Ordem

O deputado Bruno Engler – Sr. Presidente, eu pedi esse direito de resposta porque, de fato, fizemos um debate aqui sem ofensas pessoais, mas o que foi dito a meu respeito não é verdade. Eu não sou médico, eu não receitei remédio algum no microfone desta Casa. O que eu fiz aqui foi um relato sobre o tratamento que me foi prescrito pela médica que me atendeu à época. Eu não falei que ninguém deve tomar ou deixar de tomar os mesmos remédios que eu tomei. O que eu recomendo para cada cidadão mineiro é que, quando doente, procure um profissional da área. Agora, eu devo recomendar à minha médica que se filie a um partido de esquerda e vire deputada para que ela vire a dona da razão. Quero dizer também, quanto à última fala do deputado sobre um suposto escândalo de corrupção no governo Bolsonaro: foi justamente naquela época em que se dizia que era necessário comprar a vacina, independentemente de qualquer coisa, independentemente de aprovação da Anvisa... E um lote de vacinas não foi comprado. Não há corrupção no governo Bolsonaro. O máximo que conseguem é uma suposta expectativa de corrupção que não se concretizou. Então, é importante a gente deixar os fatos bem claros. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Mauro Tramonte – Sr. Presidente da nossa Assembleia Legislativa, hoje brilhantemente eleito nosso futuro conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Sr. Presidente, o que me traz aqui é um assunto rápido. Eu gostaria de pedir 1 minuto de silêncio em homenagem a uma pessoa, a uma personagem da cidade de Poços de Caldas, que faleceu hoje. Foi secretário de Turismo da cidade e um empresário que durante 70 anos manteve o seu negócio, a Cantina do Araújo. Faleceu hoje o conhecido Walter Araújo, da Cantina do Araújo, em Poços de Caldas. E gostaria de pedir 1 minuto de silêncio, porque essa pessoa realmente é uma pessoa de quem o pessoal gostava muito. Ele se importava muito com a nossa cidade. Inclusive, na parede da cantina deles – é uma coisa muito interessante, Sr. Presidente –, ele tinha fotografias de várias celebridades, de dezenas de celebridades. Quando a gente chegava lá, algumas fotos estavam de ponta-cabeça. A gente perguntava para ele: “Por que essas fotos estão de ponta-cabeça”? Ele falava: “Porque não está me agradando ultimamente essa personalidade. Quando me agrada, eu coloco novamente a fotografia em pé”. Então, gostaria de 1 minuto de silêncio, por gentileza, em homenagem ao Walter Araújo, pelo qual eu deixo aqui nossas condolências a todos os amigos, à cidade de Poços de Caldas e a toda a família. Obrigado, Sr. Presidente.

Homenagem Póstuma

O presidente – Obrigado, deputado Mauro. É regimental. Faça-se 1 minuto de silêncio neste momento no Plenário.

– Procede-se à homenagem póstuma.

O presidente – Antes de passar para a próxima parte da reunião, a presidência, ainda em tempo, aproveita, de forma pública, para parabenizar a deputada Beatriz Cerqueira pelo seu aniversário no dia de ontem. Que Deus a ilumine e a abençoe! Que V. Exa. continue fazendo o trabalho muito bem-feito que faz para o nosso estado. Que Deus a abençoe sempre!

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa que foram aprovados, conclusivamente, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 16.612, 16.613, 16.627 e 16.628/2026, da Comissão de Segurança Pública, 16.617, 16.621, 16.623 e 16.624/2026, da Comissão de Direitos Humanos, 16.629/2026, da Comissão de Transporte, 16.632 a 16.634/2026, da Comissão dos Direitos da Mulher, e 16.685 a 16.687/2026, da Comissão de Meio Ambiente. Publique-se para fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência das seguintes comunicações:

da Comissão da Pessoa com Deficiência, informando que, na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 3/3/2026, foi aprovado o Projeto de Lei nº 3.122/2024, do deputado Alencar da Silveira Jr.;

da Comissão de Transporte, informando que, na 2ª Reunião Ordinária, realizada em 3/3/2026, foram aprovados os Projetos de Lei nºs 2.637/2024, do deputado Rodrigo Lopes, 4.092/2025, do deputado Gustavo Valadares, na forma do Substitutivo nº 1, e 4.601/2025, do deputado Lincoln Drumond, na forma do Substitutivo nº 2, e o Requerimento nº 16.370/2026, da Comissão de Participação Popular;

da Comissão de Educação, informando que, na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 4/3/2026, foram aprovados os Requerimentos nºs 16.191, 16.213 e 16.228/2026, da deputada Andréia de Jesus, e 16.200/2026, do deputado Lucas Lasmar, e 16.208/2026, do deputado Antonio Carlos Arantes;

da Comissão dos Direitos Humanos, informando que, na 2ª Reunião Ordinária, realizada em 25/2/2026, foram aprovados os Requerimentos nºs 16.183 a 16.186, 16.189, 16.190, 16.194, 16.197 a 16.199, 16.206 e 16.226/2026, da deputada Andréia de Jesus;

da Comissão de Administração Pública, informando que, na 2ª Reunião Ordinária, realizada em 3/3/2026, foram aprovados os Requerimentos nºs 15.797/2025, da Comissão de Participação Popular, 15.800/2025, do deputado Roberto Andrade, 15.865/2025, do deputado Celinho Sintrocel, e 16.205/2026, da deputada Andréia de Jesus; e

da Comissão de Meio Ambiente, informando que, na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/3/2026, foram aprovados os Requerimentos nºs 16.405 e 16.408/2026, do deputado Betão e da deputada Leninha, 16.435/2026, da Comissão de Transporte, 16.442/2026, da Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, 16.501, 16.502 e 16.504/2026, do deputado Grego da Fundação, 16.440/2026, da Comissão de Administração Pública, e 16.598/2026, da Comissão do Trabalho (Ciente. Publique-se.).

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 5, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA EM 5/3/2026**Presidência do Deputado Bosco**

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Ione Pinheiro – Lincoln Drumond – Marquinho Lemos – Zé Guilherme.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Bosco) – Às 14h8min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 10, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada.

ATA DA 107ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 1º/9/2025

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Logo após, nos termos do art. 33, incisos IV, V e VI, da Deliberação da Mesa nº 2.802, de 21/9/2022, a Mesa adjudica o objeto, Processo nº 1011014 157/2025, e autoriza a contratação direta por dispensa de licitação com fundamento legal no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, da Vitha Service – Empresa de Administração e Terceirização de Serviços Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de porteiro, conforme solicitação da Gerência-Geral de Polícia Legislativa, declarando, para fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para que sejam discutidos e tenham seus pareceres votados, cabendo ao deputado Gustavo Santana processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia e a sociedade empresária Atrium Empresa de Viagens e Turismo Ltda. – EPP –, tendo como objeto serviços de agenciamento de viagens – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; e contendo prorrogação dos prazos de validade dos concursos públicos para o cargo de técnico de apoio legislativo, nas especialidades de técnico de apoio legislativo – código 101, técnico em edificações – código 102, técnico em eletrônica – código 103, técnico em enfermagem – código 104, e técnico em mecânica – código 105, todos realizados nos termos do Edital nº 1/2022, em conformidade com as Constituições Federal e Estadual e com a Resolução nº 5.195, de 4/7/2000 – parecer favorável à prorrogação, aprovado. Após, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, sob a relatoria do deputado Betinho Pinto Coelho, os pareceres pela aprovação dos Requerimentos nºs 11.282/2025, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; 11.417/2025, da Comissão de Administração Pública; e 11.534/2025, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, todos na forma dos seus respectivos Substitutivos nº 1; e 12.055/2025, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e, sob a relatoria do deputado Gustavo Santana, os pareceres pela aprovação dos Requerimento nºs 12.443/2025, da Comissão de Segurança Pública; 13.280/2025, da Comissão de Segurança Pública; e 13.351 a 13.353/2025, da Comissão de Minas e Energia. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, combinados com a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Finalmente, são aprovados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria da Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I a IV do art. 6º da Emenda à Constituição nº 41, de 19/12/2003, combinados com os arts. 132 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT – da Constituição do Estado, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 25.240, de 9/5/2025, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do ADCT da Constituição do Estado e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 1º/9/2025, a servidora Claudia Regina de Oliveira Lemos, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria, padrão VL-46, classe especial, do Quadro de Pessoal desta secretaria; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas no art. 147 do ADCT da Constituição do Estado, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 25.240, de 9/5/2025, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do ADCT da Constituição do Estado

e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 1º/9/2025, o servidor Edivaldo Cândido de Souza, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria, padrão VL39, classe III, do Quadro de Pessoal desta secretaria; e, nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, dispensando Gilberto Dias de Souza da função gratificada de nível superior – FGS –, do quadro de pessoal desta secretaria, com exercício no Espaço Cidadania – Gerência do Procon Assembleia; dispensando Renato Dantês Macedo da FGS, do quadro de pessoal desta secretaria, com exercício no Espaço Cidadania – Gerência de Serviços ao Cidadão; designando Bruno de Matos Oliveira para a FGS, do quadro de pessoal desta secretaria, com exercício no Espaço Cidadania – Gerência de Serviços ao Cidadão; e designando Fernanda Dias Sales para a FGS, do quadro de pessoal desta secretaria, com exercício no Espaço Cidadania – Gerência do Procon Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 5/9/2025, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 5 de setembro de 2025.

Tadeu Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Gustavo Santana, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 108ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 8/9/2025

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Após, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, sob a relatoria da deputada Leninha, os seguintes pareceres: pela aprovação do Requerimento nº 4.660/2023, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, na forma do Substitutivo nº 1; pela aprovação do Requerimento nº 12.928/2025, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, na forma do Substitutivo nº 1; pela aprovação do Requerimento nº 12.931/2025, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, na forma do Substitutivo nº 1; pela aprovação do Requerimento nº 12.933/2025, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social; pela aprovação do Requerimento nº 13.004/2025, da Comissão de Segurança Pública; pela aprovação do Requerimento nº 13.026/2025, da Comissão de Direitos Humanos, na forma do Substitutivo nº 1; pela aprovação do Requerimento nº 13.048/2025, da Comissão de Direitos Humanos; pela aprovação do Requerimento nº 13.052/2025, da Comissão de Direitos Humanos; pela aprovação do Requerimento nº 13.086/2025, da deputada Ana Paula Siqueira, na forma do Substitutivo nº 1; pela aprovação do Requerimento nº 13.201/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, na forma do Substitutivo nº 1; e pela aprovação do Requerimento nº 13.541/2025, da deputada Maria Clara Marra e outros, na forma do projeto de resolução que apresenta. Em seguida, em cumprimento ao disposto no inciso VI do art. 79, combinado com o inciso XXXII do art. 82 e o inciso I do art. 86 da Resolução nº 5.176, de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia, para fins do previsto na Instrução Normativa TCE-MG nº 3, de 27/4/2011, a Mesa opina pela regularidade e legalidade das aposentadorias requeridas pelos servidores Geraldo Tadeu Ribeiro e André Naves Alves, tendo em vista o cumprimento dos requisitos legais e após os devidos processos, lavrados em observância ao prescrito no §1º do art. 5º da mencionada instrução normativa e arquivados nesta Assembleia, autorizando o encaminhamento dos mesmos ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, combinados com a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 11/9/2025, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 11 de setembro de 2025.

Tadeu Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Gustavo Santana, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 109ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 15/9/2025

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova as prestações de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referentes aos meses de abril, maio e junho de 2025, compostas de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova as prestações de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo Especial da Assembleia Legislativa referentes aos meses de abril, maio e junho de 2025, compostas de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos parlamentares referentes à aplicação, até 30/5, 30/6 e 31/7/2025, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15/6/2009. Após, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, sob a relatoria do deputado Duarte Bechir, os seguintes pareceres: pela aprovação do Requerimento nº 11.412/2025, da Comissão de Administração Pública, na forma do Substitutivo nº 1; pela aprovação do Requerimento nº 11.422/2025, da Comissão de Administração Pública, na forma do Substitutivo nº 1; pela aprovação do Requerimento nº 11.423/2025, da Comissão de Administração Pública, na forma do Substitutivo nº 1; pela aprovação do Requerimento nº 11.426/2025, da Comissão de Administração Pública, na forma do Substitutivo nº 1; pela aprovação do Requerimento nº 11.429/2025, da Comissão de Administração Pública, na forma do Substitutivo nº 1; pela aprovação do Requerimento nº 11.519/2025, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; pela aprovação do Requerimento nº 11.520/2025, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e pela aprovação do Requerimento nº 12.926/2025, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, combinados com a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 22/9/2025, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 22 de setembro de 2025.

Tadeu Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Gustavo Santana, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 110ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 22/9/2025

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Logo após, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.874, altera as Deliberações da Mesa nºs 2.323, de 23 de outubro de 2002; 2.435, de 1º de dezembro de 2008; 2.477, de 12 de abril de 2010; 2.565, de 10 de junho de 2013; 2.585 e 2.586, de 22 de abril de 2014; 2.596, de 15 de setembro de 2014; 2.761, de 18 de dezembro de 2020; 2.799, de 19 de setembro de 2022; 2.840, de 8 de abril de 2024; e 2.868, de 14 de julho de 2025. Após, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, sob a relatoria do deputado Betinho Pinto Coelho, os seguintes pareceres: pela aprovação dos Requerimentos nºs: 9.865/2024, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 10.760 e 10.773/2025, da Comissão de Cultura; 11.427 e 11.428/2025, da Comissão de Administração Pública; 12.890/2025, da Comissão de Segurança Pública; 13.380/2025, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas; nº 13.489/2025, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, todos na forma dos respectivos Substitutivos nº 1; e 12.400, 12.528 a 12.532, 12.713 e 12.716/2025, da Comissão de Participação Popular; 12.581, 13.065 e 13.068/2025, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social; 12.830/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; 12.939, 13.291 e 13.294/2025, da Comissão de Saúde; 13.014 e

13.727/2025, da Comissão de Direitos Humanos; 13.120/2025, do deputado Sargento Rodrigues; 13.456/2025, da Comissão de Segurança Pública; e, sob a relatoria do deputado Gustavo Santana, o parecer do Requerimento nº 11.492/2025, da Comissão de Administração Pública, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 29/9/2025, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 29 de setembro de 2025.

Tadeu Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Gustavo Santana, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 111ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 29/9/2025

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide regulamentar a inclusão do abono de permanência na base de cálculo de verbas de natureza remuneratória, em alinhamento com o Termo Repetitivo nº 1.223, do STJ. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, combinados com a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Finalmente, são aprovados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria da Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, combinados com os arts. 133 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT – da Constituição do Estado, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 25.240, de 9/5/2025, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do ADCT da Constituição do Estado e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 19/9/2025, o servidor Celdinei Ferreira Batista, ocupante do cargo efetivo de oficial de execução das atividades da secretaria, padrão VL-62, classe especial, do Quadro de Pessoal desta secretaria; nos termos do art. 13 da Deliberação da Mesa nº 2.802, de 2022, e do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, por meio do Ato nº 2.066/2025, designando, a partir de 29/9/2025, para atuar como agente de contratação e pregoeira, a servidora Suellen Christine Sernizon Gonçalves Esteves; para atuar como membros efetivos da Comissão de Contratação e da equipe de apoio os servidores Rafael Amaral Freitas, Alessandra Strambi de Almeida Mitre, Ricardo de Paula Tourinho e Gil Flávio Naves Lima; e para atuar como membros suplentes os servidores Alex Pacheco de Paula, Matheus Siqueira Andrade, Caroline Gonçalves Campos, e Lorena Cristina Silva Ribeiro; e, nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/2004, combinada com as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de 4/7/2000, e 5.310, de 21/12/2007, exonerando, a pedido, a partir de 29/9/2025, Fabiana Esméria de Castro Alves Ubriaco, do cargo de técnico de apoio legislativo, na especialidade de técnico de apoio legislativo, padrão VL-32, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 6/10/2025, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 6 de outubro de 2025.

Tadeu Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Gustavo Santana, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 68ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 5/9/2025

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, nos termos do art. 33, incisos III e IV da Deliberação nº 2.802, de 21/9/2022, adjudica o objeto e homologa o Processo nº 1011014 60/2025, na modalidade pregão eletrônico, destinado à contratação de empresa de engenharia especializada na prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, autorizando a celebração do contrato com a empresa EQS Engenharia S.A.; e, também nos termos do art. 33, incisos III e IV da Deliberação nº 2.802, de 21/9/2022, adjudica o objeto e homologa o Processo nº 1011014 65/2025, na modalidade pregão eletrônico, destinado à contratação de sociedade empresária para prestação de serviços de limpeza e conservação, conforme solicitação da Gerência-Geral de Suporte Logístico, autorizando a celebração do contrato com a empresa Artebrilho Multserviços Ltda. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, combinados com a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 8/9/2025, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 8 de setembro de 2025.

Tadeu Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Gustavo Santana, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 69ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 11/9/2025

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, combinados com a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Finalmente, são aprovados os seguintes atos relativos ao Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas no art. 147 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT – da Constituição do Estado, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 25.240, de 9/5/2025, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, a partir de 11/9/2025, a servidora Maria Célia Pinto, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo, na especialidade de jornalista, padrão VL-66, classe III, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas no art. 146 do ADCT da Constituição do Estado, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 25.240, de 9/5/2025, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, a partir de 8/9/2025, a servidora Vera Lúcia Fátima de Castro Assis, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo, na especialidade de relações-públicas, padrão VL-69, classe especial, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas no art. 36, § 1º, inciso I, da Constituição do Estado e no art. 8º, I, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 25.240, de 9/5/2025, da Lei Complementar nº 64, de 2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos proporcionais, a partir de 3/9/2025, o servidor José Soares de Moura, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo, na especialidade de redator-revisor, padrão VL-63, classe III, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia; e, nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/2004, combinada com as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de 4/7/2000, e 5.310, de

21/12/2007, nomeando servidores conforme cargos e classificações a serem publicados no *Diário do Legislativo*. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 15/9/2025, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 15 de setembro de 2025.

Tadeu Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Gustavo Santana, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/2/2026

Às 14h14min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Adalclever Lopes, Rodrigo Lopes, Charles Santos, Sargento Rodrigues e Leleco Pimentel (substituindo o deputado Professor Cleiton, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adalclever Lopes, informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da comissão nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Companhia Energética de Minas Gerais (um ofício em 14/11/2025); da Prefeitura Municipal de Itumirim (um ofício em 13/11/2025); da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (um ofício em 31/10/2025, dois ofícios em 20/11/2025); do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (quatro ofícios em 1º/11/2025, três ofícios em 20/11/2025 e dois ofícios em 9/1/2026); do Ministério dos Transportes (um ofício em 17/10/2025); da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (três ofícios em 7/11/2025, um ofício em 12/12/2025 e um ofício em 9/1/2026); da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (um ofício em 1º/11/2025, um ofício em 13/11/2025 e um ofício em 6/11/2025); do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (dois ofícios em 10/10/2025 e um ofício em 11/12/2025); da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (um ofício em 23/10/2025); da Agência Nacional de Energia Elétrica (um ofício em 7/11/2025); da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (1º/11/2025); da Secretaria de Estado de Saúde (um ofício em 17/10/2025, um ofício em 6/11/2025 e um ofício em 4/12/2025); da Secretaria de Estado de Governo (um ofício em 6/11/2025); da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (um ofício em 1º/11/2025 e um ofício em 14/11/2025); da Secretaria de Estado de Educação (um ofício em 7/11/2025); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (um ofício em 6/2/2026); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (dois ofícios em 20/11/2025 e um ofício em 4/12/2025); da Polícia Militar de Minas Gerais (um ofício em 9/1/2026); da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (9/1/2026); e da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais (um ofício em 9/1/2026). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.223/2024 na forma do vencido no 1º turno (relatora: deputada Beatriz Cerqueira, em virtude de redistribuição); 3.699/2025 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Sargento Rodrigues); 3.761/2025 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: deputado Rodrigo Lopes, em virtude de redistribuição); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 354/2023 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); 2.343/2024 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Charles Santos); 3.138/2024 com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Sargento Rodrigues); 3.792/2022 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Sargento Rodrigues); 2.147/2024, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); 3.808/2025 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Charles Santos); 3.932/2025 na forma do Substitutivo nº 3 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); 4.231/2025 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Segurança Pública (relator: deputado Sargento Rodrigues); 4.628/2025 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Adalclever Lopes); 4.837/2025

na forma do Substitutivo nº 3 (relator: deputado Rodrigo Lopes); 4.868/2025 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Adalcleber Lopes, em virtude de redistribuição). É convertido em diligência, a requerimento da relatora, deputada Beatriz Cerqueira, o Projeto de Lei nº 724/2023, no 2º turno, à Secretaria de Estado de Educação e à Prefeitura Municipal de Oliveira. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Rodrigo Lopes, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.487/2025, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, o presidente defere o pedido de vista da deputada Beatriz Cerqueira. Os Projetos de Lei nºs 566 e 983/2019 e 1.903/2023 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Sargento Rodrigues, e o Projeto de Lei nº 3.208/2024, atendendo-se a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira, ambos aprovados pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 16.242/2026. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 19.094/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à B3 em São Paulo pedido de providências para informar ao mercado, como fato relevante, a dívida da Companhia de Saneamento de Minas Gerais relativa ao fundo de pensão de seus trabalhadores, administrado pela Fundação Libertas;

nº 19.095/2025, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários no Rio de Janeiro pedido de providências para informar ao mercado, como fato relevante, a dívida da Companhia de Saneamento de Minas Gerais relativa ao fundo de pensão de seus trabalhadores, administrado pela Fundação Libertas;

nº 19.101/2025, do deputado Caporezzo, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de providências para agilizar os procedimentos de construção de nova ponte sobre o Rio Corrente, no Km 31 da MG-460, no Município de Munhoz;

nº 19.308/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado pedido de providências para a realização de auditoria institucional e operacional na Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais, com a finalidade de apurar as denúncias realizadas pelo Sindicato dos Servidores Públicos do Meio Ambiente no Estado de Minas Gerais que informam a imposição, por parte do governo do Estado, de limitações orçamentárias e estruturais, bem como às políticas de pessoal da agência;

nº 19.335/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça pedido de providências para implantação de unidades interligadas dos cartórios de registro civil das pessoas naturais, tanto no Instituto Médico Legal quanto nos Postos Médico Legais localizados no interior do Estado, como forma de conferir celeridade e humanizar o procedimento de registro do óbito e a consequente liberação dos corpos para cremação ou sepultamento;

nº 19.401/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de informações sobre a situação do estoque, da aquisição e da distribuição do medicamento Riluzol no Estado; os motivos que ocasionaram a interrupção do fornecimento do referido medicamento; e as providências adotadas para regularizar o acesso ao mencionado medicamento, com a definição de prazos concretos; e seja encaminhado ao referido destinatário pedido de providências para assegurar a continuidade do tratamento aos pacientes com esclerose lateral amiotrófica enquanto perdurar a instabilidade no fornecimento regular do referido medicamento;

nº 19.403/2026, do deputado Gil Pereira, em que requer seja formulado voto de congratulações com os empregados da Caixa Econômica Federal pelos 165 anos de sua fundação banco, completados em 12/1/2026, em reconhecimento ao relevante serviço público prestado e ao compromisso social demonstrado diariamente no atendimento à sociedade;

nº 19.409/2026, do deputado Luizinho, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais pedido de providências para a realização de vistoria técnica na rede de distribuição de energia elétrica do Município de Campos Gerais e do

Distrito de Córrego do Ouro, com diagnóstico das causas das frequentes interrupções e oscilações no fornecimento, e para elaboração de plano de ação para manutenção, reforço e modernização da rede;

nº 19.410/2026, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça e ao presidente do Tribunal de Contas pedido de informações sobre o cumprimento do acordo de reparação firmado entre a mineradora Vale e o Estado, com os esclarecimentos que menciona;

nº 19.413/2026, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre a nomeação do Sr. Sérgio Antônio Carvalho de Azevedo, ex-prefeito de Poços de Caldas, para o governo de Minas Gerais, com os esclarecimentos que menciona;

nº 19.432/2026, do deputado Charles Santos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre os problemas apresentados pelo sistema de ponto digital implantado no Comando de Operações Especiais da Polícia Penal; e seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para a resolução dos referidos problemas;

nº 19.439/2026, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o contrato relativo à prestação do serviço de transporte de pacientes por ambulância no Instituto Raul Soares, com o envio a esta Casa dos documentos e com os esclarecimentos que especifica;

nº 19.486/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a abordagem realizada por agentes de segurança durante evento oficial ocorrido em 17/11/2025, no Município de Florestal, com os questionamentos que menciona;

nº 19.536/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para a averiguação de possível inconsistência administrativa relacionada à cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores incidente sobre a propriedade de “veículo novo, fabricado no Estado, cujo motor de propulsão seja movido a gás natural ou a energia elétrica; veículo novo híbrido, fabricado no Estado, que possua mais de um motor, sendo pelo menos um deles movido a energia elétrica; e veículo novo, fabricado no Estado, movido exclusivamente a etanol”, em desconformidade, em tese, com o disposto na Lei nº 25.378, de 2025;

nº 19.557/2026, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre o aluguel de veículos pela companhia junto à empresa BTG Pactual Commodities Sertrading S.A., com o envio a esta Casa dos esclarecimentos e das documentações que especifica;

nº 19.558/2026, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 813/2019, que dá nova redação ao inciso V do art. 20 da Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências;

nº 19.618/2026, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para alterar o local de funcionamento da Unidade de Atendimento Integrado de Varginha, com a sua transferência para prédio público existente no município;

nº 19.624/2026, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência pública para debater o atraso nos pagamentos relativos à compensação por extrapolção da produção de atendimentos e cirurgias realizados por hospitais credenciados ao Sistema Único de Saúde no Estado, bem como os impactos do não pagamento sobre o funcionamento de hospitais filantrópicos e de unidades 100% SUS;

nº 19.669/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Defensoria Pública, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público pedido de providências para que sejam adotadas as medidas necessárias à nomeação e posse dos candidatos aprovados no concurso público regido pelo Edital nº 1/2023, destinado ao provimento de cargos de analista no âmbito da defensoria;

nº 19.692/2026, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a situação da assistência à saúde prestada aos servidores públicos estaduais, especialmente diante das reiteradas reclamações quanto à precarização e à demora no atendimento;

nº 19.721/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos para a política de educação básica do Projeto de Lei nº 3.208/2024, do deputado Antônio Carlos Arantes, que dispõe sobre a ampliação do prazo para os municípios requererem a titularidade de imóveis vinculados à municipalização do ensino, nos termos da Lei nº 14.969, de 12/1/2004;

nº 19.774/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, ao Comando-Geral da Polícia Militar e ao Comando-geral do Corpo de Bombeiros Militar pedido de providências para atuarem, com urgência, nos Municípios de Juiz de Fora e Ubá e nas demais cidades da Zona da Mata atingidas por temporais;

nº 19.788/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para que a Secretaria de Planejamento e Gestão apresente os dados relativos ao cumprimento do art. 146 da Lei nº 24.313, de 2023, que assegura aos servidores todos os direitos funcionais, no período compreendido entre 28/5/2020 e 31/12/2021.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, desconvoca a reunião extraordinária prevista para o dia 25/02/2026, às 10 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de março de 2026.

Adalclever Lopes, presidente – Sargento Rodrigues – Beatriz Cerqueira – Ione Pinheiro.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 25/2/2026

Às 14h35min, comparecem à reunião a deputada Maria Clara Marra (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do BAM) e os deputados Carlos Henrique e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Henrique, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da comissão nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final. A presidência suspende os trabalhos da comissão. A reunião é reaberta com a presença dos deputados Carlos Henrique, João Magalhães e Zé Laviola, registrando-se a saída da deputada Maria Clara Marra e do deputado Tito Torres. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres de redação final: dos Projetos de Resolução nºs 95/2025, 106 e 108/2026; e dos Projetos de Lei nºs 229/2019, 113, 365, 667, 1.182 e 1.768/2023, 1.977/2024, 3.280, 3.680, 3.839, 4.004, 4.100 e 4.368/2025 (relator: deputado Carlos Henrique). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres de redação final: dos Projetos de Lei nºs 186, 580, 660, 987 e 1.014/2023, 2.346, 2.954 e 3.006/2024, 3.578, 3.602, 3.798, 3.844, 3.959, 3.966, 3.976, 4.020, 4.080, 4.088, 4.126, 4.148, 4.255, 4.271, 4.278, 4.288, 4.369, 4.456, 4.574, 4.589, 4.590, 4.602, 4.641, 4.642, 4.661, 4.671 e 4.685/2025 (relator: deputado Carlos Henrique). Cumprida a finalidade da reunião, a

presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de março de 2026.

Carlos Henrique, presidente – Zé Laviola – Thiago Cota.

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 25/2/2026**

Às 15h7min, comparecem à reunião os deputados Coronel Henrique, Grego da Fundação e Thiago Cota (substituindo o deputado Bosco, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Coronel Henrique, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A reunião é suspensa. A reunião é reaberta com a presença dos deputados Coronel Henrique, Grego da Fundação e Thiago Cota. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.675/2025 (relator: deputado Coronel Henrique), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 16.196/2026. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 19.395/2026, do deputado Lincoln Drumond, em que requer seja formulado voto de congratulações com João Gabriel Souza Brito pela conquista do título de campeão interestadual de boxe e do cinturão do Município de Ipatinga;

nº 19.398/2026, do deputado Charles Santos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância social, preventiva e comunitária do grupo Força Jovem Universal no Estado;

nº 19.482/2026, do deputado Lincoln Drumond, em que requer seja formulado voto de congratulações com Natalia Miranda Cristina da Silva pelo notável desempenho que vem demonstrando no UFC;

nº 19.635/2026, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada audiência pública para debater os potenciais efeitos da reforma tributária na execução da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte, haja vista a substituição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços pelo Imposto sobre Bens e Serviços;

nº 19.636/2026, do deputado Coronel Henrique, em que requer sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Governo as notas taquigráficas da 1ª Reunião Ordinária da comissão, que teve por finalidade debater a vinculação da Subsecretaria de Esportes à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo;

nº 19.664/2026, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Comando Rasta pelas ações sociais que desenvolve como torcida organizada;

nº 19.666/2026, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a importância de as torcidas organizadas desenvolverem um papel social e para entregar o diploma referente ao voto de congratulações com o Comando Rasta;

nº 19.685/2026, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com o secretário municipal de Esportes de Araxá e com sua equipe pela realização do campeonato Ruralão, edição 2025, promovido pela Prefeitura Municipal de Araxá;

nº 19.827/2026, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de São João del-Rei, para debater sobre as perspectivas da implantação de uma escola cívico-militar na rede municipal, bem como sua integração,

por meio de jogos escolares, com o Colégio Tiradentes e com a Escola Cívico-Militar de Santa Cruz de Minas, e sobre os impactos, para a juventude desses municípios, da suspensão da Política Educacional Gestão Compartilhada: Escola Cívico-Militar na Escola Estadual Cônego Osvaldo Lustosa, determinada pelo Tribunal de Contas do Estado;

nº 19.828/2026, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Professora Lígia Maria Magalhães, no Município de Contagem, para verificar os impactos, para a juventude de Contagem e região, da suspensão da Política Educacional Gestão Compartilhada: Escola Cívico-Militar pelo Tribunal de Contas do Estado;

nº 19.829/2026, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Padre José Maria de Man, no Município de Contagem, para verificar os impactos da suspensão da Política Educacional Gestão Compartilhada: Escola Cívico-Militar, pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais para a juventude de Contagem e região;

nº 19.830/2026, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Princesa Isabel, no Município de Belo Horizonte, para verificar os impactos da suspensão da Política Educacional Gestão Compartilhada: Escola Cívico-Militar, pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais para a juventude de Belo Horizonte e região;

nº 19.831/2026, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Assis Chateaubriand, no Município de Belo Horizonte, para verificar os impactos da suspensão da Política Educacional Gestão Compartilhada: Escola Cívico-Militar pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais para a juventude de Belo Horizonte e região;

nº 19.832/2026, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual dos Palmares, no Município de Ibité, para verificar os impactos da suspensão da Política Educacional Gestão Compartilhada: Escola Cívico-Militar pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais para a juventude de Ibité e região;

nº 19.833/2026, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada audiência pública para debater sobre os impactos da reforma tributária sobre o esporte no País e no Estado;

nº 19.834/2026, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada audiência pública para debater sobre os impactos da Lei Complementar nº 224, de 26/12/2025, para o esporte no País e no Estado, em razão da alteração do regime de benefícios fiscais para entidades que atuam como associações sem fins lucrativos, com repercussão para os clubes esportivos, que passarão a ter a obrigação de simulação de lucro real, além de possível aumento de carga tributária.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de março de 2026.

Coronel Henrique, presidente – Dr. Maurício – Mário Henrique Caixa.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 25/2/2026

Às 15h43min, comparecem à reunião as deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus e Leleco Pimentel (substituindo o deputado Betão, por indicação da liderança do BDL) membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício nº 4/2025 – Plantão 25ª Região Administrativa – Juiz de Fora, do Ministério Público de Minas Gerais, informando a instauração de notícia de fato para apurar prática de violência e abuso de autoridade por parte de policiais militares em Juiz de Fora, em 25/12/2025. Comunica ainda o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Procuradoria Regional do Trabalho em Minas Gerais 3ª Região (um

ofício em 2/10/2025); da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (um ofício em 6/11/2026 e um ofício em 7/11/2025); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (um ofício em 14/8/2025, um ofício em 27/9/2025, um ofício em 23/10/2025, dois ofícios em 31/10/2025, um ofício em 7/11/2025, um ofício em 14/11/2025, dois ofícios em 4/12/2025, dois ofícios em 6/2/2026 e três ofícios em 30/1/2026); da Universidade Federal de Ouro Preto (um ofício em 28/8/2025); do Conselho Nacional de Justiça (um ofício em 17/9/2025 e dois ofícios em 10/10/2025); da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (um ofício em 7/8/2025, um ofício em 28/8/2025, um ofício em 5/9/2025, um ofício em 23/10/2025, um ofício em 7/11/2025, três ofícios em 13/11/2025 e um ofício em 29/11/2025); da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (um ofício em 25/9/2025, um ofício em 26/9/2025, um ofício em 30/10/2025 e um ofício em 1º/11/2025); da Secretaria de Estado de Fazenda (um ofício em 17/9/2025 e um ofício em 23/10/2025); da Secretaria de Estado da Casa Civil (um ofício em 31/10/2025); da Secretaria Municipal de Governo (um ofício em 23/10/2025); da Prefeitura Municipal de Bonfim (um ofício em 31/10/2025); da Prefeitura Municipal de Itaúna (um ofício em 13/11/2025); da Prefeitura Municipal de Muriaé (um ofício em 8/8/2025); da Prefeitura Municipal de Pará de Minas (um ofício em 14/8/2025); da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (um ofício em 10/10/2025); da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (um ofício em 14/8/2025, três ofícios em 10/10/2025, dois ofícios em 23/10/2025, dois ofícios em 24/10/2025, dois ofícios em 1º/11/2025, um ofício em 13/11/2025, dois ofícios em 14/11/2025, um ofício em 19/12/2025 e dois ofícios em 9/1/2026); da Companhia Energética de Minas Gerais (um ofício em 14/8/2025 e um ofício em 14/11/2025); da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (um ofício em 14/8/2025, três ofícios em 26/9/2025, um ofício em 27/9/2025, dois ofícios em 15/10/2025, três ofícios em 23/10/2025, dois ofícios em 6/11/2025, dois ofícios em 7/11/2025, um ofício em 20/11/2025, três ofícios em 4/12/2025, dois ofícios em 11/12/2025, dois ofícios em 9/1/2026 e um ofício em 30/1/2026); da Defensoria Pública de Minas Gerais (um ofício em 15/10/2025, dois ofícios em 6/11/2025, dois ofícios em 7/11/2025, um ofício em 17/12/2025 e um ofício em 9/1/2026); da Secretaria de Estado de Governo (um ofício em 4/9/2025, um ofício em 19/9/2025, um ofício em 26/9/2025 e um ofício em 30/10/2025); do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional em Minas Gerais (um ofício em 1º/11/2025); do Polícia Militar de Minas Gerais (três ofícios em 27/9/2025, um ofício em 23/10/2025, um ofício em 30/10/2025, um ofício em 13/11/2025, um ofício em 17/12/2025, um ofício em 20/12/2025 e um ofício em 9/1/2026); da Instituto Mário Penna (um ofício em 23/10/2025); da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável um ofício em 25/9/2025, um ofício em 2/10/2025, dois ofícios em 13/11/2025, um ofício em 26/11/2025 e um ofício em 19/12/2025); da Agência Nacional de Mineração (quatro ofícios em 25/9/2025 e um ofício em 19/12/2025); do Ministério Público de Minas Gerais (três ofícios em 10/10/2025, um ofício em 23/10/2025, um ofício em 13/11/2025, um ofício em 12/12/2025, um ofício em 17/12/2025, um ofício em 20/12/2025, dois ofícios em 15/1/2026 e dois ofícios em 30/1/2026); do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (dois ofícios em 26/11/2025); do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (um ofício em 31/10/2025); da Agência Reguladora de Transportes de Minas Gerais (um ofício em 1º/11/2025 e um ofício em 6/11/2025); do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (um ofício em 1º/11/2025); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (um ofício em 23/10/2025); da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (um ofício em 14/11/2025); da Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo (um ofício em 10/10/2025); da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (dois ofícios em 15/10/2025 e um ofício em 14/11/2025); do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (um ofício em 31/10/2025); da Prefeitura Municipal de Brumadinho (um ofício em 23/10/2025); da Secretaria Municipal de Educação (dois ofícios em 7/11/2025 e um ofício em 13/11/2025); da Ouvidoria-Geral do Estado (um ofício em 23/10/2025 e um ofício em 7/11/2025); do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (um ofício em 31/10/2025); da Prefeitura Municipal de Contagem (um ofício em 23/10/2025); da Secretaria Municipal de Saúde (um ofício em 31/10/2025, um ofício em 13/11/2025, um ofício em 30/1/2026 e um ofício em 5/2/2026); da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (um ofício em 20/11/2025); da Prefeitura Municipal de Cataguases (um ofício em 13/11/2025); da Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves (dois ofícios em 17/12/2025); da Controladoria-Geral do Estado (dois ofícios em 9/1/2026); do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (um ofício em 4/12/2025); do

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (um ofício em 12/12/2025 e um ofício em 5/2/2026); do Ministério da Igualdade Racial (um ofício em 9/1/2026); da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (um ofício em 12/12/2025); do Ministério das Relações Exteriores (dois ofícios em 12/12/2025); e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (dois ofícios em 15/1/2026); da Câmara Municipal de Esmeraldas (um ofício em 30/1/2026); e uma carta do senhor José Antônio Roda, de 28/11/2025, encaminhando solicitação para criação de um memorial permanente na Praça da Assembleia dedicado às vítimas do Hospital Psiquiátrico de Barbacena. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 16.183 a 16.186, 16.189, 16.190, 16.194, 16.197 a 16.199, 16.206 e 16.226/2026. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Retira-se o deputado Leleco Pimentel e registra-se a presença do deputado Marquinho Lemos (substituindo o deputado Betão, por indicação da liderança do BDL). São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 19.383/2025, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos e as consequências da Nota Técnica nº 5/SES/Subras-SAE-DPE-Cesmad/2025, da Secretaria de Estado de Saúde, que, na prática, restringe ou inviabiliza o encaminhamento de pacientes do interior do Estado para internações psiquiátricas em leitos disponíveis, comprometendo o direito à saúde e à dignidade de pessoas em sofrimento mental;

nº 19.404/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada visita à Ocupação Terra Mãe, no Município de Betim, para verificar *in loco* as condições de vida das famílias indígenas warao e possíveis violações de direitos humanos;

nº 19.407/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada visita à Aldeia Escola Floresta, do povo indígena maxakali, no Município de Teófilo Otoni, para averiguar possíveis violações de direitos humanos dos indígenas dessa aldeia;

nº 19.421/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater o acesso à Rede de Atenção Psicossocial e o crescimento do número de suicídios no Estado, conforme estudo divulgado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

nº 19.441/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater e apurar possíveis violações de direitos humanos e práticas discriminatórias contra pessoas com deficiência na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública;

nº 19.487/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo, à presidente do Conselho Estadual da Mulher, à secretária de Estado de Desenvolvimento Social e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a implementação e regulamentação das políticas públicas de enfrentamento ao feminicídio e à violência contra as mulheres no Estado;

nº 19.489/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, ao Departamento Penitenciário de Minas Gerais, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário e à direção da Penitenciária Federal em Catanduvas (PR) pedido de providências para garantia dos direitos humanos de internos oriundos do sistema penitenciário de Minas Gerais atualmente recolhidos no Sistema Penitenciário Federal, em especial na referida penitenciária federal;

nº 19.503/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Corregedoria e ao Comando-Geral da Polícia Militar e ao Ministério Público pedido de providências para apuração de possíveis irregularidades em abordagem policial realizada em 30/1/2026, em posto de combustíveis no Município de Patrocínio, na qual há indícios de uso desproporcional da força, além de outras falhas operacionais;

nº 19.524/2026, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater as possíveis violações do direito à saúde no Município de Almenara devido às dificuldades financeiras enfrentadas pelo Hospital Deraldo Guimarães;

nº 19.553/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para averiguar, por meio de sindicância, denúncias de ações abusivas e truculentas da PMMG ocorridas na madrugada do dia 7/2/2026, no samba Deu Meia-Noite, localizado na avenida Saramenha, Bairro Guarani, em Belo Horizonte;

nº 19.555/2026, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para apurar e sanar com urgência as graves denúncias de precariedade na Penitenciária Dênio Moreira de Carvalho, em Ipaba;

nº 19.568/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil, ao Ministério Público, à Defensoria Pública, à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Montes Claros e à Corregedoria da Polícia Militar pedido de providências para apuração dos fatos registrados nos Reds nºs 2026-003701867-001 e 2026-003768495-001, ocorridos no Terreiro de Umbanda Caboclo Folha Seca, em Montes Claros;

nº 19.569/2026, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais, ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais e à Corregedoria da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para a apuração de possíveis irregularidades ocorridas durante intervenção policial realizada em 7/2/2026 no evento de samba Deu Meia-Noite, em espaço cultural localizado na Av. Saramenha, no Bairro Guarani, em Belo Horizonte;

nº 19.601/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais em Buritis, à Secretaria de Estado de Saúde, ao Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais e à Polícia Civil de Minas Gerais em Buritis pedido de providências para apuração de graves indícios de negligência e imperícia médica no atendimento a um bebê de apenas três meses de idade, com possível administração inadequada de medicamentos e negativa de fornecimento de informações clínicas essenciais à continuidade do tratamento, fatos que teriam resultado no agravamento do estado de saúde da criança, levando-a a óbito;

nº 19.602/2026, das deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Leninha, Ana Paula Siqueira, Lohanna e dos deputados Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Hely Tarquínio, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Professor Cleiton, Ricardo Campos, Luizinho, Marquinho Lemos e Ulysses Gomes, em que requerem seja realizada audiência pública para que a presidenta da Copasa apresente o modelo de desestatização proposto para a companhia e para debater os impactos da eventual privatização da empresa sobre os direitos fundamentais da população;

nº 19.605/2026, das deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Leninha, dos deputados Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Hely Tarquínio, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Professor Cleiton e Ricardo Campos, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a grave crise financeira enfrentada pelos hospitais filantrópicos e unidades hospitalares que atendem integralmente ou majoritariamente pelo SUS no Município de Belo Horizonte, em razão do atraso e da insuficiência nos repasses de recursos federais geridos pela administração municipal;

nº 19.619/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para a melhoria da infraestrutura dos centros socioeducativos e do Sistema Socioeducativo do Estado, mediante a adoção das medidas que menciona;

nº 19.675/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a presença e a distribuição territorial, o funcionamento e a importância dos centros de referência e dos demais equipamentos públicos destinados ao atendimento da população LGBT+ no Estado, bem como os desafios para sua ampliação, seu fortalecimento institucional e seu financiamento;

nº 19.745/2026, das deputadas Beatriz Cerqueira e Bella Gonçalves, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a decisão judicial do Tribunal de Justiça do Estado que relativizou o crime de estupro contra criança de 12 anos;

nº 19.825/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, à Polícia Militar de Minas Gerais e à Corregedoria da Polícia Militar pedido de providências para a apuração rigorosa das violações de direitos humanos ocorridas em 16/2/2026, na Praça Raul Soares, em Belo Horizonte, envolvendo ação policial nas imediações de dois bares de público majoritariamente LGBTQIA+, adotando-se as medidas que especifica;

nº 19.826/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o quadro atualizado dos crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes no Estado, com os esclarecimentos que especifica;

nº 19.837/2026, das deputadas Bella Gonçalves, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Leninha, Ana Paula Siqueira, dos deputados Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Hely Tarquínio, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Professor Cleiton, Ricardo Campos, Luizinho, Marquinho Lemos em que requerem seja realizada audiência pública para debater os danos aos direitos humanos coletivos, especialmente da população em maior situação de vulnerabilidade, em razão da tentativa de privatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais no contexto de esquema nacional de corrupção entre o setor empresarial de saneamento e o setor financeiro;

nº 19.842/2026, da deputada Bella Gonçalves e do deputado Betão, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a situação dos atingidos pelas chuvas na Zona da Mata, em especial nos Municípios de Ubá e Juiz de Fora; e

nº 19.843/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater a atuação da Polícia Militar durante os festejos do Carnaval 2026 em Belo Horizonte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de março de 2026.

Bella Gonçalves, presidente – Andréia de Jesus – Beatriz Cerqueira.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 3/3/2026

Às 10h40min, comparecem à reunião as deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e o deputado Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tito Torres, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Registra-se a presença da deputada Beatriz Cerqueira. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Marcelo Alves da Cruz, diretor da Associação Comunitária Boa Morte da Comunidade Quilombola de Belo Vale, solicitando atenção para o projeto de aumento da pilha de estéril de nível 3 para nível 4, na cava do Esmeril, em Congonhas, projeto que afeta o município de Belo Vale, podendo comprometer o abastecimento de água da comunidade; ofícios da Associação Brasileira dos Municípios Mineradores informando que está tomando as medidas cabíveis para exigir das autoridades competentes e da empresa Vale a divulgação das causas dos incidentes ocorridos em Congonhas, nas Minas de Fábrica e Viga, a apuração rigorosa das responsabilidades e a reparação integral pela empresa; da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais informando que os valores das tarifas, a partir de 1º/2/2026, tiveram um reajuste de 9,02% e que resultaram de trabalho técnico e participativo com a realização de consulta e audiência públicas; e da Câmara Municipal de Ouro Fino, encaminhando cópia de moção de apelo e solicitando apoio a legislações que coibam

a soltura de fogos de artifícios com estampido. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (um ofício em 8/8/2025, um ofício em 20/11/2025 e um ofício em 9/1/2026); do Ministério Público Federal (um ofício em 3/7/2025 e um ofício em 27/9/2025); do Ministério Público de Minas Gerais (um ofício em 2/10/2025 e um ofício em 17/12/2025); da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (dois ofícios em 14/8/2025); vinte e um ofícios da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (um ofício em cada uma das datas de 15/5, 27/6, 9/7, 1/8, 4 e 27/9, 10/10, 23/10, 31/10, 1 e 20/11, 11, 12 e 17/12/2025 e 15/01/2026, três ofícios em 15/10/2025 e três ofícios em 7/11/2025); do Instituto Estadual de Florestas (um ofício em 19/6/2025 e um ofício em 26/6/2025); do Ministério Público do Estado da Bahia (um ofício em 31/10/2025); da Secretaria de Estado de Saúde (um ofício em 1º/8/2025 e um ofício em 14/8/2025); do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (um ofício em 20/11/2025); do Ministério da Saúde (um ofício em 14/8/2025); do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (um ofício em 1º/11/2025, um ofício em 17/12/2025 e dois ofícios em 26/9/2025); da Procuradoria da República (um ofício em 2/10/2025); seis ofícios da Fundação Estadual de Meio Ambiente (um ofício em 1º/8/2025, um ofício em 16/10/2025, um ofício em 23/10/2025, um ofício em 30/10/2025, um ofício em 7/11/2025 e um ofício em 11/12/2025); da Prefeitura Municipal de Betim (um ofício em 2/10/2025 e um ofício em 17/12/2025); da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (dois ofícios em 25/9/2025 e um ofício em 26/11/2025); da Prefeitura Municipal de Sarzedo (um ofício em 20/11/2025); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (um ofício em 6/11/2025); do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (um ofício em 27/9/2025); do Ministério de Minas e Energia (um ofício em 14/11/2025); do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais (um ofício em 7/11/2025); do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (um ofício em 19/12/2025); do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (um ofício em 20/11/2025); da Polícia Militar de Minas Gerais (um ofício em 13/11/2025); do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (um ofício em 26/11/2025 e um ofício em 9/1/2026); da Secretaria de Estado de Governo (um ofício em 20/11/2025); quatro ofícios do Instituto Estadual de Florestas (um ofício em 7/11/2025, um ofício em 20/11/2025, um ofício em 4/12/2025 e um ofício em 22/1/2026); e do Ministério Público de Minas Gerais (um ofício em 17/12/2025 e um ofício em 24/12/2025). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.904/2022, em turno único (Bella Gonçalves); 807/2019, no 2º turno, e 4.941/2025, no 1º turno (João Magalhães); e 2.443/2024, no 2º turno (Noraldino Júnior). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.004/2022 na forma do Substitutivo nº 3 (relatora: deputada Bella Gonçalves); e 2.088/2024 na forma do Substitutivo nº 2 (relatora: deputada Ione Pinheiro). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 476/2023 (relatora: deputada Ione Pinheiro), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 186, 580, 660/2023, 2.954/2024, 3.844 e 4.255/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado João Magalhães. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 19.781/2026, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais em Ribeirão das Neves pedido de providências para que solucione o grave problema de esgoto a céu aberto que já ocorre há três meses na Alameda Flamboyant, no Bairro Vale das Acácias, nesse município;

nº 19.909/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao prefeito municipal de Porteirinha, ao diretor-geral da Agência Nacional de Mineração, ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas e ao coordenador da Defesa Civil em Porteirinha pedido de informações sobre o extravasamento ocorrido na Barragem de Lages, nesse município, em 2/3/2026;

nº 19.910/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça e à Coordenadoria Regional da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente das Bacias dos Rios Jequitinhonha e Mucuri, em Diamantina, pedido de providências para apuração de possíveis ilegalidades na audiência pública referente ao processo de concessão do Parque Estadual do Biribiri, realizada em 24/2/2026;

nº 19.911/2026, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em relatório que descreva o estágio atual de cumprimento das condicionantes constantes do Anexo I do Processo nº 00022/180/062/2018, que trata do licenciamento ambiental e da Revalidação de Licença de Operação nº 4/2023, da Refinaria Gabriel Passos, bem como em documento contendo esclarecimentos sobre as providências tomadas pela secretaria de que é titular com relação às condicionantes que não estão sendo cumpridas no prazo e nas condições estabelecidas;

nº 19.912/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja formulado voto de congratulações com Nicolas Souza Santos, da Associação dos Motoboys, Motogirls e Entregadores de Juiz de Fora, pelo trabalho realizado por todos os motoboys e entregadores por aplicativo da Zona da Mata que se mobilizaram para realizar entregas de água e alimentos para a população dos Municípios de Juiz de Fora e Ubá;

nº 19.913/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Grupo de Resgate Animal de Belo Horizonte pelo trabalho de resgate e proteção dos animais atingidos pelas enchentes ocorridas na Zona da Mata, especialmente em Juiz de Fora e Ubá, em 2026;

nº 19.914/2026, das deputadas Ione Pinheiro, Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e do deputado Tito Torres, em que requerem seja formulado voto de congratulações com a Coordenadoria de Defesa Civil pela efetiva atuação e socorro às vítimas das enchentes nos Municípios de Juiz de Fora e Ubá, em fevereiro de 2026;

nº 19.915/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações acerca das multas aplicadas pela secretaria de que é titular à Vale S.A. desde 2015 até março de 2026, consubstanciadas na relação de multas pagas e não pagas;

nº 19.916/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao coordenador estadual de Defesa Civil pedido de informações consubstanciadas em relatório, elaborado pela coordenadoria de que é titular, da visita realizada às minas de Fábrica e Viga, em Congonhas, em 13/2/2026.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária do dia 5 de março, às 10 horas, com pauta já publicada, e para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de março de 2026.

Tito Torres, presidente – Noraldino Júnior – Ione Pinheiro.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/3/2026

Às 9h10min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Lohanna e o deputado Leleco Pimentel (substituindo o deputado Hely Tarquínio, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A reunião é suspensa. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença da deputada Ione Pinheiro. A seguir, comunica o recebimento da

seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Secretaria de Estado de Educação (três ofícios em 11/12/2025 e sete ofícios em 27/2/2026); e da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (cinco ofícios em 11/12/2025 e quinze ofícios em 20/2/2026). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.216/2025 na forma do Substitutivo nº 3 (relator: deputado Leleco Pimentel); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.343/2025 na forma do Substitutivo nº 2 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. A presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, avoca a relatoria do Projeto de Lei nº 3.181/2024, em turno único. É convertido em diligência, a requerimento da relatora, o Projeto de Lei nº 3.181/2024, em turno único, à Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 16.191, 16.200, 16.208, 16.213 e 16.228/2026. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 19.844/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Ruth Martins de Almeida, no Município de Caxambu, pela realização do projeto Educação Financeira, que visa ensinar estudantes da rede pública de ensino a construir sua autonomia financeira por meio do desenvolvimento de habilidades de planejamento, autocontrole e pensamento crítico;

nº 19.847/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância do projeto Educação Financeira, realizado na Escola Estadual Ruth Martins de Almeida, localizada em Caxambu, e proceder à entrega de diplomas referentes a votos de congratulações;

nº 19.848/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com o professor de matemática da educação básica Lucas de Oliveira pela autoria do projeto Educação Financeira, implementado na Escola Estadual Ruth Martins de Almeida, localizada no Município de Caxambu, iniciativa que visa ensinar estudantes da rede pública de ensino a construir sua autonomia financeira;

nº 19.851/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o cumprimento, na rede municipal de ensino de Matias Barbosa, do disposto na Lei Federal nº 15.326, de 6/1/2026, que incluiu os professores da educação infantil na categoria de profissionais do magistério;

nº 19.852/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o cumprimento, na rede municipal de ensino de Diamantina, do disposto na Lei Federal nº 15.326, de 2026, que incluiu os professores da educação infantil entre os profissionais do magistério;

nº 19.853/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o cumprimento, na rede municipal de ensino de Conceição do Rio Verde, do disposto na Lei Federal nº 15.326, de 6/1/2026, que incluiu os professores da educação infantil na categoria de profissionais do magistério;

nº 19.854/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja autorizada, em caráter de urgência, a abertura de turmas do 1º período da educação de jovens e adultos para o primeiro semestre de 2026, na Escola Estadual Presidente Tancredo Neves, em Contagem;

nº 19.866/2026, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os impactos para a educação dos danos causados à unidade da Universidade do Estado de Minas Gerais no Município de Ubá, em razão das chuvas intensas que atingiram esse município, e para buscar alternativas para reparar esses danos;

nº 19.875/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que sejam sanadas, com urgência, as dificuldades enfrentadas pelos candidatos convocados no concurso público regido pelo Edital Seplag-SEE nº 1/2025 para acessar o *link* destinado ao agendamento e à realização da perícia médica;

nº 19.876/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para revisão da definição das unidades periciais destinadas à perícia médica admissional dos nomeados no concurso regido pelo Edital Seplag-SEE nº 1/2025, assegurando-se a realização preferencial do procedimento em local mais próximo da superintendência regional de aprovação do candidato ou do seu município de residência, bem como para a revisão dos agendamentos já realizados;

nº 19.877/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que determinem que, no ato de disponibilização dos cargos vagos para posse e lotação dos candidatos nomeados em concurso público, especialmente os regidos pelos editais Seplag-SEE nº 1/2025 e Seplag-SEE nº 3/2023, passe a constar, de forma expressa e detalhada, o número de aulas vinculadas a cada cargo ofertado, nas condições que especifica;

nº 19.883/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Universidade do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que seja regularizado eventual atraso no pagamento das bolsas de estágio e do auxílio-transporte aos estudantes estagiários da Escola de Música dessa universidade;

nº 19.887/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Adriana Patrícia de Oliveira referente à revisão da definição da unidade pericial para realização do exame médico admissional no concurso público regido pelo Edital Seplag-SEE nº 1/2025;

nº 19.888/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Danielle Bragança referente a dúvidas sobre o Memorando-Circular nº 107/2024/SEE/SE – Orientação;

nº 19.889/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido do servidor Daniel Rodrigues de Lima referente às nomeações para o cargo de professor de educação básica – ensino religioso no concurso regido pelo Edital Seplag-SEE nº 1/2025;

nº 19.890/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido de Erica Vasconcelos referente à observância dos critérios previstos na Resolução SEE nº 5.191, de 3/10/2025 (cadastro escolar);

nº 19.891/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido de Thaynara Chantal referente à observância dos critérios previstos na Resolução SEE nº 5.191, de 3/10/2025 (cadastro escolar), conforme solicitação feita por esta parlamentar ao governo do Estado, por meio do Sistema Eletrônico de Informações, em 2/3/2026, sob o Protocolo nº 101848.001509-6/2026;

nº 19.892/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Pollyana de Pinho Carvalho referente a esclarecimentos quanto à aplicação dos arts. 53 e 54 da Resolução nº 5.210, de 13/11/2025;

nº 19.893/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o fechamento do ponto de coleta e apoio instalado na Escola Estadual Antônio Carlos, no Município de Juiz de

Fora, em momento de calamidade enfrentado pela cidade em decorrência das fortes chuvas no qual a mobilização da comunidade escolar tem sido fundamental para o apoio às famílias atingidas, com os esclarecimentos que especifica;

nº 19.922/2026, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações acerca da reestruturação da oferta de ensino na Escola Estadual Antônio Martins do Espírito Santo, no Município de Nova Serrana, com os questionamentos que especifica;

nº 19.926/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Jaqueline Fonseca Maia referente a solicitação de aposentadoria especial;

nº 19.927/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Fabiana Nunes Soares Cunha referente à revisão da determinação da unidade pericial para realização do exame de perícia médica admissional de candidata nomeada no concurso regido pelo Edital Seplag-SEE nº 1/2025;

nº 19.928/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Ana Eloisa Theodoro referente a dúvidas em relação à aposentadoria;

nº 19.929/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido de Marcelo Rocha Matos referente a dúvidas sobre o concurso público regido pelo Edital Seplag-SEE nº 1/2025;

nº 19.945/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja processado o pedido da servidora Maria de Cássia Cangussu Almeida referente à obtenção de contagem de tempo de contribuição;

nº 19.961/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância de uma política de valorização salarial e da carreira da educação básica no Estado, bem como para promover o lançamento da campanha salarial de 2026 da categoria;

nº 19.962/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a revisão dos critérios de definição das unidades periciais para fins de exame admissional dos candidatos nomeados no concurso regido pelo Edital SEE-Seplag nº 1/2025 e a necessidade de maior transparência na divulgação dos cargos vagos;

nº 19.963/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública, com a participação de representante da Secretaria de Estado de Educação, para que preste esclarecimentos sobre a aplicação das regras da Resolução SEE nº 5.210, de 2025, que trata da organização do quadro de pessoal das escolas da rede estadual;

nº 19.965/2026, das deputadas Ione Pinheiro, Beatriz Cerqueira e Lohanna e do deputado Leleco Pimentel, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o programa Escolas On, Violências Off: educação para a segurança online de meninas, voltado para professores da rede pública de ensino em todo o País.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de março de 2026.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/3/2026**

Às 14h17min, comparecem à reunião as deputadas Ione Pinheiro e Beatriz Cerqueira e os deputados Tito Torres e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Grego da Fundação. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tito Torres, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Ministério Público de Minas Gerais, publicado no *Diário do Legislativo* em 4/3/2026. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 16.405, 16.408, 16.435, 16.440, 16.442, 16.501, 16.502, 16.504 e 16.598/2026. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 19.954/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao superintendente regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Leste de Minas pedido de informações sobre a situação do licenciamento da Britador São Geraldo no Município de Caratinga, indicando-se condicionantes e relatórios de monitoramento, bem como eventuais descumprimentos e autuações;

nº 19.955/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Fundação Estadual de Meio Ambiente e à Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Leste de Minas pedido de providências para inspeção dos limites de emissão de particulados na área de atuação e escoamento por vias públicas pela empresa Britador São Geraldo, no Município de Caratinga, verificando-se os métodos de contenção de poeira e o armazenamento de materiais a céu aberto, bem como a conformidade das detonações com normas técnicas e licenças vigentes;

nº 19.978/2026, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas na relação de multas, pagas e não pagas, aplicadas pela secretaria de que é titular à Refinaria Gabriel Passos – Regap –, relacionadas aos autos de infração que foram lavrados devido ao não cumprimento das condicionantes do licenciamento ambiental da Regap, de 2016 até março de 2026;

nº 19.982/2026, dos deputados Tito Torres, Grego da Fundação e Noraldino Júnior e das deputadas Ione Pinheiro e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais, ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto em Senador Firmino e à Companhia de Saneamento Municipal em Juiz de Fora pedido de providências para conceder isenção total das tarifas de água e esgoto aos consumidores de Juiz de Fora, Ubá, Senador Firmino e demais municípios da Zona da Mata que sofreram danos significativos em decorrência das chuvas intensas ocorridas em fevereiro de 2026 (emendado pela deputada Ione Pinheiro e pelo deputado Noraldino Júnior);

nº 19.983/2026, dos deputados Tito Torres, Grego da Fundação e Noraldino Júnior e das deputadas Ione Pinheiro e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. pedido de providências para a criação imediata de linha especial de crédito emergencial destinada à população de Juiz de Fora, Ubá, Senador Firmino e demais municípios da Zona da Mata que sofreram danos significativos em decorrência das chuvas intensas ocorridas em fevereiro de 2026;

nº 19.984/2026, dos deputados Tito Torres, Grego da Fundação e Noraldino Júnior e das deputadas Ione Pinheiro e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais pedido de providências para conceder isenção total das tarifas de energia elétrica aos consumidores de Juiz de Fora, Ubá, Senador Firmino e demais municípios da Zona da Mata que sofreram danos significativos em decorrência das chuvas intensas ocorridas em fevereiro de 2026.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de março de 2026.

Beatriz Cerqueira, presidenta.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE O OFÍCIO Nº 20/2026

Mesa da Assembleia

Relatório

A prefeita do Município de Juiz de Fora, por meio do Ofício nº 20/2026, submete à apreciação desta Assembleia, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, o Decreto Municipal nº 17.693, de 24 de fevereiro de 2026, que declara estado de calamidade pública no âmbito municipal em razão de desastre classificado como tempestade local/convectiva – chuvas intensas.

Publicado no *Diário do Legislativo*, vem o ofício à Mesa da Assembleia para receber parecer, o qual, em caso de reconhecimento da calamidade para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal, concluirá pela apresentação de projeto de resolução, nos termos do art. 194 do Regimento Interno.

Fundamentação

A prefeita do Município de Juiz de Fora submete à apreciação deste Parlamento o Decreto Municipal nº 17.693, de 24 de fevereiro de 2026, que declara estado de calamidade pública no âmbito municipal em razão de desastre classificado como tempestade local/convectiva – chuvas intensas. O ato fundamenta-se no volume pluviométrico excepcional registrado – 584 mm até 24 de fevereiro, o maior já verificado para o mês na história do município –, que ocasionou alagamentos generalizados de vias públicas, enxurradas, deslizamentos de terra, desabamentos de muros e bloqueios de trânsito, além de diversas situações de risco geológico, circunstâncias que configuram situação anormal grave e impõem risco iminente à ordem pública, à saúde, à segurança das pessoas, ao patrimônio e à continuidade dos serviços essenciais.

No ofício de encaminhamento, a Chefe do Executivo esclarece que o evento foi classificado pela Defesa Civil como desastre de grande intensidade (Nível III), nos termos da Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260/2022, em razão da magnitude dos danos, da extensão das áreas atingidas e do comprometimento substancial da capacidade de resposta do município. Informa, ainda, que a situação foi reconhecida pelo Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Portaria nº 572, de 24 de fevereiro de 2026), e pelo Governo Estadual (Decreto com Numeração Especial nº 166, de 24 de fevereiro de 2026), destacando que o reconhecimento por esta Assembleia é imprescindível para a incidência dos efeitos previstos no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Cumpra esclarecer que a apreciação desta Casa Legislativa restringe-se aos efeitos fiscais previstos no mencionado art. 65 da LRF, que autoriza a suspensão da contagem de prazos e das disposições dos arts. 23, 31 e 70, bem como a dispensa do atingimento dos resultados fiscais e da limitação de empenho prevista no art. 9º, enquanto perdurar a situação de calamidade pública reconhecida pelo Poder Legislativo.

Desse modo, o reconhecimento do estado de calamidade pública por esta Assembleia não se destina a conferir validade ao decreto municipal ou às medidas administrativas nele estabelecidas, mas exclusivamente a viabilizar a produção dos efeitos fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em situações fáticas anormais, imprevisíveis e de grande impacto, que comprometem substancialmente a capacidade de resposta do Poder Público, o reconhecimento legislativo permite excepcionar, de forma temporária, proporcional e juridicamente delimitada, regras fiscais concebidas para períodos de normalidade, cuja observância estrita poderia restringir a atuação estatal em contextos emergenciais. Ao assim proceder, esta Casa possibilita a flexibilização de prazos e limites relativos às despesas com pessoal e à dívida consolidada, bem como a mitigação das exigências atinentes ao cumprimento de metas fiscais e à limitação de empenho, conferindo ao gestor municipal a margem necessária para priorizar ações de defesa civil, assistência à população atingida e reconstrução da infraestrutura essencial, sem prejuízo do controle externo exercido pelo Tribunal de Contas.

No caso em exame, encontram-se devidamente caracterizados os pressupostos que autorizam o reconhecimento legislativo da calamidade pública para os fins do art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Está evidenciada a ocorrência de evento climático extremo, imprevisível e de elevada intensidade, com danos materiais e sociais de larga escala, comprometendo substancialmente a capacidade de resposta do poder público local. O volume pluviométrico extraordinário, os alagamentos generalizados, os deslizamentos de terra, as interdições viárias, as vítimas fatais e o elevado número de desalojados e desabrigados configuram quadro de anormalidade grave, cujos efeitos extrapolam a esfera emergencial e atingem de forma direta a dinâmica econômica e administrativa do município.

Os impactos sistêmicos decorrentes do desastre, com paralisação de atividades comerciais, industriais e de serviços, tendem a provocar retração da arrecadação tributária municipal, ao passo que se observa elevação significativa das despesas públicas com ações de defesa civil, assistência social, saúde, limpeza urbana, reconstrução de infraestrutura e restabelecimento de serviços essenciais. Acresce-se a isso a necessidade de contratação temporária de pessoal, ampliação de jornadas e reforço de equipes técnicas para fazer frente às demandas extraordinárias impostas pela crise. Nesse contexto, a estrita observância das exigências fiscais ordinárias poderia comprometer a capacidade do município de responder adequadamente à situação de calamidade, razão pela qual o reconhecimento legislativo da calamidade pública se mostra medida necessária e proporcional.

Por fim, esclarecemos que, sob o ponto de vista formal, o reconhecimento de calamidade pela Assembleia Legislativa é matéria que deve se dar por meio da aprovação de projeto de resolução, uma vez que esta é a proposição destinada a regular matéria da competência privativa da Assembleia Legislativa, conforme dispõe o art. 194 do Regimento Interno desta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pelo reconhecimento do estado de calamidade pública no Município de Juiz de Fora, por meio do projeto de resolução a seguir apresentado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº .../...

Reconhece o estado de calamidade pública no Município de Juiz de Fora, em decorrência de desastres provocados por chuvas intensas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica reconhecido, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o estado de calamidade pública no Município de Juiz de Fora, em decorrência de desastres provocados por chuvas intensas, nos termos do Decreto Municipal nº 17.693, de 24 de fevereiro de 2026.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 4 de março de 2026.

Leninha, relatora.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 5/3/2026, a comunicação da deputada Maria Clara Marra e outros em que notificam a constituição da Frente Parlamentar em Defesa dos Surdos e a indicação da deputada Maria Clara Marra como sua responsável.

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

– O 1º-secretário despachou, em 5/3/2026, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Ofício nº 3, da Associação Comercial e Empresarial de Minas, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.479/2025, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Desenvolvimento Econômico. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.479/2025.)

Ofício-E nº 1.372/2026/Segov/STL, da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.559/2025, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 4.559/2025.)

Ofício-E nº 1.374/2026/Segov/STL, da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.688/2025, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 4.688/2025.)

Ofício do Instituto Mineiro de Gestão das Águas prestando informações relativas ao Requerimento nº 15.708/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 15.708/2025.)

Ofício nº 221, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, prestando informações relativas ao Requerimento nº 15.882/2025, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 15.882/2025.)

Ofício nº 266, do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 16.047/2025, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 16.047/2025.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestando informações relativas ao Requerimento nº 16.164/2025, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 16.164/2025.)

MENSAGENS POR CORREIO ELETRÔNICO

Mensagem por correio eletrônico do Ministério da Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 16.094/2025, do deputado Elismar Prado. (– Anexe-se ao Requerimento nº 16.094/2025.)

Mensagem por correio eletrônico do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 19.117/2025, do deputado Leleco Pimentel. (– À Cipe Rio Doce.)

Mensagem por correio eletrônico do Conselho Tutelar Nordeste prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 19.652/2026, da deputada Ana Paula Siqueira. (– À Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.)

Mensagem por correio eletrônico do Conselho Tutelar da Regional Centro-Sul, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 19.652/2026, da deputada Ana Paula Siqueira. (– À Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.)

Mensagem por correio eletrônico do Conselho Tutelar de Venda Nova prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 19.652/2026, da deputada Ana Paula Siqueira. (– À Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.)

Mensagem por correio eletrônico do Ministério da Saúde prestando informações relativas ao Requerimento nº 15.907/2025, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 15.907/2025.)

Mensagem por correio eletrônico da Agência Nacional de Transportes Terrestres prestando informações relativas ao Requerimento nº 16.000/2025, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. (– Anexe-se ao Requerimento nº 16.000/2025.)

Mensagem por correio eletrônico do Ministério da Saúde prestando informações relativas ao Requerimento nº 16.046/2025, do deputado Ricardo Campos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 16.046/2025.)



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 4/3/2026, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Nilcênia Aparecida Izidoro de Paula, padrão VL-39, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Maria Clara Marra;

exonerando Paula Roberta da Silva Coelho, padrão VL-10, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Avança Minas, vice-líder deputado Professor Wendel Mesquita;

nomeando Daianne Luara Santos Santana, padrão VL-10, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Avança Minas, vice-líder deputado Professor Wendel Mesquita;

nomeando Guilherme Faria, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Hie Ribeiro Pires, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior;

nomeando Osmar Martins Borges, padrão VL-13, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Maria Clara Marra.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico para Registro de Preços

Planejamento nº 4/2026

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 19/3/2026, às 14 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, por meio da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para o registro de preços para a aquisição de espécies vegetais, adubos e insumos.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 5 de março de 2026.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**ERRATA****PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.074/2024****Comissão de Desenvolvimento Econômico**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 5/3/2026, na pág. 75, nas assinaturas, onde se lê:

“Leonídio Bouças, presidente e relator – Tito Torres – Nayara Rocha”, leia-se:

“Leonídio Bouças, presidente – Nayara Rocha, relatora – Tito Torres”.